



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO**

SIMONE DA PENHA DAVEL GIESTAS

**O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA
ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES**

VITÓRIA

2025



*Programa de Pós-Graduação
Profissional em Educação - Ufes*

SIMONE DA PENHA DAVEL GIESTAS

O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira.

VITÓRIA

2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G455u Giestas, Simone da Penha Davel, 1984-
O uso das tecnologias para promoção da gestão democrática e
participativa: estudo de caso de uma escola estadual na cidade
de Afonso Cláudio-ES / Simone da Penha Davel Giestas. -
2025.
144 p.

Orientador: Eduardo Augusto Moscon Oliveira.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação. 2. Tecnologia. I. Oliveira, Eduardo Augusto
Moscon. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Educação. III. Título.

CDU: 37

SIMONE DA PENHA DAVEL GIESTAS

O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em: 25/03/2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos Brito
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno

Prof. Dr. Edson Maciel Peixoto
Instituto Federal do Espírito Santo
Membro Externo

VITÓRIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

Ata da sessão da ducentésima oitava defesa de dissertação do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, da discente **SIMONE DA PENHA DAVEL GIESTAS**, candidata ao título de Mestre em Educação, realizada às **09h00min** do dia **vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco**. O presidente da Banca, Eduardo Augusto Moscon Oliveira, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituída pelos Doutores Rosemeire dos Santos Brito e Edson Maciel Peixoto. Em seguida, cedeu a palavra à candidata que em trinta minutos apresentou sua dissertação intitulada **“O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES”**. Terminada a apresentação da aluna, o presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. O presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e o presidente informou aos presentes que a dissertação havia sido APROVADA. O presidente, então, deu por encerrada a sessão da qual se lavra presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 25 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br EDUARDO AUGUSTO MOSCON OLIVEIRA
Data: 02/04/2025 19:15:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira
Orientador

Profa. Dra. Rosemeire dos Santos Brito
Membro Interno (PPGPE/Ufes)

EDSON MACIEL
PEIXOTO:54562937653

Assinado de forma digital por
EDSON MACIEL
PEIXOTO:54562937653
Dados: 2025.05.29 20:14:38 -03'00'

Prof. Dr. Edson Maciel Peixoto
Membro Externo (Instituto Federal do Espírito Santo)

Universidade Federal do Espírito Santo – Centro de Educação – Programa de Pós-graduação
Profissional em Educação. Avenida Fernando Ferrari, nº 514, Goiabeiras, Vitória/ES. CEP:
29075-910. Telefone: (27) 4009-7779. E-mail: pos.ppgmpe@ufes.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ROSEMEIRE DOS SANTOS BRITO - SIAPE 2062076
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 28/05/2025 às 18:02

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.ukf.ufes.br/arquivos-assinados/1138214?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta dissertação.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão à minha família: aos meus pais, por seu apoio incondicional e por serem minha base em todos os momentos;

À minha filha, que, com tanto carinho e compreensão, soube lidar com a minha ausência em alguns momentos, sacrificando parte da minha atenção;

Às minhas irmãs, por serem meu porto seguro, oferecendo apoio e acolhimento em cada passo da minha jornada;

Ao meu namorado, cuja presença constante, incentivo e suporte inabalável foram fundamentais para que eu seguisse adiante com confiança e determinação.

Ao meu orientador, Eduardo Augusto Moscon Oliveira, pela sua orientação, apoio e valiosas sugestões ao longo deste processo, que foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço também aos professores e demais profissionais do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE) que gentilmente compartilharam seus conhecimentos durante as aulas, fornecendo insights valiosos para a construção desta pesquisa.

Aos amigos cuja amizade sincera, palavras de encorajamento e gestos de carinho trouxeram leveza e força ao longo dessa caminhada.

Agradeço igualmente a todos os profissionais, estudantes do Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral Afonso Cláudio, e especialmente ao ex-diretor Júlio Cesar da Silva, que gentilmente concedeu acesso a recursos e dados, facilitando a realização deste estudo.

A todos que aceitaram participar desta pesquisa e, assim, colaboraram para a conclusão desta dissertação, meu mais sincero obrigado. Este trabalho não seria possível sem a contribuição de cada um de vocês.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar os limites e possibilidades do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar em um contexto de gestão democrática e participativa. A fundamentação teórica tem como base Paro, Castells, Lévy, Libâneo, Oliveira e Toschi. Além das normativas educacionais dialogamos com estudos, teses, dissertações e artigos sobre a temática em tela. Da produção acadêmica específica, destaca-se a importância das tecnologias digitais na promoção de práticas educacionais transparentes e na melhoria do ambiente escolar, incluindo a transparência ativa, o acesso à informação, a utilização de tecnologias da informação e a comunicação na gestão democrática e participativa. Mesmo com todos os avanços indicados é necessário investir em infraestrutura tecnológica e escolar e formação dos profissionais envolvidos, visando aumentar o controle social sobre as políticas públicas para promover sua melhoria na execução e na sua economicidade e efetividade. De todo modo, podemos afirmar que as tecnologias de informação e comunicação favorecem e potencializam a criação e fortalecimento de uma cultura organizacional que valoriza a inovação e a formação contínua dos profissionais e podem fortalecer a transparência, a interação e o envolvimento da comunidade escolar. Por outro lado, há também o risco de as tecnologias serem usadas de maneira autoritária, servindo como um instrumento de vigilância sobre o conteúdo escolar, o trabalho dos educadores e a participação política da comunidade escolar, ao invés de atuar como uma ferramenta para fomentar a transparência dos atos administrativos e a participação política. Utilizando uma abordagem qualitativa, as estratégias de investigação incluem análise documental e pesquisa de campo com coleta de dados e entrevistas semiestruturadas. A análise foi conduzida através da técnica de análise de conteúdo, fundamentada em conceitos-chave como gestão escolar democrática, tecnologias digitais na educação, comunicação escolar, transparência e envolvimento da comunidade escolar. A pesquisa de campo foi realizada na instituição de ensino em tempo integral CEEFMTI Afonso Cláudio, localizada no município de Afonso Cláudio-ES, abrangendo a equipe gestora, professores, servidores, estudantes e familiares dos estudantes do ensino médio. O trabalho destaca a importância da gestão democrática e participativa, do uso estratégico de tecnologias digitais e da comunicação transparente para fortalecer o envolvimento da comunidade escolar e melhorar a qualidade da administração escolar. Mas indica que essas possibilidades nas unidades de ensino podem ser limitadas ou potencializadas conforme o contexto da gestão dos sistemas de ensino que, no caso em tela, revela que as relações de poder e interesses particularistas que ocorrem no interior das administrações gerencialistas e privatistas podem restringir o diálogo e a transparência possibilitado pela tecnologia.

Palavras-chave: Educação, Tecnologia, Gestão escolar, Transparência

ABSTRACT

The present research aims to analyze the limits and possibilities of using digital technologies to promote communication, transparency, and community involvement in the school environment within the context of democratic and participatory management. The theoretical framework is based on Paro, Castells, Lévy, Libâneo, Oliveira, and Toschi. In addition to educational regulations, the study engages with research papers, theses, dissertations, and articles on the subject. From the specific academic literature, the importance of digital technologies in promoting transparent educational practices and improving the school environment is highlighted, including active transparency, access to information, the use of information technologies, and communication within democratic and participatory management. Despite all the progress mentioned, it is necessary to invest in technological and school infrastructure and in the training of involved professionals, aiming to increase social control over public policies to improve their implementation, cost-effectiveness, and efficiency. Nonetheless, information and communication technologies (ICT) can support and enhance the creation and strengthening of an organizational culture that values innovation and continuous professional development while promoting transparency, interaction, and school community involvement. On the other hand, there is also a risk that technology may be used in an authoritarian manner, serving as a tool for monitoring school content, the work of educators, and the political participation of the school community, rather than as a tool to foster transparency in administrative actions and political participation. Using a qualitative approach, the research strategies include document analysis and fieldwork with data collection and semi-structured interviews. The analysis was conducted using content analysis techniques based on key concepts such as democratic school management, digital technologies in education, school communication, transparency, and school community involvement. The field research took place at the full-time educational institution CEEFMTI Afonso Cláudio, located in the municipality of Afonso Cláudio-ES, involving the management team, teachers, staff, students, and families of high school students. The study emphasizes the importance of democratic and participatory management, the strategic use of digital technologies, and transparent communication to strengthen school community involvement and improve the quality of school administration. However, it also indicates that these possibilities within educational institutions can be either limited or enhanced depending on the management context of the educational systems. In this specific case, power relations and particularistic interests present in managerial and privatizing administrations may restrict the dialogue and transparency enabled by technology.

Keywords: Education, Technology, School management, Transparency

LISTA DE SIGLAS

ARPA - Agência de Projetos de Pesquisa Avançada
ARPANET - Advanced Research Projects Agency Network (Rede da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada)
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CASF - Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro.
CEEFMTI - Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio
CP - Coordenadora pedagógica
GETAE - Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Avaliação da Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LAGEBES - Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo
LAI - Lei de acesso à informação
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
NGP - Nova Gestão Pública
PPP - Projeto Político Pedagógico
SEDU - Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo
SRE - Superintendência Regional de Educação
TD - Tecnologias Digitais
TDICs - Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Etapas do processo de seleção de diretores de 2024

FIGURA 2 - Resultado do processo seletivo para diretor escolar 2024

FIGURA 3 - Instagram: Resistência da União Estudantil

FIGURA 4 - Reportagem sobre o movimento para permanência do diretor - Montanhas Capixabas

FIGURA 5 - Reportagem sobre o movimento para permanência do diretor - Diário ES

FIGURA 6 - Portaria que dispensa o diretor Júlio Cesar da Silva do cargo

FIGURA 7 - Mapa de Afonso Cláudio - ES

FIGURA 8 - Imagem da escola

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Gráfico de autodeclaração de cor e gênero dos profissionais da escola

GRÁFICO 2- Gráfico de autodeclaração de renda dos profissionais da escola

GRÁFICO 3- Gráfico de autodeclaração de cor e gênero dos estudantes

GRÁFICO 4- Gráfico de autodeclaração de renda dos estudantes

GRÁFICO 5 - Gráfico de autodeclaração de cor e gênero dos familiares

GRÁFICO 6 - Gráfico de escolaridade dos familiares

GRÁFICO 7 - Gráfico de ferramentas digitais utilizadas pela comunidade escolar

GRÁFICO 8 - Gráfico de ferramentas digitais utilizadas pela comunidade escolar

GRÁFICO 9 - Gráfico sobre as tecnologias e a gestão participativa

GRÁFICO 10 - Gráfico sobre a interface visual do site da escola

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Categoria: Políticas Sociais e Inclusão Digital

QUADRO 2 - Categoria: de Transparência Pública e Transparência Ativa

QUADRO 3 - Categoria: Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Educacional

QUADRO 4 - Categoria: Artigos

QUADRO 5 - Instagram das escolas estaduais do município de Afonso Cláudio

QUADRO 6 - Fala dos participantes sobre a influência das redes sociais no movimento estudantil para permanência do diretor

QUADRO 7 - Fala dos participantes sobre como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para promover uma gestão escolar mais democrática e participativa

QUADRO 8 - Fala dos participantes sobre os pontos positivos e negativos das tecnologias digitais

QUADRO 9 - Fala dos participantes sobre quais ferramentas digitais gostariam que a escola adotasse

QUADRO10 – Sobre a interface gráfica do site

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS E HORIZONTES PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA	24
1.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA	29
2. DO PASSADO AO PRESENTE: A TRAJETÓRIA TECNOLÓGICA E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE.....	37
2.1 AS TECNOLOGIAS E SUAS CONEXÕES ENTRE A SOCIEDADE E EDUCAÇÃO	42
3. A ESCOLA NA ERA DIGITAL: DIALOGANDO COM OUTRAS PESQUISAS	54
3.1 POLÍTICAS SOCIAIS E INCLUSÃO DIGITAL	55
3.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA ATIVA	56
3.3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL.....	60
3.4 PLATAFORMAS DIGITAIS NA ESCOLA: O LIMITE ENTRE MODERNIZAÇÃO E CONTROLE	65
4. CAMINHOS DA PESQUISA: AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DE AFONSO CLÁUDIO-ES.....	73
4.1 LIMITES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA AFONSO CLÁUDIO-ES	80
4.2 COMPREENDENDO A COMUNIDADE ESCOLAR: REALIDADES E PERSPECTIVAS	96
4.3 TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO: O SITE INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO ESCOLAR	114
4.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: DO PLANEJAMENTO À REALIDADE	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
6. REFERÊNCIAS.....	123
7. APÊNDICES.....	129

INTRODUÇÃO

A esfera pública, muito diferente da esfera privada, caracteriza-se pelo interesse coletivo sobre aquilo que diz respeito a todos e interfere ou define o bem comum. Objeto da política, a organização de uma sociedade baseada na igualdade e na liberdade estabelece meios e formas de participação dos indivíduos.

O Estado Moderno em sua concepção clássica incorpora a todos no consenso coletivo que funda o contrato social. Além dos direitos civis e políticos, no âmbito da sociedade capitalista, que conferem a cada um o status de cidadão, há políticas públicas que são reconhecidamente necessárias para o funcionamento da sociedade que deram origem aos direitos sociais. O Estado Democrático de Direito deverá expressar o direito coletivo em que todos são reconhecidos como iguais, portanto, a democracia será um instrumento por meio do qual todos poderão exercer o controle dos eleitos para conduzirem as instituições públicas.

No Brasil, do ponto de vista do instituído, o comando do Estado, bem como a gestão das políticas de provimento dos direitos sociais ocorrem num sistema político tripartido em Judiciário, Legislativo e Executivo legitimado pela comunidade política integrada pelos cidadãos. O Comando do poder executivo dividido em Poder público federal, estadual e municipal tem participação direta dos cidadãos na escolha dos seus mandatários. A gestão pública estabelece formas de provimento das políticas públicas que sustentam a oferta dos direitos sociais, sendo esta, também, necessariamente fruto do interesse público ao qual deve estar submetida.

A escola pública, enquanto espaço de formação, precisa ser orientada por princípios de gestão democrática, pois estes impactam diretamente na legitimidade dos processos pedagógicos. A gestão dos sistemas que derivam da eleição democrática de presidentes, governadores e prefeitos também deve se pautar por formas transparentes, impessoais e dialógicas de organização da oferta escolar, processo este que também deve ocorrer na gestão das unidades de ensino. Mas para que uma escola seja verdadeiramente democrática, é essencial integrar a comunidade escolar nos processos decisórios que permeiam esse ambiente. Somente por meio da colaboração e do comprometimento de todos os envolvidos na educação é que as transformações históricas da escola podem alcançar legitimidade e efetividade.

A revolução tecnológica das últimas décadas vem reposicionando e potencializando as formas de produção, mas também de comunicação gerando novas formas de acesso a meios de interação social por meio dos quais é possível se apropriar de novas informações, fazer opções de consumo, inserir-se em processos de aprendizagem, mas também de fazer escolhas políticas.

A presença crescente das tecnologias digitais nas escolas reflete a necessidade de adaptação constante diante de um cenário em transformação, no qual as inovações não apenas ampliam as possibilidades de ensino e aprendizagem, mas também desafiam os modelos tradicionais de gestão educacional. Esse movimento influencia diretamente a forma como os profissionais da educação interagem com os recursos tecnológicos, promovendo tanto avanços quanto questionamentos sobre a melhor forma de integrá-los ao cotidiano escolar.

Nesse contexto, destaca-se a trajetória da pesquisadora, graduada em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com quinze anos de experiência na educação, sendo os últimos oito dedicados à atuação no CEEFMTI Afonso Cláudio, nos três últimos anos exercendo a função de professora e coordenadora do curso técnico em informática para internet, além de participar como membro do conselho de escola desta instituição. Vinculada academicamente com o Laboratório de Gestão da Educação Básica do Espírito Santo (LAGEBES/UFES) e integra o Grupo de Pesquisa em Gestão, Trabalho e Avaliação da Educação (GETAE/UFES). Ao longo desse período, observamos como as tecnologias digitais têm sido introduzidas e geridas nas escolas estaduais do Espírito Santo.

Em algumas situações, sua implementação ocorre de maneira verticalizada, funcionando predominantemente como uma ferramenta de controle institucional, o que pode limitar o potencial formativo e a autonomia pedagógica. Em outros casos, essas tecnologias são incorporadas pela própria gestão escolar como um mecanismo de otimização de processos administrativos, visando à redução de demandas operacionais. Tal abordagem, ainda que contribua para a modernização de práticas organizacionais, levanta questionamentos sobre a centralidade do uso desses recursos em processos educativos mais colaborativos e inovadores, capazes de promover o protagonismo de docentes e discentes no processo de ensino-aprendizagem.

Essa experiência prática evidencia como a incorporação das tecnologias no ambiente escolar pode impactar diretamente as dinâmicas de poder e participação dentro da instituição. A forma como esses recursos são introduzidos e utilizados influencia o equilíbrio entre controle e autonomia, refletindo nos processos de ensino e na construção de um espaço mais colaborativo e democrático. Nesse sentido, Morin (2000, p. 107) afirma que: “A democracia não pode ser definida de modo simples. A soberania do povo cidadão comporta ao mesmo tempo a autolimitação desta soberania pela obediência às leis e a transferência da soberania aos eleitos.”

A gestão democrática da escola pública, mesmo orientada na participação coletiva e no diálogo, enfrenta novos desafios em um contexto marcado pela evolução tecnológica. As inovações digitais não apenas modificam a forma como o ensino é estruturado, mas também influenciam os processos de gestão e tomada de decisão. Dessa forma, integrar a comunidade escolar aos processos decisórios torna-se ainda mais relevante, pois a inclusão de múltiplas vozes é essencial para adaptar as instituições educacionais às transformações tecnológicas e sociais, garantindo que a gestão escolar se mantenha alinhada às demandas contemporâneas e promova um ambiente de aprendizado significativo.

Nos últimos anos, o avanço das tecnologias digitais tem transformado significativamente diversos aspectos da sociedade, incluindo a área da educação. Essas mudanças geram interferências na gestão escolar, que precisa acompanhar e se adaptar às rápidas mudanças tecnológicas que vêm sendo inseridas nas instituições de ensino.

Até a primeira metade do século XX, um computador ainda significava uma pessoa fazendo cálculos. Conforme foi dito, cálculos longos eram divididos em partes e realizados por um grupo de pessoas. Atualmente, a palavra computador é reservada para se referir a computadores digitais com programa armazenado internamente e modificável (Villaça, Steinbach, 2015, p. 22).

Atualmente, as tecnologias digitais oferecem uma gama de ferramentas e recursos que vão desde a comunicação interna e externa até o gerenciamento de processos de dados e administrativos que podem por um lado subsidiar diversos aspectos da gestão escolar, todavia, a depender da forma como são inseridas acabam por aumentar ainda mais a sobrecarga de trabalho aos profissionais da educação.

Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022), em um estudo sobre os usos das plataformas digitais na gestão educacional, destacam o crescente papel das tecnologias digitais na gestão escolar. Essas ferramentas incluem sistemas de gestão acadêmica, plataformas de aprendizagem online, aplicativos móveis e softwares especializados, que oferecem novas possibilidades para o tratamento de uma enorme quantidade de dados e oportunidades para melhoria na comunicação escolar.

Podemos, então, pensar que existe a possibilidade da humanidade estar diante de um novo processo antropológico, ou, no mínimo, em frente a uma encruzilhada onde, entre tantas trilhas a seguir, se pode ver que 'um outro mundo é possível'. (Abreu, 2009, p. 3)

No entanto, o uso desses instrumentos na gestão escolar também apresenta desafios que precisam ser considerados e superados. Questões como a formação dos gestores e professores para lidar com essas novas ferramentas, a garantia da segurança dos dados dos alunos e a inclusão digital são apenas algumas das preocupações que envolvem a implementação efetiva das tecnologias digitais na gestão escolar.

Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022) enfatizam que as plataformas digitais têm sido cada vez mais utilizadas nas escolas para apoiar diferentes processos, como comunicação, monitoramento de desempenho, administração de recursos e tomada de decisões, e destacam a escassez de estudos sobre o tema tanto na literatura nacional quanto internacional.

Diante desse cenário, nossa hipótese inicial é de que a implementação das tecnologias digitais na administração escolar cria possibilidades positivas e negativas. Por um lado, há uma relação positiva entre a implementação efetiva de tecnologias digitais na gestão escolar e o aumento da transparência, comunicação e envolvimento da comunidade escolar, contribuindo para uma gestão mais democrática e participativa.

Por outro lado, a falta de capacitação e treinamento adequados dos gestores escolares e professores para o uso efetivo de tecnologias digitais pode ser uma barreira significativa para a implementação bem-sucedida dessas ferramentas, limitando o potencial de melhorias na comunicação, interação e engajamento dos usuários do serviço público.

Para aferir a presente hipótese, propomos a seguinte questão de investigação que deu origem ao problema de pesquisa: **Como o uso das tecnologias digitais pode contribuir para melhorar a comunicação, a transparência e o envolvimento da comunidade escolar por meio de uma gestão democrática e participativa?**

Para responder a essa questão, a presente pesquisa tem como objetivo (geral) **analisar os impactos do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa**. A fim de alcançar esse objetivo geral buscamos estabelecer um conjunto de objetivos específicos que geraram diretrizes para a investigação.

Os objetivos específicos são componentes essenciais que contribuirão significativamente para o alcance do objetivo geral. Estes desdobram o propósito mais amplo desta pesquisa em metas detalhadas e mensuráveis, permitindo um direcionamento preciso na coleta, na análise e na interpretação dos dados. Eles representam etapas interdependentes e estratégicas que irão fornecer as bases necessárias para a concretização do objetivo geral desta dissertação.

Inicialmente buscamos **analisar como se dá o processo de comunicação da escola com a comunidade e o acesso à informação**; Depois tentamos **Identificar os mecanismos tecnológicos utilizados pela escola para melhorar a comunicação e a transparência**; Posteriormente, fomos **explorar como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para envolver os pais e a comunidade no processo de tomada de decisões promovendo uma gestão escolar mais democrática e participativa**; e no final buscamos **construir um web site institucional a partir das necessidades da escola segundo seus participantes**.

Diante do constante crescimento do uso de tecnologias digitais e de sua influência na sociedade, é necessário que a comunidade escolar esteja preparada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas por esse cenário em constante transformação. A análise crítica e a reflexão sobre o uso das tecnologias digitais na gestão escolar são fundamentais para aprimorar e promover uma administração mais transparente com foco na gestão democrática e na educação de qualidade socialmente referenciada.

Nesse contexto dinâmico, a presente dissertação, seguindo a definição de Gil (2008, p. 26), que concebe pesquisa "como um processo formal e sistemático no desenvolvimento do método científico", fundamenta-se em uma abordagem qualitativa. Essa escolha metodológica visa alcançar uma compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos educacionais, destacando a relevância de investigações aprofundadas para elucidar nuances e particularidades no campo da pesquisa educacional.

Para tal recorreremos a três estratégias, que são a análise documental, pesquisa de campo, e estudo de caso. Na análise documental, aprofundaremos o detalhamento das definições legais e institucionais que deram origem e que definem, atualmente, a forma de gestão da SEDU, bem como da unidade de ensino em tela. Na pesquisa de campo, pretendemos problematizar aspectos do desenvolvimento da gestão indagando aos sujeitos do processo de comunicação entre a comunidade escolar, sobre seu funcionamento, seus resultados, e demais questões.

Gil (2008, p. 50) define a pesquisa bibliográfica, aquela que se baseia em material previamente elaborado, como livros e artigos científicos. A principal vantagem dessa abordagem é sua capacidade de abranger uma ampla variedade de fenômenos, superando limitações geográficas. A pesquisa documental é aquela realizada a partir de informações escritas ou de imagens que configuram registros contemporâneos ou antigos, mas que possuam alguma autenticidade. Possui maior materialidade e objetividade que precisam ser descritas, mas também interpretadas por uma leitura atenta e, sobretudo, crítica. Para uma pesquisa documental, além dos documentos escritos, também são considerados fonte de pesquisa quaisquer outros elementos objetivados que possam contribuir para esclarecer determinado assunto (GIL, 2008, p.147).

A pesquisa de campo, por sua vez, desloca-se do âmbito externo para o âmbito interno da realidade a ser investigada e encontra na observação sistemática e no relato humano de natureza oral suas muitas possibilidades, na obtenção direta de informações por meio da interrogação de pessoas para compreender seus comportamentos buscando aprofundar questões específicas em um grupo, utilizando mais observação que interrogação, destacando-se na análise da estrutura social e formas de associação em uma comunidade. Complementarmente, "O estudo de caso

caracteriza-se pelo exame aprofundado e abrangente de um ou de poucos objetos, proporcionando um conhecimento detalhado e amplo sobre os mesmos”. (GIL, 2008, p. 57).

Consideramos como possíveis fontes para pesquisa documental os sites institucionais do governo do Estado, da secretaria de educação e as publicações oficiais. Nesse caso, as fontes são as Portarias emitidas pela SEDU e as Leis Complementares que dão base legal à básica no Espírito Santo e o projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola. Além do Instagram das escolas estaduais.

QUADRO 1 - FONTES DOCUMENTAIS	
Site da SEDU	https://sedu.es.gov.br/
Diário Oficial do Espírito Santo	https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/diario_oficial
PPP do CEEFMTI Afonso Cláudio	https://escolaafonsoclaudio.com.br/wp-content/uploads/2024/11/PPP.pdf
Instagram das Escolas Estaduais em geral	https://www.instagram.com/
Instagram do CEEFMTI Afonso Cláudio especificamente	https://www.instagram.com/escolaafonsoclaudio/
Editais de seleção de diretores da SEDU	https://sedu.es.gov.br/diretorescolar
LDB	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
Lei ES Nº 12.006, de 21 de dezembro de 2023	https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI120062023.html
Portaria ES nº 046, de 07 de fevereiro de 2022	https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20046-R%20-%20REGULAMENTA%C3%87%C3%83O%20DOS%20CONSELHOS%20DE%20ESCOLA-1.pdf
Portaria nº 1401-S, de 04 de dezembro de 2024.	https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9710#/p:58/e:9710?find=501120.

Para além da análise documental, empreendemos uma pesquisa *in loco*, por meio do diálogo com professores, gestores e alunos e responsáveis por estudantes do CEEFMTI Afonso Cláudio, um contato direto com a realidade educacional em tela.

Nesse caso, a observação do espaço escolar e de sua dinâmica se articularam com os relatos desses sujeitos com o intuito de explorar as dinâmicas da gestão escolar frente ao uso das novas tecnologias, as percepções dos atores envolvidos e as implicações das políticas públicas na educação.

A metodologia incorpora elementos de pesquisa bibliográfica, documental, entrevistas, observação e estudo de caso. Essa abordagem multifacetada permite uma análise abrangente das práticas e políticas educacionais. Para a coleta de dados utilizamos formulários e entrevistas semiestruturadas como principal instrumento, permitindo uma interação flexível e aprofundada com gestores escolares, professores, funcionários da secretaria, estudantes e familiares. Essa variedade de perspectivas enriquecerá a compreensão dos desafios e oportunidades na gestão educacional.

A fase bibliográfica e documental se dá por meio de fontes fundamentais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei da Transparência, teses, dissertações, artigos e trabalhos publicados em anais de eventos. Essa base teórica e normativa será essencial para contextualizar e fundamentar as análises.

A análise dos dados será conduzida através da técnica de Análise de Conteúdo, seguindo as diretrizes de GIL (2008, p. 152). Este método possibilita a categorização e interpretação dos dados coletados, revelando padrões, tendências e nuances presentes nas narrativas dos participantes. Ao empregar uma abordagem qualitativa e diversificada, esta pesquisa busca não apenas descrever, mas compreender os aspectos subjacentes ao uso das tecnologias digitais na gestão escolar, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel das políticas públicas e práticas educacionais.

O primeiro capítulo aborda os fundamentos teóricos e práticos da administração educacional, enfatizando a importância de uma abordagem democrática e participativa na condução das instituições de ensino. A gestão democrática é discutida como um princípio fundamental para a construção de uma educação de qualidade socialmente referenciada, considerando a participação ativa de toda a comunidade escolar nos processos decisórios. Apresentando a importância de uma gestão educacional alinhada a valores democráticos, na qual a participação coletiva e o acesso à informação sejam pilares centrais, contribuindo para o

desenvolvimento de uma escola inclusiva e socialmente comprometida com a qualidade educacional.

O segundo capítulo apresenta as Tecnologias na Sociedade e na Educação e explora os efeitos das inovações tecnológicas no contexto educacional, destacando seu papel transformador e suas implicações sociais. Neste capítulo abordamos o potencial das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para ampliar o acesso à informação, promover a interatividade e facilitar a personalização do ensino. No entanto, também são discutidos desafios como a exclusão digital, a necessidade de infraestrutura adequada e a formação docente para o uso eficaz dessas ferramentas. Destacando que a integração das tecnologias na educação deve ser consciente e orientada por valores democráticos, promovendo a inclusão, a equidade e a formação crítica dos cidadãos. O capítulo destaca ainda a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva em relação ao uso das tecnologias na sociedade em rede. Ressaltando a importância da alfabetização digital e da promoção de práticas que incentivem o pensamento crítico e a cidadania ativa no ambiente digital.

O terceiro capítulo aborda as principais pesquisas encontradas sobre o uso das tecnologias no contexto educacional, destacando um levantamento de teses, dissertações e artigos científicos. As produções analisadas exploram a relação entre as tecnologias digitais e a promoção da gestão democrática e participativa nas instituições escolares, evidenciando como a comunicação e a transparência podem ser potencializadas por meio dessas ferramentas. Os trabalhos revisados enfatizam tanto os avanços proporcionados pela incorporação tecnológica, como o aprimoramento no fluxo de informações e a ampliação do envolvimento da comunidade escolar, quanto os desafios que emergem, tais como a necessidade de formação continuada para gestores e docentes e a prevenção de práticas centralizadoras, articulando diferentes perspectivas teóricas e empíricas sobre o papel das tecnologias na educação contemporânea.

O quarto capítulo, Caminhos da Pesquisa, explora o contexto específico do CEEFMTI Afonso Cláudio, abordando os mecanismos de participação identificados no ambiente escolar, a temática da gestão democrática na educação pública, no contexto do estado do Espírito Santo fundamentando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96) e em legislações estaduais, como a Lei

nº 12.006/23 do Espírito Santo. Destaca-se o princípio da participação coletiva nas decisões escolares, e o modelo vigente de seleção de diretores, baseado em critérios técnicos e entrevistas, restringindo a autonomia das unidades de ensino e a participação da comunidade. O capítulo também descreve um caso específico de mobilização comunitária frente à destituição de um diretor, ilustrando como a falta de consulta prévia à comunidade escolar pode gerar insatisfação e resistência. Analisando, ainda, de que forma a instituição utiliza as redes sociais como ferramentas de expressão e comunicação com a comunidade. Por fim, discute as percepções da comunidade escolar sobre o uso das tecnologias no cotidiano da escola, destacando suas implicações para a interação e o envolvimento coletivo. E o desenvolvimento de um site institucional como produto desta dissertação.

1. GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS E HORIZONTES PARA UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

Neste capítulo buscamos nos orientar pelas principais teorias e conceitos que definem a organização e a gestão escolar, em busca de uma educação socialmente referenciada. Assim, podemos trazer uma compreensão mais profunda das dinâmicas organizacionais e das práticas de gestão que moldam o ambiente escolar sob a concepção de Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004), Borde e Damasceno (2019), Cossio (2018), Laval (2004), Libâneo (2001), Libâneo Oliveira e Toschi (2012), Mendonça (2000), Mocarzel (2019) e Paro (1987, 1992, 2010, 2016).

Em se tratando da gestão escolar, primeiramente, compreendemos a administração em si. A Administração Pública é definida por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004) como uma função condicionada a objetivos e como uma organização voltada à coordenação do trabalho do poder público em prol do bem comum.

[...] a noção de Administração pública corresponde a uma gama bastante ampla de ações que se reportam à coletividade estatal, compreendendo, de um lado, as atividades de Governo, relacionadas com os poderes de decisão e de comando, e as de auxílio imediato ao exercício do Governo mesmo e, de outra parte, os empreendimentos voltados para a consecução dos objetivos públicos, definidos por leis e por atos de Governo, seja através de normas jurídicas precisas, concernentes às atividades econômicas e sociais. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004, p. 10).

Para esses autores a administração pública passou muitas mudanças e adaptações ao longo dos séculos. Desde as grandes monarquias da Europa continental e suas influências nas administrações modernas onde a administração era um instrumento para consolidar e manter o poder régio. A administração pública nesse contexto se confundia com a autoridade soberana, sendo estruturada para servir ao rei ou à Coroa. “A organização administrativa do Estado absolutista não tem, portanto, características estruturais autônomas em relação às da autoridade soberana” (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004, p. 12).

Com o aparecimento dos regimes constitucionais, a administração foi subordinada à lei e inserida no chamado poder executivo estatal. Isto, porém, não fez senão dar uma roupagem formal mais atualizada ao que já era uma ordem conceitual e prática preexistente. Os novos princípios e os novos dispositivos institucionais agiram não no sentido da transformação, mas no da limitação e controle da ação administrativa em relação ao público. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004, p. 13).

Assim, a Administração pública, ao ser vinculada ao poder executivo e subordinada à lei, passou a operar sob uma lógica que busca equilibrar eficiência e

legalidade. Entretanto, essa tentativa de modernização não implicou uma mudança estrutural profunda. Como afirma Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004):

Enquanto se admite que a Administração pública deve atuar imparcialmente, cumprindo, de preferência, o mandado na lei, verifica-se, por outro lado, estar ela organizada de tal maneira que se torna facilmente permeável à interferência de partes. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 2004, p. 13).

A análise da Administração pública e sua permeabilidade a interferências externas oferece um ponto de partida para discutir a organização e gestão em diferentes contextos. Assim como a administração pública deve buscar o equilíbrio entre a imparcialidade e as influências externas, a gestão escolar também enfrenta desafios relacionados à estrutura organizacional e ao uso eficaz de recursos para alcançar seus objetivos.

A gestão escolar pública é um trabalho complexo e dinâmico que não se assemelha à administração das fábricas ou das famílias. Muito diferente do trabalho de organização da produção capitalista, que busca o lucro, e das famílias, que busca satisfação das necessidades apenas de seus membros, a escola pública é espaço de todos e visam bem comum. (Silva, Oliveira, Vieira e Manso, 2017, p. 9).

Abordando as concepções de organização e gestão escolar, a estrutura organizacional da escola e os elementos constitutivos do processo organizacional. Paro, (2016, p. 131) conceitua administração como “a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados”. e complementa afirmando que:

Falar de administração sem o mínimo de recursos necessários é desviar a atenção do essencial para fixá-la no acessório. Não tem sentido atribuir o fracasso da escola à incompetência administrativa de diretores e educadores escolares antes de lhes fornecer os recursos possíveis de serem administrados (Paro, 2016, p. 132).

Mocarzel (2019) complementa essa análise ao afirmar que o conceito de qualidade passou por transformações significativas, mas continua carregado de contradições, especialmente quando atrelado ao mercado. O conceito de qualidade social, propõe uma educação que atenda aos interesses da maioria da população, oferecendo acesso equitativo a recursos e infraestrutura adequados.

Nessa mesma linha, Cóssio (2018) complementa que:

O setor público tem passado nos últimos anos por uma reforma estrutural que vem alterando de forma significativa as concepções e os objetivos que orientam as formas de gestão e o funcionamento das instituições. Essas reformas administrativas consolidam novos discursos e práticas derivadas do setor privado e são usadas como referência para organizações públicas em todas as esferas de governo (Cóssio, 2018, p. 67).

Nesse sentido, Laval (2004), argumenta que a escola tem sido reconfigurada para atender às demandas do mercado globalizado, priorizando objetivos econômicos sobre valores sociais, culturais e políticos. “A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, econômico” Laval (2004, p. XI).

Segundo Laval (2004), a lógica neoliberal considera a educação como um bem privado, focando na formação de "capital humano" para atender às necessidades das empresas e minimizar os custos públicos. Reformas promovem descentralização, padronização e profissionalização docente, visando competitividade econômica, em detrimento de sua função de promover cidadania e coesão social. Para o autor:

As reformas liberais da educação são, portanto, duplamente guiadas pelo papel crescente do saber na atividade econômica e pelas restrições impostas pela competição sistemática das economias. As reformas que, em escala mundial, pressionam para a descentralização, para a padronização dos métodos e dos conteúdos, para o novo "gerenciamento" das escolas, para a "profissionalização" dos professores, são fundamentalmente "competitiveness-centred". A escola que antigamente encontrava seu centro de gravidade não somente no valor profissional, mas também no valor social, cultural e político do saber, valor que era interpretado, de resto, de maneira muito diferente segundo as correntes políticas e ideológicas, está orientada, pelas reformas em curso, para objetivos de competitividade que prevalecem na economia globalizada (Laval, 2004, p. XIII).

Ou seja, a escola que, antes, valorizava, além do aspecto profissional, também seu papel social, cultural e político, agora desloca seu foco para atender às exigências de competitividade no contexto da economia globalizada, reduzindo seu compromisso com valores mais amplos e inclusivos.

Assim, as reformas estruturais no setor público, embora introduzam práticas inspiradas no setor privado, têm gerado impactos contraditórios no campo educacional. Enquanto buscam modernizar a gestão e aumentar a eficiência das instituições, acabam por reproduzir desigualdades sociais já existentes. Como explica Paro (2016),

Com a democratização do acesso à escola pública, esta passa a apresentar condições cada vez piores de funcionamento, o que leva a transferência para a rede escolar privada dos filhos dos grupos sociais de melhor situação econômica e com maior poder de pressão sobre o Estado (Paro, 2016, p. 104, 105).

Em contrapartida, Libâneo (2001) destaca que os estudos da gestão escolar revelam duas abordagens principais: uma científico-racional e outra crítica, sócio-

político. O enfoque científico-racional trata a escola como uma entidade técnica e objetiva, que pode ser planejada e controlada para alcançar eficácia e eficiência. Este modelo é caracterizado por uma estrutura hierárquica rígida, centralização de decisões e baixa participação dos envolvidos.

Por outro lado, de acordo com Libâneo (2001), o enfoque crítico vê a escola como um sistema social, onde as interações e o contexto sócio-político são fundamentais. Esta visão enfatiza a construção social da organização escolar por todos os participantes, destacando a gestão democrática e o interesse público sobre o mercado. Nesse sentido:

A organização escolar não seria uma coisa totalmente objetiva e funcional, um elemento neutro a ser observado, mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima (Libâneo, 2001, p.1).

Nesse cenário, o papel da escola transcende o simples cumprimento de normas administrativas, assumindo um caráter formativo e comunitário. Por outro lado, Cóssio (2018) afirma que:

A reforma gerencial visa a adotar no setor público o modelo organizacional e de gestão utilizado pelas grandes corporações da iniciativa privada, ou seja, busca inserir na raiz do sistema público conceitos e práticas voltados à eficiência, eficácia, competitividade, administração por objetivos, meritocracia e demais concepções oriundas de um meio em que a finalidade é a obtenção de lucro e que, portanto, dispensa pouca atenção para as finalidades sociais (Cóssio, 2018, p. 67, 68).

A reforma gerencial no setor público representa uma tentativa de transpor modelos corporativos para o âmbito estatal, fundamentada em princípios como eficiência, eficácia, meritocracia e administração por objetivos. No entanto, essa abordagem prioriza a lógica do mercado, frequentemente desconsiderando a centralidade das finalidades sociais no serviço público. “Na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento, velha herança do Iluminismo, é vista como uma ideia obsoleta” (Laval, 2004, p. IX).

Nesse contexto, a Nova Gestão Pública emerge como uma combinação de gerencialismo, governo empreendedor e governança, com o objetivo de modernizar a administração pública. Contudo, essa modernização frequentemente se alinha às expectativas do mercado, refletindo práticas típicas de empresas privadas lucrativas, o que pode comprometer a atenção às demandas sociais e ao bem-estar coletivo. Como afirma Cóssio (2018).

Assim, a Nova Gestão Pública pode ocorrer combinando o gerencialismo, o governo empreendedor e a governança, pois todos buscam tornarem a gestão pública mais eficaz e mais eficiente, visando a sua modernização, o que significa, nesse ideário, corresponder às expectativas do mercado dentro da lógica das empresas privadas lucrativas (Cóssio, 2018, p. 68).

Cóssio (2018) assegura ainda que, com o pretexto de modernizar a gestão pública e torná-la mais eficiente e eficaz, as instituições de diferentes níveis governamentais são pressionadas a incorporar modelos de organização e funcionamento característicos do setor privado. Entre essas práticas, destacam-se a busca por rentabilidade, competitividade e concorrência, o que, em certas circunstâncias, pode distorcer o papel institucional e comprometer suas funções originais.

O novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica. Ele depende de um "economismo" aparentemente simplista cujo axioma principal é que as instituições, em geral, e as escolas, em particular, só têm sentido dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia. O "homem flexível" e o "trabalhador autônomo" constituem, assim, as referências do novo ideal pedagógico (Laval, 2004, p. 03).

Laval (2004) argumenta que a profissionalização se tornou um pilar central da nova organização da escola, intensificado pelo neoliberalismo. Embora a ideia de alinhar a educação ao mercado de trabalho não seja nova, ela foi ampliada para englobar todos os níveis e áreas de ensino, não apenas os cursos profissionalizantes. Essa abordagem busca reinterpretar práticas e decisões pedagógicas com um único objetivo: atender às demandas do mercado de trabalho.

Essa ideologia, embora apresentada como modernização ou até democratização da educação, resulta na perda de autonomia das instituições de ensino, subordinando-as aos interesses econômicos. Além disso, reforça a valorização das empresas enquanto desqualifica a educação pública, contribuindo para a desigualdade e a redução do papel crítico e emancipador da escola e da universidade. Laval (2004, p. 43) afirma que, "Não há educação sem ideal humano, sem uma ideia da excelência humana".

Nesse contexto neoliberal, as reformas da educação pública têm adotado um modelo gerencial baseado em eficiência e resultados, frequentemente desvinculado dos princípios pedagógicos e formativos. Essa abordagem reflete a influência de práticas do setor privado nas políticas educacionais, priorizando metas quantitativas em detrimento da formação integral dos cidadãos. Enquanto a lógica empresarial

associa qualidade ao rendimento escolar, medido por testes padronizados e indicadores de desempenho. A educação democrática, compreende a qualidade como um processo voltado ao desenvolvimento social e à emancipação humana,

1.1 A GESTÃO DEMOCRÁTICA: UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

A gestão democrática e participativa na educação é um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, traz importantes dispositivos que visam promover a participação ativa de diversos atores no processo educacional.

A democratização da gestão escolar é vista enquanto possibilidade de autonomia da unidade escolar e de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, contando com a participação efetiva de toda a comunidade escolar em que pressupõe que as instâncias colegiadas tenham um caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares (Soligo; Estrada; Soligo; 2021, p. 298).

A partir dos estudos realizados no Brasil, Libâneo (2001), nos apresenta três principais concepções de organização e gestão: a técnico-científica (ou funcionalista), a autogestionária e a democrático-participativa. Neste estudo trataremos a concepção democrática-participativa que de acordo com o autor valoriza a relação orgânica entre direção e participação, com foco na busca de objetivos comuns.

Inicialmente, a democracia, como princípio fundamental de organização social, tem sido historicamente celebrada como a pedra angular da liberdade, igualdade e participação cidadã. Nesse contexto, Paro (1992) enfatiza a importância da participação da comunidade na gestão escolar como um tema crucial para a melhoria da qualidade da educação pública.

A Gestão democrática é, também, uma tentativa de organização da sociedade, o que configura ainda mais fortemente a sua natureza material, já que essas tentativas se realizarão com menor ou maior intensidade tendo em vista o desejo público de todos os agentes envolvidos e a viabilidade formal pela existência de legislação e normas que lhe deem amparo legal (Mendonça, 2000, p. 25).

Embora existam inúmeros obstáculos para a consolidação da gestão democrática, é fundamental não desistir diante das primeiras dificuldades. “A escola estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população

escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar”. Paro (2016, p. 23).

Libâneo (2001) caracteriza a gestão democrática-participativa como uma administração coletiva e pública das decisões, com coordenação e avaliação sistemática. Destaca a definição clara de objetivos, articulação entre direção e iniciativa, qualificação profissional, objetividade na gestão, e acompanhamento pedagógico contínuo. Nesse modelo de gestão, todos os membros da equipe são responsáveis tanto por dirigir quanto por serem dirigidos, bem como por avaliar e serem avaliados.

Paro (2016) afirma que a gestão democrática está diretamente ligada à participação popular, que deve ir além da simples execução de tarefas, abrangendo também a tomada de decisões, a verdadeira democratização da educação acontece na prática. O autor completa afirmando que enquanto a participação estiver condicionada à aprovação de outra pessoa, ela não pode ser vista como democrática. Esse autor em 1987 refere-se à gestão democrática como uma “utopia” não apenas no sentido de ser algo que não existe, mas sim que ainda possa existir, como resultado de um “processo de transformação da autoridade” que se dá a partir da “conquista da escola pelas camadas trabalhadoras”, afirmando que essa transformação se inicia pela classe trabalhadora. De acordo com ele, se quisermos “uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí”, pois quando o diretor começa a distribuir a autoridade com os demais membros da escola, este está dividindo responsabilidade, e com a participação de toda a comunidade escolar terá mais condições para conseguir autonomia da escola e os recursos necessários para uma boa gestão (Paro, 1987, p.52). Ou seja, para que a escola se torne, de fato, um espaço transformador, é necessário que ela não apenas repense sua prática pedagógica, mas também reconfigure suas estruturas administrativas de forma a promover a inclusão e a participação ativa de todos os atores envolvidos.

Nesse sentido, segundo Morin (1999), a autonomia deve ser compreendida dentro da interdependência humana, não como independência absoluta, mas como a capacidade de autorreflexão e auto-organização.

A complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada dos elementos que a constituem: todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das

participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana. Morin (1999, p 55)

A democratização da gestão escolar, ao descentralizar a autoridade e estimular a corresponsabilidade, promove a autonomia e cria as condições para que a comunidade escolar se sinta parte do processo decisório. Esse modelo participativo não apenas potencializa a participação, mas também fortalece o vínculo entre gestão e os objetivos sociais da educação, alinhando a organização escolar às demandas de uma sociedade mais justa e democrática.

[...] há que se pensar numa transformação radical no modo como a escola organiza suas atividades, dotando-a de uma estrutura administrativa que, sendo propícia a realização dos fins sociais da educação, favoreça a participação em sua gestão dos diferentes grupos e pessoas envolvidas nas atividades escolares (Paro, 2016, p. 127).

Nesse sentido, a transformação estrutural da escola, proposta por Paro (2016) deve considerar não apenas a reorganização administrativa, mas também a necessidade de alinhar suas práticas aos princípios de equidade e justiça social. Nesse contexto, os artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988 estabelecem bases fundamentais para a concepção da educação no Brasil.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal de 1988, Art. 205).

O Artigo 205 define a educação como um direito universal e um dever compartilhado entre o Estado e a família, destacando a colaboração da sociedade como um elemento essencial para alcançar o pleno desenvolvimento humano, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho. Já o Artigo 206 complementa essa visão ao estabelecer os princípios que orientam o ensino, incluindo a gestão democrática e a garantia de um padrão de qualidade. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a gestão democrática como um dos princípios fundamentais que orientam o ensino público no Brasil. Esse compromisso está explicitado no Art. 206, inciso VI que dispõe: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei."

Esse dispositivo reforça a importância de uma administração educacional que promova a participação efetiva de toda a comunidade escolar — gestores, professores, estudantes, pais e representantes da sociedade civil. A gestão democrática transcende o caráter meramente administrativo, assumindo uma

dimensão política e social ao garantir que as decisões sejam tomadas de maneira colegiada, transparente e inclusiva, com vistas à promoção de uma educação que atenda aos interesses coletivos e contribua para a formação cidadã.

Dessa forma, como observa Mendonça (2000), a Constituição Federal não delimitou quais sistemas deveriam ser utilizados para implementar esse princípio, nem restringiu sua aplicação a determinados níveis ou modalidades de ensino. Em outras palavras, a norma foi redigida de forma abrangente, garantindo que todas as instituições públicas de educação fossem obrigadas a adotar práticas de gestão democrática, independentemente do tipo de ensino oferecido. Esses dispositivos legais reforçam que a educação deve ir além de uma simples transmissão de conhecimentos, incorporando valores que assegurem sua função social. A garantia de qualidade, prevista no inciso VII do Artigo 206, precisa ser compreendida de forma ampla, contemplando não apenas indicadores de eficiência, mas também o compromisso com a justiça social e a equidade. Assim, eles delineiam um marco que exige que as práticas educacionais estejam alinhadas aos objetivos de inclusão e desenvolvimento integral, promovendo uma educação que atenda tanto às necessidades individuais quanto aos interesses coletivos.

Como ressalta Mocarzel (2019), do ponto de vista social, a qualidade educacional está associada à promoção da equidade, enquanto que sob a ótica econômica, ela se refere à eficiência no uso dos recursos. E faz críticas ao modelo de qualidade total por ser uma abordagem mercadológica, e também ao modelo empresarial e produtivista pois é superficial e não contribui para uma compreensão realista do que deveria ser uma educação de qualidade, conforme os interesses da sociedade.

Essa crítica aos modelos mercadológicos e produtivistas reforça a necessidade de se pensar a qualidade educacional a partir de uma perspectiva que priorize os interesses sociais e democráticos. Nesse contexto, a gestão educacional deve ir além de parâmetros técnicos ou economicistas, integrando valores que promovam a participação coletiva e o atendimento às necessidades reais da população. Essa abordagem é fundamental para garantir que as políticas públicas educacionais reflitam os princípios de justiça social e de equidade, pilares essenciais para uma educação que atenda de forma legítima aos objetivos de uma sociedade democrática.

Na medida em que a gestão democrática do ensino público se inscreve como um princípio constitucional, os sistemas de ensino estaduais e municipais se obrigam a adotá-la com uma diretriz de política pública, configurando-se, portanto, como um instrumento de que o estado se utiliza para alcançar seus objetivos estratégicos (Mendonça, 2000, p. 37).

Paro (1992), ratifica que a participação ativa dos pais e da comunidade é vista como essencial para promover mudanças significativas no sistema educacional e garantir uma educação de qualidade para todos. Assim, a colaboração entre escola, pais e comunidade se mostra fundamental para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade.

Nesse sentido, “Ater-se à visão produtivista, baseada exclusivamente em rankings, índices e otimização financeira retira da gestão seu caráter democrático, social e humano. Não há de se ter, assim, uma qualidade socialmente referenciada” Mocarzel (2019, p.51). Essa crítica ao produtivismo destaca a necessidade de um modelo de gestão que ultrapasse métricas econômicas e rankings, resgatando valores como participação, equidade e humanização. Nesse contexto, a gestão democrática se apresenta como uma alternativa essencial, conectando-se às demandas históricas por maior inclusão e transparência nos processos decisórios. Ao mesmo tempo, ela reflete um movimento de resistência às estruturas rígidas e centralizadas, propondo uma organização mais flexível e participativa, alinhada às aspirações de uma sociedade em busca de justiça social e qualidade educacional que dialogue com os interesses coletivos.

A luta pela democratização dos processos de gestão da educação no Brasil está relacionada aos movimentos mais amplos de redemocratização do país e aos movimentos sociais reivindicatórios de participação. Na sua especificidade, porém, esta luta está também e particularmente vinculada a uma crítica ao excessivo grau de centralismo administrativo, à rigidez hierárquica de papéis nos sistemas de ensino, [...] a Gestão democrática surge como um contraponto à ênfase organizacional tecnicista (Mendonça, 2000, p. 66).

Ademais, Paro (2010) defende a gestão escolar democrática como uma forma de garantir a participação dos envolvidos no processo de trabalho pedagógico e na coordenação do esforço humano coletivo. A gestão democrática da escola pública deve levar em conta a especificidade da escola e contemplar os interesses de seus usuários. Ele afirma ainda que a gestão democrática da escola pública é uma forma de garantir a participação e a deliberação coletiva dos envolvidos no processo de trabalho pedagógico e na coordenação do esforço humano coletivo. Levando em conta a especificidade da escola e contemplar os interesses de seus usuários,

promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões.

Ainda, de acordo com Paro (2016),

A democracia, como valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que, tendencialmente, deve envolver cada indivíduo, na plenitude de sua personalidade. Não pode haver democracia plena sem pessoas democráticas para exercê-la (Paro 2016, p.33).

A concepção progressista de direção escolar leva em conta a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico ao reconhecer a relação democrática entre os sujeitos envolvidos no processo de trabalho pedagógico e ao promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na tomada de decisões (Paro, 2010).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), por sua vez, relatam que a gestão participativa é a principal forma de garantir uma gestão democrática, possibilitando uma participação de toda comunidade escolar nas tomadas de decisão e na organização escolar, é necessário que todos os envolvidos conheçam as metas e objetivos da escola, aproximando docentes, discentes e familiares construindo conjuntamente uma escola autônoma comprometida com aprendizagem e desenvolvimento das capacidades intelectuais, sociais, afetivas sendo a escola uma comunidade democrática de aprendizagem.

Concluimos que, para se ter uma gestão de fato democrática, faz-se necessário que a comunidade escolar e o sistema de ensino persigam uma qualidade de educação referenciada no social, humana, que não deixe de lado os aspectos práticos nem a eficiência, mas que não comprometa o que há de mais importante em nome disso: as pessoas que fazem a educação Mocarzel (2019, p.51).

De acordo com Borde e Damasceno (2019), para compreender a realidade de uma escola, é essencial valorizar a participação ativa de todos os envolvidos, como pais, alunos, funcionários, professores e gestores, permitindo que cada voz seja ouvida e que a escola possa construir sua própria identidade.

A singularidade de cada instituição de ensino requer que o Projeto Político Pedagógico seja igualmente único, refletindo as necessidades específicas da comunidade escolar. A gestão democrática do ensino público fundamenta-se na participação coletiva, elemento central para viabilizar práticas que assegurem seu funcionamento efetivo. Nesse sentido, Mendonça (2000) afirma que:

As questões ligadas à participação podem ser consideradas o plano de fundo de todos os mecanismos que, de alguma maneira, materializam os processos de funcionamento da gestão democrática do ensino público (Mendonça, 2000, p. 93).

Essa visão é complementada por Borde e Damasceno (2019, p.65) que destacam o papel do Conselho Escolar como instrumento chave para consolidar uma gestão colegiada, afirmando que “a Gestão Democrática possui, na sua essência, a ação político-pedagógica, considerando o Conselho Escolar como consolidador de um projeto sólido, no qual ocorre uma gestão colegiada”.

Embora o Plano Nacional de Educação reforce a autonomia e a gestão democrática como pilares fundamentais para a escola pública, sua implementação enfrenta desafios que vão além das ações formais, como eleições e conselhos escolares.

Como apontam Borde e Damasceno (2019), a autonomia para decidir as ações dentro da escola é um princípio reafirmado no Plano Nacional de Educação, que também estabelece a gestão democrática por meio da eleição de diretores e da formação dos Conselhos Escolares, com a inclusão da comunidade local. No entanto, apenas a eleição para diretores escolares e a composição dos conselhos não garantem a verdadeira democracia escolar, sendo fundamental a participação efetiva dos conselheiros em todas as áreas da instituição.

No entanto, essa autonomia está em constante tensão com processos de empresariamento da educação. Conforme Cóssio (2018),

[...] o empresariamento da educação, através da participação ativa dos setores de mercado, seja uma forma de privatizar a educação pública, incidindo sobre seus fins e objetivos, ressignificando e/ou modificando princípios que foram considerados essenciais para a formação plena de pessoas para a cidadania e para a democracia, inseridos na Constituição Federal de 1988 e nas legislações educacionais (Cóssio, 2018, p. 72).

O empresariamento da educação, conforme alerta Cóssio (2018), representa uma ameaça direta aos princípios constitucionais que orientam a educação pública, pois insere interesses de mercado nos processos decisórios, modificando os objetivos originais de formação cidadã e democrática. Frente a esse contexto, a construção de uma estrutura administrativa que promova a participação efetiva de pais e membros da comunidade, como propõe Paro (2016), torna-se uma resposta necessária para proteger a educação pública dessas influências privatistas.

Uma estrutura administrativa adequada à realização de objetivos educacionais de acordo com os interesses das camadas trabalhadoras deve também prever mecanismos que facilitem e estimulem a participação de pais e membros da comunidade em geral nas tomadas de decisão (Paro, 2016, p. 125)

Ao incentivar a inclusão de diferentes vozes nas decisões escolares, é possível preservar os valores sociais e democráticos, garantindo que a escola atenda prioritariamente aos interesses das camadas trabalhadoras e das comunidades que dela dependem.

Uma estrutura administrativa participativa, como destaca o professor Paro (2016), não apenas fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade, mas também reafirma o papel social da instituição de ensino. Esse compromisso vai além de métricas quantitativas, como notas e testes, e se concentra na essência do processo educativo: a apropriação do saber pelo educando. Para alcançar esse objetivo, é indispensável que a gestão escolar seja orientada por princípios democráticos e pelo diálogo constante com as famílias e a comunidade, assegurando que as decisões reflitam as necessidades reais das camadas trabalhadoras e contribuam para uma educação de qualidade, comprometida com a transformação social.

Se estamos convencidos da relevância social da escola, é preciso afirmar seu compromisso com a qualidade dos serviços que presta, ou seja, com a eficiência com que ela alcança seu fim específico, que consiste na apropriação do Saber pelo educando, não na capacidade deste para tirar notas ou responder a provas e testes (Paro, 2016, p. 131).

A gestão escolar democrática, fundamentada na participação coletiva e na descentralização das decisões, ganha novas possibilidades na contemporaneidade com a integração das tecnologias, e também passa a enfrentar novos desafios. Uma vez que, as tecnologias digitais, longe de serem neutras, refletem valores e intenções, e sua adoção deve ser orientada por um compromisso com a equidade e a justiça social. Assim, elas podem ser utilizadas tanto para facilitar o acesso à informação, promover a formação continuada e estimular o protagonismo dos diversos segmentos da comunidade escolar, consolidando um ambiente educacional mais participativo. Ao mesmo tempo que podem ser usadas para vincular o monitoramento das informações ao setor privado, além de intensificar o controle sobre os profissionais.

2. DO PASSADO AO PRESENTE: A TRAJETÓRIA TECNOLÓGICA E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE

Nesse cenário, as tecnologias digitais emergem como ferramentas que podem ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento e transformar os processos educacionais. Assim, as tecnologias não devem ser vistas como entidades autônomas, separadas da sociedade e da cultura, mas como produções que refletem as dinâmicas e valores de quem as cria e utiliza.

Para uma compreensão mais aprofundada do desenvolvimento tecnológico observado na contemporaneidade, torna-se essencial realizar um retorno histórico para analisar e compreender os marcos que constituíram esse processo. Tal abordagem permite identificar as etapas evolutivas, os contextos sociais e culturais, bem como os fatores que impulsionaram as inovações ao longo do tempo, contribuindo para a construção do panorama tecnológico atual.

A forma como o conhecimento é produzido e transmitido ao longo do tempo foi profundamente influenciada por avanços tecnológicos, que surgiram muito antes da invenção dos computadores. Como a introdução da escrita alfabética e a invenção da prensa, todas essas tecnologias foram, ao longo do tempo, condicionantes para as reformas educacionais.

Essas inovações não apenas transformaram a relação das sociedades com a escola, mas também criaram novas possibilidades de participação e inclusão, pilares fundamentais de uma gestão educacional democrática. Desde os sistemas de escrita antigos, como as pinturas rupestres nas cavernas, o alfabeto fenício, a prensa de Gutenberg, até os posts virais que moldam as narrativas contemporâneas, cada etapa representa um marco na evolução da comunicação e no acesso ao conhecimento.

Segundo Cardoso (2008), a introdução da impressão com tipos móveis desempenhou um papel fundamental ao possibilitar a padronização dos textos, o que assegurou a transmissão consistente das informações. Esse avanço foi decisivo para o fortalecimento das línguas e literaturas nacionais, além de contribuir significativamente para a expansão do aprendizado e da educação. A tipografia não apenas viabilizou a ampla circulação de textos religiosos, mas também permitiu a difusão de obras científicas e filosóficas, promovendo um intenso intercâmbio de

ideias que impulsionou o progresso do conhecimento em áreas como ciência, filosofia e literatura.

O aparecimento da escrita acelerou um processo de artificialização, de exteriorização e de virtualização da memória que certamente começou com a humanização. [...] com a escrita, e mais ainda com o alfabeto e a imprensa, os modos de conhecimentos teóricos e hermenêuticos passaram por tanto a prevalecer sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais (Lévy, 1996, p. 38).

Cardoso (2008) destaca ainda que a criação da tipografia por Gutenberg não apenas mudou radicalmente o processo de produção de livros, mas também impactou profundamente a sociedade ao ampliar o acesso ao conhecimento e incentivar o intercâmbio de ideias. Essa invenção revolucionária permitiu a disseminação de informações em uma escala sem precedentes, fomentando o desenvolvimento de novas perspectivas e movimentos intelectuais.

Embora os computadores eletrônicos tenham surgido apenas no século XX, suas raízes remontam a tempos muito anteriores. O ábaco, por exemplo, pode ser considerado um dos primeiros avanços na direção dos computadores. Criado há cerca de 5.000 anos, ele era usado para realizar cálculos matemáticos e consistia em uma estrutura de madeira com peças móveis que deslizavam sobre hastes, representando valores de 1 e 5. Outro marco importante foi a régua de cálculo, desenvolvida por William Oughtred em 1622, que utilizava escalas baseadas em logaritmos para simplificar cálculos complexos.

Com o passar do tempo, surgiram máquinas mais sofisticadas e eficientes, como a Linotype e a Monotype, que revolucionaram a tipografia. Cardoso (2008) destaca que essas inovações aumentaram significativamente a velocidade e a eficiência na impressão de jornais e livros. Além de reduzir o esforço manual, essas máquinas também elevaram a qualidade das impressões, tornando a produção de materiais impressos mais rápida e econômica.

De acordo com Villaça e Steinbach (2015), até a primeira metade do século XX, o termo "computador" referia-se a pessoas que executavam cálculos matemáticos, dividindo tarefas extensas em etapas e colaborando em equipe. Nesse contexto, Charles Babbage concebeu a Máquina Diferencial, projetada para calcular e imprimir tabelas automaticamente. No entanto, a construção de sua Máquina Analítica não foi possível devido às limitações tecnológicas da época. Conforme os

autores afirmam, os primeiros dispositivos mecânicos projetados para facilitar os trabalhos de cálculo apareceram no século XVII.

Já no final do século XIX, Herman Hollerith desenvolveu um sistema automatizado utilizando cartões perfurados para processar os dados do censo nos Estados Unidos, um avanço que culminou na criação da IBM. A transição do conceito de "computador" como uma função desempenhada por pessoas para o entendimento atual como um dispositivo eletrônico foi marcada por avanços tecnológicos e teóricos significativos. Esse processo de transformação começou a ganhar forma com a crescente necessidade de automatizar cálculos complexos, impulsionada por demandas científicas, econômicas e militares.

Nesse contexto, as ideias inovadoras de pesquisadores como Alan Turing foram determinantes para redefinir o que entendemos por computação, promovendo uma ruptura conceitual e tecnológica que culminou no surgimento dos computadores digitais modernos. Em 1936, Alan Turing apresentou o conceito de um computador com programa armazenado, uma ideia que viria a ser um dos pilares da ciência da computação moderna. Sua proposta teórica da "Máquina de Turing" não apenas estabeleceu as bases para a computação, mas também desempenhou um papel crucial durante a Segunda Guerra Mundial, decodificando os complexos códigos nazistas e oferecendo, assim, uma vantagem estratégica decisiva para os aliados.

Paralelamente, a transição para computadores eletrônicos começou a se concretizar com a criação de máquinas pioneiras, como o Z1, construído em Berlim, e o Mark I, desenvolvido na Universidade de Harvard. Essas inovações marcaram o início de uma nova era tecnológica, consolidando a evolução dos computadores durante o conflito global.

Segundo Cardoso (2008), a concepção de programa armazenado, inicialmente proposta por Alan Turing, foi formalmente desenvolvida e ampliada por John Von Neumann, estabelecendo um dos fundamentos centrais da ciência da computação. Essa inovação possibilitou que as máquinas não apenas realizassem cálculos específicos, mas também fossem programadas para executar uma ampla gama de tarefas, conferindo-lhes maior flexibilidade e funcionalidade. Esses avanços representaram marcos significativos na trajetória evolutiva da computação, que

passou de simples dispositivos mecânicos para sistemas complexos capazes de processar informações de forma autônoma.

Cardoso (2008) complementa afirmando que, a progressão desse conceito reflete a transição da automação limitada de cálculos para o desenvolvimento de computadores programáveis, marcou um ponto de inflexão na história da tecnologia. A digitalização transformou a tipografia, permitindo maior flexibilidade na criação e manipulação de fontes, além de facilitar a impressão sob demanda. Esse processo inaugurou uma nova era, influenciando desde a publicação de livros até a produção de conteúdos visuais.

De forma sintética, e tomando as contribuições de Gugik (2009), a história da computação é marcada por inovações que transformaram a maneira como realizamos cálculos e interagimos com as máquinas. Um dos primeiros dispositivos de cálculo, o ábaco, como dito anteriormente, foi utilizado desde a antiguidade. No século XX, Alan Turing desenvolveu a Máquina de Turing, que formalizou a computação teórica e contribuiu para a criação do Computador Colossus, um dos primeiros computadores digitais construídos durante a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Gugik (2009), um dos marcos significativos na história da computação foi o desenvolvimento do Mark I em 1944, na Universidade de Harvard e pesava cerca de cinco toneladas. Posteriormente, outras inovações consolidaram ainda mais a evolução tecnológica, como o ENIAC, considerado um dos primeiros computadores digitais a operar de forma totalmente automatizada, eliminando a necessidade de intervenções manuais para executar suas funções. Ainda segundo esse autor, a revolução tecnológica foi aprofundada na década de 1980 com o lançamento do Lisa e do Macintosh, pela Apple, em 1983 e 1984, respectivamente. Essas máquinas introduziram recursos inéditos na interação entre humanos e computadores, como o uso do mouse e a interface gráfica. Essas inovações não apenas tornaram a computação mais acessível e intuitiva para o público geral, mas também redefiniram os padrões de design e funcionalidade dos computadores pessoais, transformando profundamente a relação entre tecnologia e sociedade.

Segundo Silva e Silva (2009), para compreender de forma abrangente como as tecnologias influenciam a humanidade, é essencial primeiro definir o conceito de tecnologia. Muitas vezes, o termo é associado exclusivamente às inovações digitais

ou ao campo da informática, uma visão limitada que desconsidera sua amplitude histórica e cultural. Na realidade, a noção de tecnologia remonta a tempos antigos, muito além das máquinas modernas e sistemas computacionais. Esses autores ressaltam que, desde as primeiras civilizações, a tecnologia esteve profundamente vinculada à criação de ferramentas e ao desenvolvimento de métodos que permitiram à humanidade interagir e transformar o ambiente ao seu redor. Assim, a tecnologia deve ser entendida como uma constante na trajetória humana, não como um fenômeno restrito à modernidade. Sua evolução é um reflexo das necessidades, desafios e aspirações humanas, representando um marco que não apenas moldou a sociedade, mas também definiu elementos essenciais do que significa ser humano.

“Na verdade, tecnologia é um conjunto de conhecimentos específicos, acumulados ao longo da história, sobre as diversas maneiras de se utilizar os ambientes físicos e seus recursos materiais em benefício da humanidade” (Silva e Silva, 2009, p. 386). Assim, é possível perceber que o avanço tecnológico, desde os instrumentos mais primitivos até os sofisticados computadores digitais, desempenhou um papel essencial no progresso humano em diversas áreas do saber. Essa evolução não apenas influenciou, mas também transformou profundamente a sociedade ao longo da história, deixando marcas indelévels em sua estrutura e dinâmica. Além disso, a tecnologia tem sido um elemento central na ampliação do conhecimento e na reformulação da percepção histórica, modificando constantemente os modos pelos quais registramos, interpretamos e compreendemos os eventos e a trajetória da humanidade ao longo dos séculos.

Nesse sentido, Abreu (2009) destaca que a origem da Internet remonta à ARPANET, uma rede pioneira desenvolvida pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPA) dos Estados Unidos durante o contexto da Guerra Fria. Criada em 1962, sua concepção foi motivada pela necessidade estratégica de estabelecer um sistema de comunicação capaz de resistir a eventuais ataques nucleares, garantindo que as linhas de transmissão permanecessem funcionais ou fossem rapidamente restauradas em situações de crise.

De acordo com Abreu (2009), a evolução da Internet de uma plataforma restrita ao âmbito militar e acadêmico para um espaço comercial foi marcada por iniciativas como a criação da CompuServe em 1979, o primeiro provedor de serviços online.

Essa transição impulsionou a comercialização da rede, ampliando seu alcance e impacto. Em 1989, Tim Berners-Lee, cientista que introduziu a World Wide Web, um marco que possibilitou a interligação global de informações, revolucionando o acesso e a troca de dados entre computadores em diferentes localidades.

2.1 AS TECNOLOGIAS E SUAS CONEXÕES ENTRE A SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Ao refletir sobre o papel da tecnologia na trajetória da humanidade, evidencia-se uma transformação significativa. Cada avanço tecnológico, desde as inovações mais rudimentares até as mais complexas, não apenas alterou as formas de comunicação e armazenamento de informações, mas também influenciou diretamente o desenvolvimento humano, demonstrando a relação simbiótica entre a criação tecnológica e a evolução das sociedades, dando origem ao que chamamos de revolução digital.

Embora as tecnologias digitais tenham surgido antes, a verdadeira revolução ocorreu com a expansão dessas ferramentas, não apenas pela sua invenção. A sociedade digital nasce dessa revolução, que se sobrepõe às conquistas anteriores, sem eliminar os vestígios da era industrial, rural ou urbana. Assim, fábricas e cidades se informatizam, enquanto novas formas de interação e comunicação surgem. Dessa forma, "é na sociedade Industrial que podemos buscar os começos da sociedade digital" (Barros, 2022, p.36).

Barros (2022) destaca que a mera criação de tecnologias digitais não constitui, por si só, uma revolução digital, tampouco assegura o advento de uma sociedade digital. No entanto, a invenção dessas tecnologias estabeleceu as bases indispensáveis para que a revolução digital pudesse emergir. Segundo o autor, "a sociedade digital é aquela que se configura a partir de uma revolução digital" (Barros, 2022, p. 32), enfatizando a interdependência entre o avanço tecnológico e as transformações estruturais e culturais que caracterizam esse novo paradigma social.

A revolução digital se apresenta como uma nova melodia na grande polifonia das revoluções transversais que afetaram de maneira generalizada a civilização planetária. O principal invento que a possibilita – na verdade, um invento ainda elétrico e industrial – é o computador. Mas o nível científico que a torna efetivamente possível é o da mecânica quântica, uma vez que, sem esta, não teria sido possível o vasto e extraordinário conjunto de tecnologias proporcionado pela microeletrônica (Barros, 2022, p. 27).

Conforme afirma Barros (2022), a era digital impulsionou a informatização de setores como a indústria e o agronegócio, ao mesmo tempo em que provocou transformações significativas nas cidades, conferindo à vida urbana uma nova dinâmica mediada pelo digital. Esse processo de digitalização redefiniu as formas de interação social, alterando de maneira substancial os padrões de convivência na sociedade contemporânea.

Todos estão ligados a todos, tudo está ligado a tudo, uma coisa depende da outra, uma coisa provoca outra. Mais do que em qualquer outro momento da história da humanidade, a distância foi encurtada ou abolida para quase todos os efeitos, em particular desde que, em vez de ir a pessoas até as coisas (visitar as ruínas gregas, o Arco do Triunfo), as coisas começaram a ser trazidas até as pessoas (pela internet, pela realidade virtual) (Coelho, 2019, p.71).

O contínuo avanço das tecnologias associadas ao fornecimento de internet tem transformado a web, nesse fenômeno, segundo Vilaça e Araújo (2016, p. 26), “A web vai passando de um lugar de visita para um lugar de maior permanência e participação”, contribuindo para o surgimento do conceito de hiper conexão, caracterizado pela intensa e constante conectividade entre os indivíduos.

Para enriquecer essa análise, é essencial considerar os efeitos da internet na construção da sociedade digital. Abreu (2009) associa a internet à ideia de igualdade sócio-participativa, argumentando que sua concepção como uma rede pode simbolizar um modelo de sociedade onde todos os indivíduos possuem igual valor e relevância nos diferentes contextos sociais. Nesse sentido, a internet tem potencial para transformar os modos de comunicação e expressão, criando espaços mais participativos e acessíveis para a troca de informações.

No entanto, a realidade atual revela que o uso da internet ainda é predominantemente restrito a determinados grupos, perpetuando um caráter elitista. Isso evidencia que, embora a internet abra caminhos para a democratização da comunicação, essa transformação ainda está longe de ser plenamente efetivada, necessitando de esforços para ampliar o acesso e reduzir as desigualdades digitais que afetam a sociedade em rede.

Antes de adentrar no conceito de sociedade em rede, é fundamental compreender o que caracteriza uma sociedade. Silva e Silva (2009) definem a sociedade como um conjunto estruturado de instituições, normas e formas de

organização que regula e molda o convívio humano. Contudo, as sociedades não são estáticas; elas estão constantemente sujeitas a transformações decorrentes de uma variedade de fatores, sendo os avanços tecnológicos um dos mais significativos.

Nas sociedades orais, as mensagens linguísticas eram sempre recebidas no tempo e lugar em que eram emitidas. Emissores e receptores compartilhavam uma situação Idêntica e, na maior parte do tempo, um universo semelhante de significação [...] a escrita abriu um espaço de comunicação desconhecido pelas sociedades orais, no qual tornava-se possível tomar conhecimento das mensagens produzidas por pessoas que encontravam-se a milhares de quilômetros, ou mortas a séculos, ou então que se expressavam apesar de grandes diferenças culturais ou sociais ponto a partir daí, os atores da comunicação não dividiam mais necessariamente a mesma situação mais em interação direta (Lévy, 1999, p. 114).

Com o advento das tecnologias computacionais e da internet, a humanidade vivenciou uma nova onda de transformações profundas. A digitalização das esferas sociais, econômicas e culturais tem inserido os indivíduos em uma realidade inovadora, que reconfigurou os paradigmas de convivência e interação humana.

A revolução tecnológica contemporânea apresenta desafios constantes, uma vez que o conhecimento e a informação estão em um estado de fluxo contínuo, sendo incessantemente revisados e aprimorados. Nesse contexto, como destaca Castells (1999), a sociedade em rede transforma não apenas as relações sociais, mas também a maneira como se produz, compartilha e interpreta o saber, exigindo novas formas de pensar e atuar no mundo globalizado e interconectado. Como observa Castells (1999),

[o] que caracteriza a atual revolução tecnológica não é a centralidade de conhecimentos e informação, mas a aplicação desses conhecimentos e dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a invenção e seu uso (Castells, 1999, p. 69).

Lévy (1999) destaca que as mídias de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, deram continuidade à tradição de transmissão universal e homogeneizante iniciada com a escrita. Essas mídias têm como objetivo principal disseminar mensagens para o maior público possível, buscando um ponto de convergência entre os receptores. Contudo, ao fazer isso, elas tendem a ignorar as particularidades individuais dos destinatários, bem como suas especificidades sociais e culturais, tratando o público como uma entidade uniforme que consome a mesma mensagem de maneira simultânea e indiferenciada.

Por outro lado, o surgimento do ciberespaço rompe com esse modelo tradicional ao oferecer um novo paradigma de comunicação. Diferentemente da universalidade imposta pelas mídias de massa, o ciberespaço favorece a interação e a personalização. Ele possibilita uma comunicação mais dinâmica e participativa, na qual os indivíduos não apenas recebem mensagens, mas também as produzem e compartilham em contextos específicos. Esse ambiente digital promove um intercâmbio mais horizontal e diversificado, valorizando a singularidade e a interação entre os usuários.

O termo "ciberespaço", introduzido por Gibson em sua obra *Neuromancer*, inaugura uma visão inovadora que transcende o campo da ficção científica. Inicialmente concebido como um cenário imaginário de disputas globais e de interações econômicas e culturais emergentes, o conceito foi ampliado e reinterpretado ao longo do tempo. Conforme explica Lévy (1999):

A palavra Ciberespaço foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, Nova Fronteira econômica e cultural (Lévy, 1999, p. 92).

Barros (2022, p. 35) vai além e afirma que “O Ciberespaço pode ser definido como este lugar virtual onde a web se apoia (ou flutua) com seus fluxos e fixos”. Na sociedade da informação, essa vastidão de recursos e conteúdos acessíveis oferece inúmeras oportunidades para o desenvolvimento social, educacional e econômico.

Lévy (1999) oferece uma definição mais abrangente, descrevendo o ciberespaço como um ambiente de comunicação formado pela interconexão global de computadores e suas memórias. Esse ambiente proporciona o acesso remoto a uma ampla gama de recursos computacionais, transformando a maneira como as pessoas interagem, compartilham informações e constroem novas dinâmicas sociais e culturais. Essa evolução reflete o papel central do ciberespaço na configuração da sociedade contemporânea, influenciando desde as interações pessoais até as estruturas globais.

O ciberespaço [...] é o novo meio de comunicação que surge da interconexão Mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo (Lévy, 1999, p. 17).

A relação entre o ciberespaço e a cibercultura é intrínseca, uma vez que o desenvolvimento de um influencia diretamente a formação do outro. Enquanto o ciberespaço constitui o ambiente digital no qual as interações ocorrem, a cibercultura reflete os comportamentos, valores e práticas que emergem nesse contexto tecnológico. Para Lévy (1999, p.17), a cibercultura é “o conjunto de técnicas, práticas e atitudes, de modos de pensamentos e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Essa interação dinâmica molda não apenas a forma como nos comunicamos, mas também como pensamos, trabalhamos e nos organizamos socialmente, evidenciando o efeito transformador da conectividade global nas estruturas culturais

A cultura da Internet é a cultura dos criadores da Internet. Por cultura entendo um conjunto de valores e crenças que formam o comportamento; padrões repetitivos de comportamento geram costumes que são repetidos por instituições, bem como por organizações sociais informais. Cultura é diferente de ideologia, psicologia ou representações individuais. Embora explícita, a cultura é uma construção coletiva que transcende preferências individuais, ao mesmo tempo em que influencia as práticas das pessoas no seu âmbito, neste caso os produtores/usuários da Internet. (Castells, 2003, p. 40)

Como sugere Lévy (1999), mais do que considerar o impacto unilateral das tecnologias, é essencial reconhecer que elas são moldadas por relações sociais, culturais e históricas. Dessa forma, a incorporação das tecnologias nos processos educacionais precisa ser orientada por um olhar crítico, que valorize sua capacidade de potencializar o aprendizado, sem perder de vista os objetivos sociais e culturais que a escola busca promover. “Um movimento geral de virtualização afeta hoje não apenas a informação e a comunicação, mas também os corpos, o funcionamento econômico, os quadros coletivos da sensibilidade ou o exercício da inteligência” (Lévy, 1996, p. 10).

Seria a tecnologia um ator autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam apenas entidades passivas percutidas por um agente exterior? [...] em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura (Lévy, 1999, p.22).

Para Barros (2022, p. 118) “A história digital se destaca pela capacidade de armazenar dados, facilitar o acesso, oferecer formatos flexíveis e promover a interatividade entre o usuário e as fontes, graças ao princípio do hipertexto e da web 2.0”.

Castells e Cardoso (2005) afirmam que o cenário global vem passando por uma reconfiguração estrutural em meio ao surgimento do paradigma tecnológico centrado em comunicação e informação. Essa sociedade interconectada, impulsionada por avanços digitais, ultrapassa fronteiras e se estende globalmente, embora deixe uma parcela da humanidade à margem. “Contudo, a tecnologia é condição necessária, mas não suficiente para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes”. Castells (2005, p.17). A tecnologia desempenha papel fundamental, mas sozinha não é suficiente para moldar essa nova forma de organização social.

A crescente influência das redes sociais é evidente em diversos aspectos da sociedade contemporânea. No universo artístico, por exemplo, essas plataformas têm proporcionado a ascensão de indivíduos que, antes anônimos, conquistam notoriedade global. No campo político, as redes sociais também desempenham um papel significativo, permitindo que pessoas desconhecidas obtenham grande visibilidade, muitas vezes baseando-se em discursos simplistas ou repletos de bordões, amplificados por algoritmos que priorizam conteúdos de maior engajamento. Como observa Castells (1999, p. 69), “as novas tecnologias da informação não são meramente ferramentas a serem utilizadas, mas processos dinâmicos a serem desenvolvidos”.

Lévy (1999) argumenta ainda que a relação entre tecnologia e sociedade não é de determinação direta, mas sim de interação e influência mútua, enfatizando a importância de compreender e navegar nesse novo ambiente digital de forma crítica e responsável, promovendo uma reflexão sobre os desafios e oportunidades que a cibercultura apresenta para a sociedade contemporânea.

Castells e Cardoso (2005) enfatiza que compreender essa transformação vai além de um julgamento evolutivo, é preciso reconhecer o terreno histórico emergente e aproveitar sabiamente as oportunidades da revolução tecnológica. Ele destaca a importância de considerar a dinâmica da sociedade em rede para alcançar objetivos e valores específicos de cada sociedade.

Para Castells e Cardoso (2005),

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que

geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (Castells e Cardoso, 2005, p. 20).

Castells e Cardoso (2005) reiteram que nas últimas décadas, o mundo enfrenta uma transformação estrutural impulsionada por um novo paradigma tecnológico baseado em comunicação e informação. Essa mudança, de natureza multidimensional, ocorre de forma globalmente desigual. Embora a tecnologia seja influente na sociedade, é a própria sociedade que modela a tecnologia de acordo com suas necessidades e valores e enfatiza a sociedade em rede como uma forma de organização social fundamental, impulsionada por tecnologias digitais, redes globais e participação ativa dos usuários.

Em contrapartida, Barros (2022) argumenta que a era digital apresenta características bastante divergentes e ambíguas. Se por um lado, a transformação digital introduziu novos modelos de sociabilidade, possibilitando a construção de múltiplas identidades no ambiente virtual, por outro, trouxe desafios significativos, como a disseminação de fake news. Embora a internet promova o intercâmbio cultural, ela também facilita a formação de bolhas sociais e políticas, além de reforçar preconceitos.

O entusiasmo com a liberdade trazida pela Internet foi tamanho que esquecemos a persistência de práticas autoritárias de vigilância no ambiente que continua sendo o mais importante de nossas vidas: o local de trabalho. À medida que os trabalhadores se tornam cada vez mais dependentes da interconexão por computador em sua atividade, a maioria das companhias decidiu que têm o direito de monitorar os usos de suas redes por seus empregados. (Castells, 2003, p. 177)

Para Lévy (1999), a tecnologia não pode ser classificada como boa ou má pois essa avaliação depende do contexto, das aplicações e das perspectivas adotadas. Em vez de simplesmente avaliar seus "impactos", devemos identificar as irreversibilidades que seu uso pode provocar, desenvolver projetos que aproveitem suas potencialidades e decidir como melhor utilizá-la. Nesse contexto, “[a] emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas” (Lévy, 1999, p.25).

Nesse sentido, Castells (2003, p. 141) afirma que:

As sociedades mudam através de conflitos e são administradas por políticos. Uma vez que a Internet está se tornando um meio essencial de comunicação e organização em todas as esferas de atividade, é óbvio que também os

movimentos sociais e o processo político a usam, e o farão cada vez mais, como um instrumento privilegiado para atuar, informar, recrutar, organizar, dominar e contradominar.

Castells e Cardoso (2005) destacam também que a tecnologia é vista como necessária, mas não suficiente, para a sociedade em rede, sendo as redes digitais a espinha dorsal desse modelo. Apesar de global, a sociedade em rede não abrange toda a população devido à seletividade inerente. A globalização é interpretada como uma manifestação dessa sociedade, excluindo a maioria, destacam ainda que, no século XXI, a sociedade em rede não é mais emergente, mas central e compreender essas mudanças é crucial para orientar políticas e estratégias futuras, reconhecendo que a sociedade em rede é um ponto de partida, não o destino final.

No entanto, a abundância de informações também abre caminho para desafios significativos, como a proliferação de desinformação e manipulação de dados, que frequentemente resultam em impactos profundos nas esferas social e política. Esses fenômenos destacam a necessidade de uma alfabetização midiática crítica e de mecanismos de regulação ética para mitigar os efeitos negativos desse ambiente digital.

Castells e Cardoso (2005) argumentam que a simples disseminação da Internet ou a incorporação de mais computadores nas escolas não conduzem automaticamente a transformações significativas na sociedade. A contribuição real depende do modo como essas tecnologias de comunicação e informação são utilizadas, por quem e com quais objetivos. Embora o paradigma tecnológico atual demonstra um desempenho superior em relação aos sistemas anteriores, aproveitar seu potencial máximo exige uma compreensão aprofundada da dinâmica, limitações e oportunidades oferecidas pela nova estrutura social.

Em se tratando da transparência, Byung-Chul Han (2017) oferece uma perspectiva crítica sobre a crescente valorização da informação como meio de melhorar as decisões, argumentando que ideia de que mais informação leva a melhores decisões, sugerindo que a intuição e a capacidade de julgamento são prejudicadas pelo excesso de informações. O autor utiliza a metáfora da caverna de Platão para ilustrar a sociedade atual da transparência e a diferença entre a percepção do mundo através das aparências (as sombras na caverna) e a verdade iluminada pela luz natural, que representa o conhecimento verdadeiro fora da caverna.

As mídias sociais e sites de busca constroem um espaço de proximidade absoluto onde se elimina o fora. Ali encontra-se apenas o si mesmo e os que são iguais; já não há mais negatividade, que possibilitaria alguma modificação. Essa proximidade digital presenteia o participante com aqueles setores do mundo que lhe agradam. Com isso, ela derriba o caráter público, a consciência pública; sim, a consciência crítica, privatizando o mundo (Byung-Chul Han, 2017, p.46).

Assim, Byung-Chul Han (2017) concebe a transparência por uma radiação opaca que homogeneiza e nivela, diferente da luz que cria distinções e hierarquias. A sociedade da transparência é também uma sociedade da informação, onde a busca não é pelo poder, mas pela atenção. As imagens midiáticas, não representam mais a realidade, mas proliferam independentemente dela, gerando uma massa de informações e comunicações que não clarifica o mundo, mas o torna ainda mais “intransparente”. A hiperinformação e a hipercomunicação, longe de trazer luz, intensificam a opacidade e o vazio informacional, afastando-se da verdadeira compreensão e conhecimento que Platão associava à luz natural e ao mundo fora da caverna.

Nós sabemos que a tecnologia não determina a sociedade: é a sociedade. A sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que utilizam as tecnologias (Castells e Cardoso, 2005, p.17).

A compreensão da dinâmica e potencial das tecnologias de comunicação e informação, conforme discutido por Castells e Cardoso (2005), é essencial para otimizar a transparência no setor educacional. Nesse sentido, a transparência no setor educacional, com uma divulgação clara e acessível de informações sobre o funcionamento das escolas, programas e eventos educacionais, visando promover a igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade do ensino e fortalecer a conexão entre escola e comunidade.

Nesse contexto, a Lei nº 15.001/2024 surge como um marco regulatório essencial ao estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional. Ao acrescentar no Art. 3º da LDB, inciso XV a “garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação” como um princípio educacional. Essa exigência reflete um avanço na democratização do acesso à informação, permitindo que estudantes, pais e a sociedade acompanhem de maneira mais efetiva a gestão escolar e a aplicação de recursos públicos.

Por outro lado, Byung-Chul Han (2017) argumenta que o conceito de transparência vai muito além de sua associação com a corrupção e a liberdade de informação. Ele vê a transparência como uma forma de coerção sistêmica que permeia todos os aspectos da vida social, transformando profundamente a forma como vivemos. Não se trata apenas de tornar informações acessíveis para combater a corrupção, mas sim de alterar a dinâmica das interações sociais, políticas e econômicas. Esse autor afirma que a exigência de que tudo seja visível e monitorável elimina a privacidade, instaurando uma cultura de vigilância constante. Esse ambiente pode levar à uniformização das experiências e comportamentos, comprometendo a riqueza e a diversidade das relações humanas.

Esperava-se que a Internet fosse um instrumento ideal para promover a democracia — e ainda se espera. Como dá fácil acesso à informação política, permite aos cidadãos ser quase tão bem-informados quanto seus líderes. Com boa vontade do governo, todos os registros públicos, bem como um amplo espectro de informação não sigilosa, poderiam ser disponibilizados on-line. A interatividade torna possível aos cidadãos solicitar informação, expressar opiniões e pedir respostas pessoais a seus representantes. Em vez de o governo vigiar as pessoas, as pessoas poderiam estar vigiando o seu governo — o que é de fato um direito delas, já que teoricamente o povo é soberano. (Castells, 2003, p. 158)

Essa realidade de vigilância constante, apontada por Han (2017) e Castells (2003), não se restringe apenas ao âmbito individual, mas estende-se às instituições sociais, incluindo a escola. O ambiente educacional, ao ser atravessado por essas dinâmicas de exposição e controle, é desafiado a equilibrar a transparência e a privacidade, de forma a preservar a diversidade de pensamento e a liberdade crítica, elementos essenciais ao processo formativo. Diante desse cenário, a necessidade de inovação no contexto escolar torna-se ainda mais evidente, considerando o papel central da educação na formação de cidadãos críticos e conscientes.

A escola, segmento desse universo social, convive com esta realidade. Dela também se demanda inovação, afinal, enquanto produtora de conhecimento, deve estar à frente de toda mudança que o envolva. No ensino de História, a inovação faz-se ainda mais urgente, por ser esta uma disciplina crucial na construção de uma sociedade democrática e cidadã, que conecta o passado e o presente, direcionando o olhar para um futuro a ser construído (Tamanini, Souza, 2018, p. 143).

Portanto, aproveitar ao máximo o potencial das novas estruturas sociais requer não apenas a disseminação de tecnologia, mas também uma compreensão consciente de como ela pode ser empregada para promover a transparência e a participação ativa na educação. Diante dessa crescente evolução e disseminação dos

meios tecnológicos vários setores vêm sendo influenciados a utilizar essas técnicas. Tal fenômeno tem acontecido também na área educacional, e foi intensificado como um recurso necessário para mitigar os impactos causados pelo isolamento social decorrente da pandemia do Covid-19.

Mas as tecnologias de produção e de comunicação não são um bem em si, e seu uso precisa ser problematizado. É importante saber a qual ou a quais interesses as tecnologias são ou devem ser utilizadas? Cabe lembrar também que uma vez estabelecidas novas soluções para problemas antigos geram novas possibilidades cognitivas, produtivas e de controle diante dos quais não é possível retornar, pois sempre que satisfazemos determinadas necessidades geramos novas necessidades. No caso do uso das tecnologias aplicadas na vida moderna e na administração pública, ou mesmo na gestão educacional, nessa fase histórica, permite poucas possibilidades de retorno aos métodos e soluções antigas que se tornam obsoletas em relação àquelas já implementadas.

A Internet é de fato uma tecnologia da liberdade — mas pode libertar os poderosos para oprimir os desinformados, pode levar à exclusão dos desvalorizados pelos conquistadores do valor. Nesse sentido geral, a sociedade não mudou muito. Mas nossas vidas não são determinadas por verdades transcendentais, e sim pelos modos concretos como vivemos, trabalhamos, prosperamos, sofremos e sonhamos. Assim, para agir sobre nós mesmos, individual e coletivamente, para sermos capazes de utilizar as maravilhas da tecnologia que criamos, encontrar sentido em nossas vidas, melhorar a sociedade e respeitar a natureza, precisamos situar nossa ação no contexto específico de dominação e libertação em que vivemos: a sociedade de rede, construída em torno das redes de comunicação da Internet. (Castells, 2003, p. 277)

Entre a reflexão sobre as implicações da tecnologia na sociedade e a defesa de uma educação pública de qualidade, surge a necessidade de um olhar crítico sobre como essas ferramentas podem ser incorporadas de forma ética e inclusiva. Reconhecer a Internet como um espaço de possibilidades e contradições exige que avaliemos sua aplicação no contexto educacional, onde ela pode tanto reforçar desigualdades quanto servir como instrumento para promover participação democrática, equidade e transparência.

Acreditamos que a defesa de uma educação essencialmente pública de qualidade socialmente referenciada é incompatível com os métodos e interesses empresariais. Mas a superação da denominada nova gestão pública de base neoliberal não permitiria a exclusão do uso das tecnologias de informação e

comunicação que devem ser direcionadas ao aprofundamento do caráter público, transparente e participativo da administração escolar, tanto dos sistemas educacionais bem como da gestão das unidades de ensino, favorecendo a melhoria da oferta escolar.

3. A ESCOLA NA ERA DIGITAL: DIALOGANDO COM OUTRAS PESQUISAS

No ambiente escolar, é essencial reconhecer e explorar a influência da tecnologia tanto no ensino, como na gestão. Isso implica incentivar práticas que utilizem ferramentas tecnológicas de forma colaborativa e crítica, promovendo debates sobre como essas inovações podem enriquecer o ensino e fortalecer a participação da comunidade escolar. Dessa forma, o questionamento sobre como a tecnologia molda a percepção histórica não se limita à análise acadêmica, mas se torna uma oportunidade para refletir sobre como os processos educacionais podem ser transformados e democratizados por meio de sua integração estratégica.

Esse capítulo apresenta uma revisão da bibliografia, que busca uma sistematização do conhecimento acumulado sobre o tema em questão. Neste contexto, a presente revisão tem como objetivo explorar e analisar os estudos relevantes publicados em periódicos científicos, teses e dissertações, a fim de identificar as principais tendências, lacunas e controvérsias relacionadas ao uso de tecnologias digitais na gestão escolar, especialmente no que diz respeito à promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar.

A leitura e síntese da produção acadêmica poderá proporcionar uma compreensão mais aprofundada do estado atual do conhecimento nessa área, fornecendo uma base sólida para a formulação de hipóteses e questões de novas pesquisas, bem como para a identificação de lacunas e possíveis contribuições para a área de estudo.

Para tanto, tentamos identificar os trabalhos mais relevantes e úteis para o presente estudo. Deste modo, elegemos como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Nesta fonte iniciamos nossa pesquisa bibliográfica, tendo como processo de seleção e filtragem a busca pelos descritores “tecnologia”, “gestão” e “educação”, da qual obtemos o resultado de 4.360 itens. Diante dessa quantidade de trabalhos, fizemos uma outra seleção vinculando essas pesquisas aos termos “gestão democrática”, e “transparência”, assim onde obtivemos 10 itens, abaixo listados.

Os trabalhos selecionados abordam uma variedade de temas, incluindo a transparência ativa, o acesso à informação, a utilização de tecnologias da informação e comunicação na gestão democrática e participativa, entre outros. Cada dissertação

e tese traz insights valiosos sobre como as tecnologias digitais estão sendo implementadas e percebidas nas instituições de ensino, destacando desafios, possibilidades e contribuições para a gestão escolar.

Ao categorizar esses trabalhos, segui uma lógica que prioriza o tema central abordado por cada estudo. Desta forma agrupamos os trabalhos em três categorias a saber: Transparência Pública e Transparência Ativa; Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Educacional; Políticas Sociais e Inclusão Digital. A seguir, apresentamos uma a análise desses estudos:

3.1 POLÍTICAS SOCIAIS E INCLUSÃO DIGITAL

Na categoria Políticas Sociais e Inclusão Digital apresentamos o trabalho de Costa (2011) que analisa o impacto das políticas públicas no contexto da inclusão digital, enfatizando a relação entre essas políticas e a transformação social em comunidades específicas.

QUADRO 1 - Categoria: Políticas Sociais e Inclusão Digital				
Autor	Título	Tipo	Ano	Universidade
Costa, Francisco José Soares	Programa de Inclusão Digital em Vitória (ES): uma avaliação na ótica das Políticas Sociais	Dissertação	2011	Universidade Federal do Espírito Santo. (UFES)

Costa (2011) apresenta o caso de uma integração com a política social de inclusão digital no município de Vitória-ES. A análise realizada destaca a relevância da inclusão digital para reduzir disparidades sociais, garantir acesso equitativo à informação e tecnologia, democratizar o uso de recursos tecnológicos e fortalecer a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas sociais.

Para Costa (2011), a inclusão digital é essencial para promover o acesso equitativo à informação e tecnologia, e fortalecer a participação cidadã na sociedade da informação. Nesse sentido, a integração social e a política social têm papéis cruciais na implementação de programas e iniciativas que visam garantir a inclusão digital de todos os cidadãos.

Nesse sentido, Costa (2011) nos mostra que democratização do acesso à tecnologia é essencial para assegurar que diferentes grupos sociais tenham oportunidades iguais de utilizar recursos tecnológicos para seu desenvolvimento. Assim, a integração na vida cultural e econômica dos usuários da política de inclusão digital contribui para a redução de desigualdades, o acesso equitativo à informação e tecnologia, e o fortalecimento da participação cidadã.

3.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA ATIVA

Já os trabalhos inseridos na categoria de Transparência Pública e Transparência Ativa foram agrupados devido ao foco comum em analisar práticas e desafios relacionados ao acesso à informação e à transparência nas instituições públicas, principalmente em contextos educacionais. Eles abordam diferentes aspectos da implementação e impacto da transparência ativa, especialmente em instituições de ensino federais, o que justifica sua reunião nesta categoria.

QUADRO 2 - Categoria: de Transparência Pública e Transparência Ativa				
Autor	Título	Tipo	Ano	Universidade
Andrade, Thiago Silva de	Desafios e possibilidades para o acesso às informações públicas e a transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG	Dissertação	2020	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Costa, Fabrício Barbosa da	Transparência ativa nas instituições da rede federal de educação, ciência e tecnologia da região norte brasileira	Dissertação	2020.	Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Medeiros, Isabelle Liane Galvão de	A promoção da transparência pública a partir das demandas de informações da sociedade: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Dissertação	2020	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Oliveira, Acymara Catarina Zumba de	Transparência ativa: estudo de caso do portal eletrônico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Dissertação	2021	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Silva, Luzivan José da	Transparência pública: análise sobre as práticas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia Natal – RN	Dissertação	2017	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Andrade (2020) aborda os desafios e perspectivas relacionados ao acesso às informações públicas e à transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu estudo enfatiza o papel crucial da transparência como um instrumento essencial para fortalecer a democracia e fomentar a participação social, visando superar desigualdades históricas na interação entre o Estado e a sociedade.

De maneira semelhante, Oliveira (2021) destaca a importância da transparência ativa e do uso de meios tecnológicos para promover a gestão democrática e participativa na educação e na gestão pública em geral. Todavia afirma que a transparência deve ser ativa, o que exige o aprimoramento dos processos institucionais e o envolvimento consciente da comunidade.

Em continuidade, Andrade (2020) afirma em sua pesquisa a importância de desenvolver ferramentas que facilitem o acesso à informação para os cidadãos, levando em consideração as limitações de recursos humanos e financeiros para alcançar os ideais de transparência. Nesse contexto, propõe soluções baseadas em tecnologia que permitam disponibilizar informações públicas de maneira atualizada e acessível.

Para Silva (2017), a transparência ativa e passiva são pilares essenciais para a prestação de contas e o fortalecimento da democracia, sendo necessário um contínuo aprimoramento, enfatizando a necessidade de fortalecimento de órgãos de transparência e aprimoramento na resposta a pedidos de informação.

Além disso, Oliveira (2021) destaca como os meios tecnológicos podem ampliar a participação, permitindo que um maior número de pessoas contribua para a gestão democrática na educação, superando barreiras geográficas e limitações de tempo.

Por outro lado, Andrade (2020) ressalta a necessidade de simplificar a linguagem e tornar a navegação pelas informações mais intuitiva, visando melhorar a compreensão e o envolvimento da comunidade. Além disso, a criação de painéis e consultas detalhadas busca oferecer aos cidadãos diferentes formas de visualizar e analisar os dados, ampliando a transparência e a prestação de contas.

Silva (2017) complementa essa visão ao evidenciar os desafios enfrentados na implementação dessas práticas, especialmente na divulgação completa de

informações. Essa convergência temática entre ambas as abordagens destaca a importância estratégica da transparência ativa e dos meios tecnológicos na promoção da interação entre tomadores de decisão e usuários da educação escolar, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia e a melhoria dos processos de interação.

De acordo com Silva (2017), ao analisar o estágio de implementação das práticas da transparência a partir da Lei de Acesso à Informação (LAI), destaca que a implementação dessas práticas ainda enfrenta desafios, especialmente na divulgação completa de informações sobre procedimentos licitatórios e respostas a solicitações de informação. Esses resultados evidenciam a necessidade de fortalecer as estruturas de transparência nas instituições de ensino para garantir um acesso efetivo às informações públicas. As principais conclusões obtidas por Silva (2017) sobre as práticas de transparência nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram as seguintes: todos os Institutos Federais disponibilizam informações sobre suas despesas, mas uma porcentagem significativa não divulga registros completos dos procedimentos licitatórios e não disponibiliza respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.

No contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Silva (2017) aponta que a LAI tem impacto direto nas práticas de transparência, exigindo que essas instituições forneçam informações sobre suas atividades, gastos, servidores, entre outros aspectos relevantes. A análise do cumprimento da LAI nessas instituições permite avaliar o nível de transparência e prestação de contas, identificando pontos fortes e áreas que necessitam de melhorias. Os resultados da pesquisa de autor apontam que, embora haja um esforço na divulgação de informações sobre despesas, muitos Institutos Federais ainda apresentam lacunas na transparência, especialmente em relação aos procedimentos licitatórios e respostas a solicitações de informação.

Nesta mesma linha, Medeiros (2020) ressalta a importância da transparência na gestão pública e sua relevância em sociedades democráticas. Sua pesquisa reflete sobre como esse princípio promove a confiança pública, ajuda a mitigar a corrupção e fortalece a accountability. Além disso, destaca a implementação de plataformas digitais na gestão escolar como meio de promover transparência e comunicação

eficaz, evidenciando os benefícios dessas práticas para criar um ambiente educacional mais participativo e democrático. De acordo com esse autor, a transparência é considerada um princípio essencial para a democracia em diversos contextos, como a governança internacional, governos subnacionais e contextos corporativos. Organizações internacionais promovem a transparência para fortalecer a cooperação global e a prestação de contas entre os Estados membros, enquanto Estados e municípios adotam políticas transparentes para garantir eficiência na gestão pública e combater a corrupção. No contexto corporativo, a transparência é fundamental para construir uma reputação sólida e garantir a confiança dos stakeholders.

De acordo com Costa (2020), embora a transparência seja essencial para promover a prestação de contas, fortalecer a democracia e combater a corrupção, sua aplicação enfrenta desafios, pois a divulgação excessiva de informações pode gerar sobrecarga de dados e dificultar a compreensão por parte dos cidadãos, o que pode comprometer a eficácia da transparência.

Em todos esses contextos, Medeiros (2020) apresenta que a transparência é vista como um instrumento para promover a confiança, legitimidade das instituições, permitindo o escrutínio público, participação cidadã e tomada de decisões. A evolução do conceito reflete a busca por maior accountability e responsabilidade na gestão dos assuntos públicos e privados.

Em continuidade à relevância desse princípio, Costa (2020) enfatiza que a tecnologia desempenha um papel crucial na promoção da transparência nas instituições públicas, permitindo a disseminação eficiente de informações governamentais e facilitando o acesso dos cidadãos a dados relevantes. Para esse autor, a utilização de tecnologias da informação, como a Internet e os portais eletrônicos, possibilita a transparência ativa, onde as instituições podem disponibilizar proativamente informações de interesse público, sem a necessidade de solicitação direta dos cidadãos. Essa transparência ativa, impulsionada pela tecnologia, não apenas fortalece a democracia e o controle social, mas também contribui para uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos públicos, além de auxiliar no combate à corrupção.

Assim, segundo Costa (2020), a combinação entre tecnologia e transparência é vista como uma ferramenta essencial para promover a participação cidadã, garantir a accountability das instituições e assegurar o direito fundamental de acesso à informação na sociedade contemporânea. Esse autor ressalta ainda a importância da Lei de Acesso à Informação (LAI) como um marco relevante na busca por transparência e controle social no Brasil, pois garante o direito dos cidadãos de acessar informações públicas e incentiva a responsabilidade dos governos em prestar contas. A criação dos Portais de Transparência, conforme exigido pela lei, é vista como uma medida essencial para promover transparência e combater a corrupção, permitindo que os cidadãos monitorem e fiscalizem as ações do governo. Além disso, Costa (2020) mostra que a transparência pode ser utilizada de forma seletiva ou manipulada para criar uma imagem distorcida da realidade, o que pode minar a confiança pública nas instituições, para garantir a qualidade da educação.

Andrade (2020) conclui que para fazer valer a potência da transparência e do acesso à informação para fortalecer a democracia e envolver os cidadãos na gestão pública, é necessário investir em tecnologia e infraestrutura para garantir o sucesso desses princípios.

3.3 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Já os trabalhos em Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Educacional exploram o papel das tecnologias digitais na administração e organização das escolas, discutindo suas possibilidades e desafios no aprimoramento da gestão educacional. Estes estudos foram agrupados por compartilhar o foco em como as TICs estão sendo integradas na gestão educacional.

QUADRO 3 - Categoria: Tecnologias da Informação e Comunicação na Gestão Educacional				
Autor	Título	Tipo	Ano	Universidade
Carleto, Nivaldo	Tecnologias da informação e comunicação na gestão educacional: possibilidades e contribuições em uma escola técnica estadual	Tese	2009	Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Gonçalves, Antoniel Borges.	Utilização de tecnologias digitais na gestão escolar: um estudo com diretores escolares de uma rede municipal de ensino no Brasil	Dissertação	2022	Universidade de Lisboa
Iezzi, Denise Viola Dalpino	Um olhar sobre as contribuições dos meios tecnológicos dentro do processo de gestão democrática e participativa na educação.	Dissertação	2021	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
ROGGE, Miriene Manzoli	Implementação do sistema de gestão escolar (SGE) nas práticas organizativas das escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES.	Dissertação	2022	Universidade Federal do Espírito Santo. (UFES)

No contexto educacional, Carleto (2009) destaca que os meios tecnológicos oferecem diversas contribuições para a gestão democrática e participativa na educação. Inicialmente, a utilização de softwares e sistemas informatizados podem otimizar o controle de informações acadêmicas, gerenciamento de arquivos eletrônicos e tomada de decisões. Para esse autor, a incorporação de novas funcionalidades a esses sistemas pode torná-los mais relevantes para a gestão democrática em escolas públicas, promovendo uma administração mais transparente. Assim, os meios tecnológicos não apenas facilitam a gestão escolar, mas também promovem a participação e a transparência, aspectos cruciais da gestão democrática na educação. A inserção da informática na gestão educacional pode contribuir para o desenvolvimento de aplicativos que apoiam o planejamento e a avaliação institucional, melhorando a administração de escolas públicas e privadas.

Segundo Carleto (2009), a apropriação da informática como recurso pedagógico pelas escolas públicas estaduais de São Paulo pode ser um desafio, mas é essencial para elevar a qualidade de ensino. A tecnologia educativa pode tornar o processo educativo mais eficaz e se adequar a um novo modelo de gestão, compatível com os recursos tecnológicos e as informações necessárias. A aplicação da Tecnologia da Informação em uma unidade de ensino pode otimizar a gestão da informação, considerando as necessidades e limitações da escola, bem como a segurança, a privacidade, a relevância e a disponibilidade das informações no ambiente educacional. Ainda neste sentido, esse autor ressalta a importância crucial da formação de gestores educacionais na sociedade contemporânea, evidenciando a necessidade de adaptação diante das constantes mudanças no processo de

administração escolar. O autor destaca que as novas teorias administrativas, enfatizam a relevância do conhecimento e reflexão sobre a organização e gestão.

Carleto (2009) também sublinha a necessidade de construção de um projeto de gestão que incorpore o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no cotidiano da organização escolar. Essa abordagem abrange a formação do gestor para a utilização eficaz dos recursos tecnológicos, o processo de aquisição das TICs pelos gestores e as novas funções da escola, acompanhadas de mudanças nos modelos e paradigmas de gestão.

Considerando essas questões, a dissertação de mestrado de lezzi (2021) destaca o potencial dos meios tecnológicos, como redes sociais e aplicativos, para promover a gestão democrática e participativa na educação. A autora destaca que o uso das ferramentas tecnológicas desempenhou um papel significativo na comunicação e no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia de COVID-19. Esse autor complementa afirmando que as TD facilitaram a gestão democrática e participativa nas escolas, permitindo a continuidade das atividades escolares e administrativas mesmo com as restrições impostas pela pandemia. Além disso, sua pesquisa mostrou a importância da gestão participativa e a necessidade de uma maior interação e confiança entre os profissionais da educação para a tomada de decisões coletivas. A autora ressalta que:

O conhecimento e a prática das ferramentas tecnológicas têm sido tão importantes quanto os próprios recursos didáticos anteriormente atribuídos no espaço escolar e que agora se estendem administrativamente, minimizando espaço e tempo (lezzi, 2021, p. 11).

No entanto, lezzi (2021) ressalta que foram observadas limitações, como a falta de acesso universal às tecnologias, o que impediu uma inclusão total de todos os participantes no processo educacional remoto. Além disso, observa ainda que a prática e o conhecimento sobre os meios tecnológicos são fundamentais para garantir a confiabilidade e a aproximação entre os participantes da comunidade escolar, especialmente em situações de emergência, como a pandemia. Ele destaca a importância de repensar a atuação dos gestores escolares como incentivadores das ações da coletividade, incluindo o modo de gerenciamento da proposta de uso dos aplicativos e redes sociais nas escolas, visando envolver todos os envolvidos no processo.

Nesse contexto, a gestão escolar deve assumir um papel mediador, articulando a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar de forma equilibrada e colaborativa. Isso implica não apenas incentivar o uso consciente de ferramentas digitais, como os aplicativos e redes sociais, mas também promover um ambiente em que o diálogo e a tomada de decisões coletivas sejam práticas constantes. Tal abordagem contribui para a construção de uma cultura democrática, em que as diferentes vozes, formações e experiências sejam consideradas e respeitadas no ambiente educativo.

Exercer as ações democráticas no ambiente escolar muitas vezes se esbarra nas questões burocráticas, como tomar decisões coletivamente e dialogar com a comunidade escolar. Dentro desse percurso é preciso respeitar o espaço, as diferentes formações e experiências dentro do espaço público, enquanto espaço de pluralidade (Iezzi, 2021, p. 59).

Posteriormente, Gonçalves (2022) em sua pesquisa de mestrado com diretores escolares da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis traz uma análise aprofundada sobre a integração das tecnologias digitais na gestão escolar, destacando o papel fundamental dos diretores escolares nesse processo. Esse autor aponta para uma alta utilização das tecnologias digitais em áreas como comunicação, planificação e gestão, evidenciando a importância dessas ferramentas para a eficiência administrativa e pedagógica. Ao enfatizar a necessidade de uma gestão participativa, democrática e atenta às transformações sociais, o autor evidencia o potencial das TICs para impulsionar mudanças positivas no contexto educacional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, a promoção da inclusão digital e o desenvolvimento integral dos alunos.

Ademais, Gonçalves (2022) ressalta a influência de variáveis como a titulação acadêmica e a experiência pós- formação inicial dos diretores na utilização das tecnologias digitais na gestão escolar. A análise comparativa dos resultados revelou que diretores com maior formação acadêmica tendem a integrar mais efetivamente as TIC em suas práticas, demonstrando a relevância da capacitação profissional na adoção de inovações tecnológicas no ambiente educacional. Ele reforça a necessidade de investimentos em formação continuada e atualização dos gestores escolares para promover uma gestão escolar mais alinhada com as demandas da sociedade digital. Nesse sentido, o autor destaca também a importância da liderança

dos diretores escolares na promoção de práticas educacionais inovadoras e na criação de um ambiente escolar propício ao uso efetivo das tecnologias digitais.

De acordo com Rogge (2022), o município de Vila Velha, Espírito Santo, utilizou um software cedido pela prefeitura de Vitória para implantar o Sistema de Gestão Escolar. Por ser um software de código aberto desenvolvido com a participação de todos os envolvidos, é possível adequá-lo de maneira flexível às prescrições dos setores administrativos e pedagógicos e, assim, promover uma gestão democrática e participativa. Conforme expõe essa autora, o SGE permitiu implementar elementos essenciais para o acompanhamento do estudante no seu cotidiano, tanto pedagógico quanto disciplinar, e, como resultado, influenciar positivamente na organização do trabalho nas escolas municipais. A análise confirma que a utilização das TICs não somente eleva o nível de transparência, mas também está correlacionada com índices socioeconômicos melhores nos municípios.

De acordo com Rogge (2022), a divulgação acessível e compreensível dos dados reforça a confiança do governo e, consigo, a participação ativa dos cidadãos. Do mesmo modo, sugere que a implantação de sistemas informatizados de gestão pode facilitar o processo organizativo da gestão escolar, da organização do trabalho pedagógico ao administrativo. No entanto, ela destaca que surgem também dificuldades para a realização plena da gestão democrática nas escolas, indicando a necessidade de um envolvimento contínuo da comunidade escolar e o aprimoramento das práticas participativas. Rogge conclui que a integração das TICs na gestão escolar é primordial para a modernização do trabalho diário e a cooperação online.

Segundo Rogge (2022) O sistema Professor On-line proporcionou avanços importantes, como a ampliação da maturidade das práticas de gestão e gestão participativas, mas ainda é necessário avançar para a realização plena do modelo democrático. Portanto, é necessário fortalecer a colaboração para aprimorar a cooperação entre as partes envolvidas na gestão escolar. “[...] não adianta investir em novas ferramentas se o contexto pedagógico não for consistente para que o professor possa se aproximar das tecnologias digitais” Rogge (2022, p. 158)

3.4 PLATAFORMAS DIGITAIS NA ESCOLA: O LIMITE ENTRE MODERNIZAÇÃO E CONTROLE

Após essa primeira etapa, a pesquisa foi expandida por meio de uma busca por artigos publicados, visando a ampliação do escopo de análise. Foram identificados inicialmente quatorze resultados, dos quais foram selecionados sete trabalhos considerados relevantes para a investigação em questão. A escolha destes artigos se deu com base em critérios específicos, tais como relevância temática, atualidade e rigor metodológico, visando assegurar a qualidade e a abrangência dos dados utilizados na revisão de literatura.

QUADRO 4 – Limites e possibilidades da Informática na Educação			
Autor	Título	Ano	Periódico
Afonso, Almerindo Janela	Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação	2015	Educação e Pesquisa
Carvalho, Maria João de; loureiro, Armando	As plataformas informáticas na organização escolar: Modernização ou burocratização?	2021	Revista Exitus
Folgado, Cristina; Carvalho, Maria João	A ideologia invisível da tecnologia digital na escola: o confronto de racionalidades	2024	Revista Conhecimento Online
Meira, Manuel Vale Fernandes	O cerco à autonomia das escolas: As plataformas eletrônicas na administração da educação	2021	Revista Portuguesa de Educação
Mello, Micaela Balsamo de; Santos, Catarina Cerqueira de Freitas; Pereira, Rodrigo da Silva.	A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente.	2022	Retratos da Escola
Rodrigues, Marta de Oliveira; Loureiro, Armando; Carvalho, Maria João.	Mapeamento sobre os usos de plataformas digitais na gestão educacional: o papel do/a diretor/a escolar	2022	Revista de Tecnologia e Sociedade
Silva, Julio Cesar Barreto da; Batista, Rosimeire Fernandes Ferreira	Gestão Escolar e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: Um Olhar para Além da Sala de Aula	2024	EaD em Foco

O uso das tecnologias digitais na educação tem gerado um debate significativo entre especialistas e educadores, com visões que variam entre entusiasmo e preocupação. Alguns autores defendem que essas ferramentas podem otimizar processos administrativos, melhorar a comunicação interna e facilitar o acompanhamento do desempenho escolar, contribuindo para uma gestão mais eficiente e transparente. Entretanto, há quem critique essa tendência, apontando que a excessiva dependência de sistemas tecnológicos pode levar à desumanização das relações escolares e à centralização do controle, limitando a autonomia dos gestores e a participação da comunidade escolar.

Iniciamos pela análise de Afonso (2015) sobre a tendência de recuo ao cientificismo nas políticas educacionais destaca a prevalência das abordagens tecnicistas e cientificistas, principalmente em avaliação e prestação de contas. O autor questiona a neutralidade dessas práticas, ressaltando os paradoxos da transparência que revelam tensões nos discursos políticos e educacionais contemporâneos,

Ao discutir a relação entre tecnologia e transparência, Afonso (2015) reconhece o potencial das tecnologias da informação e comunicação para promover uma sociedade mais transparente e democrática, mas alerta para sua possível instrumentalização não democrática. Ele destaca a ambiguidade desse impacto, enfatizando a importância de uma abordagem crítica sobre o papel da tecnologia na promoção da transparência e accountability, especialmente no contexto educacional e político contemporâneo. Assim, a transparência vai além da mera divulgação de informações, exigindo a formação de uma audiência interessada em estar informada e engajada.

Por conseguinte, Silva e Batista (2024) destacam que a gestão escolar enfrenta desafios substanciais ao integrar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no ambiente educacional. Um dos principais obstáculos reside na adaptação e capacitação dos professores, especialmente aqueles mais experientes, que podem encontrar dificuldades em lidar com as ferramentas tecnológicas devido à falta de familiaridade, a chamada geração analógica enfrenta desafios extras ao tentar se adaptar às demandas das gerações mais jovens, que são nativas digitais. Nesse sentido, esses autores afirmam que é crucial implementar um processo contínuo de formação e treinamento específico para garantir a eficaz

utilização das TDICs por todos os envolvidos. Adicionalmente, a colaboração entre gestores, comunidade escolar e administradores educacionais de instâncias superiores é essencial para o sucesso da implementação das TDICs, visando aprimorar o processo de ensino-aprendizado e a formação integral dos alunos em diversos aspectos.

Assim, de acordo com Silva e Batista (2024) a constante atualização e capacitação dos gestores, aliada à articulação entre os diferentes atores envolvidos na gestão escolar, são fundamentais para superar os desafios e maximizar os benefícios das TDICs na educação, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, éticos e preparados para a sociedade multicultural e digital em que vivemos.

Numa linha semelhante, Tejeto-Romero e Araújo (2021) concluíram que fatores socioeconômicos, como o acesso à Internet e a participação eleitoral, influenciam significativamente o nível de transparência municipal. Recomenda-se que os governos locais promovam o acesso à Internet, utilizem-na como canal de comunicação e considerem os períodos eleitorais como oportunidades-chave para aumentar a transparência. Além disso, sugere-se que futuras pesquisas abordem aspectos culturais, tecnológicos e a percepção dos cidadãos para uma compreensão mais abrangente da transparência municipal. Para esses autores, a transparência e o acesso à informação desempenham um papel crucial no fortalecimento da participação e responsabilidade dos cidadãos. Ao terem acesso a informações governamentais, os cidadãos se tornam mais capacitados para participar ativamente na vida política e fiscalizar as ações do governo. Isso promove a confiança entre os cidadãos e as instituições públicas, contribuindo para uma governança mais democrática e eficaz. Além disso, a transparência ajuda a identificar disparidades e injustiças, permitindo que os cidadãos atuem na busca por uma sociedade mais justa e transparente.

De acordo com Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022), a implementação de plataformas digitais na gestão escolar apresenta uma série de benefícios substanciais, que vão desde a melhoria da comunicação até a facilitação da gestão administrativa e pedagógica. Ao promover uma interação mais adequada e transparente entre os diversos agentes educativos, como diretores, professores, alunos, famílias e

comunidade, essas plataformas ampliam o acesso à informação e promovem uma administração mais ágil dos processos escolares.

Além disso, segundo Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022), ao integrar tecnologias educativas, as plataformas digitais abrem espaço para uma liderança tecnológica valiosa, estabelecendo novas formas de comunicação e resolução de problemas no contexto educacional. Esses benefícios destacam a importância crucial da tecnologia na promoção de práticas educacionais mais eficazes e na melhoria geral do ambiente escolar. No contexto da gestão educacional, esses autores afirmam que os diretores escolares desempenham um papel fundamental na integração bem-sucedida da tecnologia. Para isso, é essencial que demonstrem liderança tecnológica, promovendo uma cultura organizacional que valorize a inovação e a integração de tecnologia no ambiente escolar.

Ainda segundo Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022), é preciso garantir a formação adequada dos professores e funcionários, incentivando o desenvolvimento profissional contínuo e estabelecendo parcerias estratégicas para obter suporte adicional. Ao estabelecer metas claras e promover a colaboração entre os diversos membros da comunidade escolar, os diretores podem monitorar o impacto da tecnologia na gestão escolar e garantir ajustes conforme necessário para garantir o sucesso da integração.

Se por um lado, alguns autores defendem o uso das tecnologias digitais na promoção do acesso à informação e da transparência, há também aqueles que divergem de opinião apresentando uma visão mais crítica como verificamos no estudo de Meira (2021), que ao investigar o impacto das plataformas eletrônicas na autonomia das escolas e de seus atores, especialmente no contexto das políticas de descentralização e centralização. Os resultados dessa pesquisa revelam que as medidas destinadas a fortalecer a autonomia e descentralização das escolas muitas vezes são minadas pela influência dessas plataformas. Os algoritmos rígidos que as governam facilitam a conformidade com as diretrizes da administração central, mas também as reduzem a meras operações técnicas, limitando a autonomia dos profissionais da educação e reforçando o controle burocrático centralizado.

Ainda segundo Meira (2021), as próprias plataformas eletrônicas, paradoxalmente, podem introduzir elementos centralizadores que contradizem os

discursos em prol da autonomia e descentralização. A rigidez dos algoritmos restringe a capacidade dos atores escolares de se organizarem de maneira independente. Essas plataformas são frequentemente percebidas como meros instrumentos técnicos para a execução das diretrizes centrais, esvaziando, assim, as medidas de reforço à capacidade autônoma de gestão. Além disso, segundo esse trabalho, a concentração da especialização tecnológica pode gerar um sentimento de desamparo nas escolas. Diante da atribuição de competências sem os recursos adequados, muitas vezes a preferência recai na centralização. Esse ciclo reforça ainda mais o controle centralizado, comprometendo a liberdade decisória das escolas e a capacidade de decisão de seus atores. Portanto, é fundamental considerar cuidadosamente o papel das plataformas eletrônicas na gestão educacional, buscando equilibrar a tecnologia com a independência administrativa e a descentralização desejada.

Nesse mesmo contexto, Carvalho e Loureiro (2021) analisam o papel crescente das plataformas informáticas nas escolas, ressaltando sua importância para aumentar a eficiência e eficácia na gestão educacional. Os autores afirmam que essas ferramentas são vistas como soluções para superar a burocracia tradicional, promovendo um ambiente mais dinâmico e eficiente. Contudo, esses autores revelam que, apesar dos benefícios, as plataformas podem sobrecarregar os profissionais da educação, devido às tarefas adicionais impostas pelos sistemas informatizados. A pesquisa destaca a complexidade da relação entre tecnologia e burocracia na educação, evidenciando a necessidade de equilibrar os benefícios das plataformas com os desafios da sobrecarga de trabalho e gestão administrativa.

Carvalho e Loureiro (2021) ainda apontam que as plataformas informáticas na administração educativa podem introduzir elementos centralizadores que contradizem os discursos de maior autonomia e descentralização. A rigidez dos algoritmos dessas plataformas favorece uma lógica centralizadora, restringindo a capacidade dos atores escolares de se organizarem de maneira independente. Isso cria a percepção de que as plataformas são meros instrumentos técnicos para a execução das diretrizes centrais, enfraquecendo as medidas de reforço à autonomia. Essa centralização acentuada compromete ainda mais a capacidade de decisão das escolas e a capacidade de decisão dos seus atores.

Nessa mesma linha de pensamento, Mello, Santos e Pereira (2022) destacam que a introdução dessas tecnologias no ambiente educacional, embora promova uma aparente modernização, ao invés de facilitar a autonomia da escola, elas têm sido usadas, principalmente, para intensificar o controle sobre o trabalho docente. A combinação de terceirização, informalidade e flexibilização são características marcantes desse novo cenário, onde o trabalho dos professores é constantemente monitorado e avaliado, contribuindo para um processo de desqualificação do trabalho.

Mello, Santos e Pereira (2022) discute como a Nova Gestão Pública (NGP), inspirada por práticas gerenciais do setor privado, impactou negativamente o trabalho docente. A NGP introduziu conceitos como eficiência, eficácia, competitividade e meritocracia na educação, o que resultou na padronização do ensino, homogeneização de currículos e práticas pedagógicas. Além de avaliações centradas em resultados para fins de ranqueamento. A NGP também é marcada pelo uso intensivo de dados estatísticos e metodologias quantitativas para definir políticas educacionais, o que, em última instância, enfraquece o papel do educador, transformando-o em mero executor de diretrizes impostas externamente. Esses autores relatam que a adoção de plataformas digitais, intensificada pela pandemia de Covid-19, é vista como um mecanismo de privatização e controle. Essas plataformas, que são frequentemente propriedade de corporações globais, coletam dados dos usuários, contribuindo para o capitalismo de vigilância. Além disso, a falta de transparência na implementação dessas tecnologias nas escolas aumenta as preocupações sobre os efeitos no ensino e na liberdade pedagógica.

Segundo Mello, Santos e Pereira (2022), a incorporação de novas tecnologias, embora promissora, é criticada por ser conduzida de maneira instrumental, sem proporcionar uma verdadeira autonomia para educadores e alunos. Com a pandemia de Covid-19, a educação digital se tornou ainda mais prevalente, muitas vezes ancorada em estratégias de privatização. A plataformização da educação, por sua vez, intensificou o controle sobre os docentes, reforçando práticas orientadas pela lógica neoliberal

Diante desse cenário de transformações tecnológicas constantes, Folgado e Carvalho (2024) exploram a influência da tecnologia digital na educação, destacando a inevitabilidade da transformação digital devido aos rápidos avanços tecnológicos e

suas implicações para a sociedade. O texto sublinha a necessidade de reconhecer tanto os benefícios quanto os riscos associados às tecnologias digitais nas escolas, enfatizando a importância de uma abordagem crítica para identificar os impactos reais dessas inovações.

Folgado e Carvalho (2024) ressaltam ainda a necessidade de questionar as visões predominantes sobre a transição digital na educação, promovendo uma racionalidade emancipatória que permita uma reflexão profunda sobre os valores subjacentes às tecnologias digitais. Esses autores também destacam a democratização do acesso a recursos educacionais por meio da tecnologia digital, ressaltando a importância da reflexão crítica para a emancipação dos alunos como cidadãos ativos na esfera decisória, defendendo uma educação que incentive a crítica e o questionamento dos discursos hegemônicos, promovendo uma cidadania democrática verdadeira e a dissolução de relações de poder autocrático.

Segundo Folgado e Carvalho (2024), a revolução causada pelas tecnologias digitais na educação, apontam para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que considere a complexidade da influência tecnológica, garantindo assim uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos. Enquanto alguns autores destacam os benefícios potenciais das plataformas digitais para promover a transparência e eficiência na gestão escolar, outros ressaltam os riscos associados à centralização do poder e à perda de autonomia das instituições de ensino.

Afonso (2015) e Silva e Batista (2024) abordam os desafios e oportunidades associados à integração das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional, destacando a importância da formação contínua dos professores e do papel essencial dos gestores escolares na liderança tecnológica e na promoção de uma cultura organizacional inovadora. Já os estudos de Tejeto-Romero e Araújo (2021) e Rodrigues, Loureiro e Carvalho (2022) evidenciam os benefícios substanciais das plataformas digitais na gestão escolar, incluindo a melhoria da comunicação, a agilização dos processos administrativos e pedagógicos, e a promoção de práticas educacionais mais eficazes.

Os trabalhos examinados destacam a relevância da liderança tecnológica dos diretores escolares e a necessidade de uma cultura organizacional que valorize a inovação e a integração tecnológica. Além disso, ressaltam a importância da formação

contínua dos gestores educacionais. No entanto, ao refletirmos criticamente sobre esses aspectos, é essencial considerar tanto os benefícios quanto os riscos associados ao uso das tecnologias na educação. Por um lado, a integração efetiva das TICs pode melhorar a transparência e a comunicação com a comunidade escolar, promovendo uma gestão mais democrática e participativa. Isso pode facilitar a colaboração e o engajamento de todos os atores envolvidos no processo educacional.

Por outro lado, os estudos de Meira (2021), Carvalho e Loureiro (2021) e Mello, Santos e Pereira (2022) evidenciam que, embora as plataformas digitais possam oferecer soluções para superar a burocracia e aumentar a eficiência na gestão educacional, elas também podem introduzir elementos centralizadores que contradizem os discursos de autonomia e descentralização. A rigidez dos algoritmos e a concentração da especialização tecnológica podem minar os esforços de fortalecimento da independência das instituições escolares, comprometendo a capacidade de decisão dos profissionais da educação.

Diante desse contexto em constante evolução, a reflexão proposta por Folgado e Carvalho (2024) destaca a importância de uma abordagem crítica e reflexiva ao lidar com as tecnologias digitais na educação. Reconhecer os benefícios e riscos dessas inovações é fundamental para promover uma gestão escolar democrática e participativa, que valorize o engajamento dos alunos e a dissolução das relações de poder autocrático. Somente através de uma análise cuidadosa e inclusiva das implicações das tecnologias digitais na educação podemos garantir uma abordagem equilibrada e uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

4. CAMINHOS DA PESQUISA: AS POSSIBILIDADES DE AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA DE AFONSO CLÁUDIO-ES

O trabalho pedagógico de organização das escolas sofre constantes interferências dos fatores intra e extraescolares. O funcionamento de cada estabelecimento de ensino afeta é afetado pela realidade interna (que decorre das condições físicas, tecnológicas e de recursos humanos) mas também se potencializa e se condiciona à comunidade onde ele se situa. Para lidar com essa complexidade a gestão é sempre desafiada a realizar um constante processo de atualização para atingir seus objetivos fundamentais de promover uma educação pública de qualidade socialmente referenciada e ao mesmo tempo ser um ambiente de trabalho saudável para os profissionais da educação no qual a comunidade seja protagonista e participativa. Para tanto, toda unidade de ensino precisa estar em consonância com a busca do êxito no desenvolvimento dos educandos como cidadãos críticos e criativos e na formação de pessoas capazes de percorrer toda trajetória escolar com aprendizagem nos processos de ensino.

No contexto atual, as ferramentas digitais podem ampliar os espaços de diálogo e colaboração, permitindo que gestores, professores, estudantes e a comunidade escolar participem de maneira mais ativa e conectada nos processos de decisão, ao mesmo tempo que aumentam o controle sobre a comunidade escolar. Plataformas digitais, redes sociais e sistemas de gestão educacional, quando utilizados de forma crítica e estratégica, potencializam a transparência, a inclusão e a eficiência das práticas democráticas. Por outro lado, se usados de forma autoritária esses recursos podem limitar e prejudicar a participação social do cidadão. Portanto, é essencial que essa integração tecnológica esteja alinhada aos princípios da gestão democrática, priorizando os interesses coletivos e a construção de uma educação emancipadora.

As inovações tecnológicas têm modificado significativamente os métodos de registro, comunicação e preservação histórica ao longo do tempo. Desde o surgimento do alfabeto e a criação da prensa até a era dos computadores e, mais recentemente, a ascensão da inteligência artificial, essas transformações vêm redefinindo a maneira como a história é narrada, acessada e compreendida. Ao explorar essa temática, a pesquisa contribui para expandir a compreensão dos desafios e das oportunidades que a era digital apresenta para a educação. Estimula a reflexão sobre a integração

das tecnologias na gestão educacional em um contexto em que as ferramentas digitais desempenham um papel cada vez mais central.

Para realização desta etapa da pesquisa, percorremos algumas etapas que foram imprescindíveis, iniciando pela solicitação à SEDU para realização de pesquisa na escola, todo processo foi realizado eletronicamente através do sistema E-Docs (Sistema de Gestão Arquivística de Documentos e Processos Administrativos do Estado do Espírito Santo), após trinta e oito dias obtivemos uma resposta positiva.

O segundo passo foi a submissão do projeto ao comitê de ética da UFES, enquanto aguardávamos um retorno para dar início à aplicação do questionário e às entrevistas, iniciamos nossa pesquisa documental, com uma busca na internet para verificar quais mecanismos de comunicação digital as escolas mantidas pela Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo utilizam atualmente.

A SEDU, atualmente, é a mantenedora responsável por 412 escolas de Ensino Fundamental e Médio e Educação Profissional. Destas, 30 pertencem à SRE Afonso Cláudio que atende aos municípios de Afonso Cláudio, Brejetuba, Conceição de Castelo, Domingos Martins, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá e Venda Nova do Imigrante, e 7 escolas estão localizadas no município de Afonso Cláudio.

Das trinta escolas pertencentes à SRE Afonso Cláudio, realizamos uma busca na internet e verificamos que 29 possuem a rede social Instagram onde postam o dia a dia da escola, aulas diferenciadas, eventos e informes. Uma escola localizada no município de Venda Nova do Imigrante além do Instagram possui uma página no google sites, uma espécie de blog. Apenas uma escola não foi possível localizar nenhum mecanismo de comunicação através das mídias digitais.

Como nosso objeto de pesquisa está localizado no município de Afonso Cláudio trazemos abaixo um quadro com um print do Instagram das escolas estaduais localizadas neste município. Atualizamos o print na data de 13/01/2025, todas as escolas, exceto a EEEFM Elvira Barros mantém seu Instagram público.

Esse levantamento evidencia que as escolas da SRE Afonso Cláudio já utilizam as redes sociais como ferramenta de comunicação. No entanto, essa comunicação está predominantemente voltada para a divulgação de atividades e eventos escolares, e não para o acesso a informações mais precisas ou interativas. Esse cenário aponta para a necessidade de uma ampliação no uso estratégico dessas mídias digitais, explorando-as como canais de interação com a comunidade escolar, para fins como esclarecimento de dúvidas, agendamento de reuniões e acesso a conteúdo pedagógico. Assim, observa-se um grande potencial para melhorar a comunicação e a integração entre as escolas, alunos, famílias e a comunidade por meio do fortalecimento da presença digital e da diversificação dos conteúdos publicados.

De acordo com Castells (1999), a revolução tecnológica atual se diferencia por colocar a informação como elemento central, transformando-a em sua principal matéria-prima. Nesse contexto, as tecnologias contemporâneas são projetadas para atuar diretamente sobre a informação, contrastando com revoluções tecnológicas anteriores, que utilizavam a informação apenas como suporte para operar a tecnologia.

Neste estudo, optamos por analisar mais profundamente a instituição pública estadual denominada Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio (CEEFMTE) "Afonso Cláudio", situada no município de Afonso Cláudio-ES, localizado na região serrana do Estado, distante cerca de 137 km da capital, Vitória.

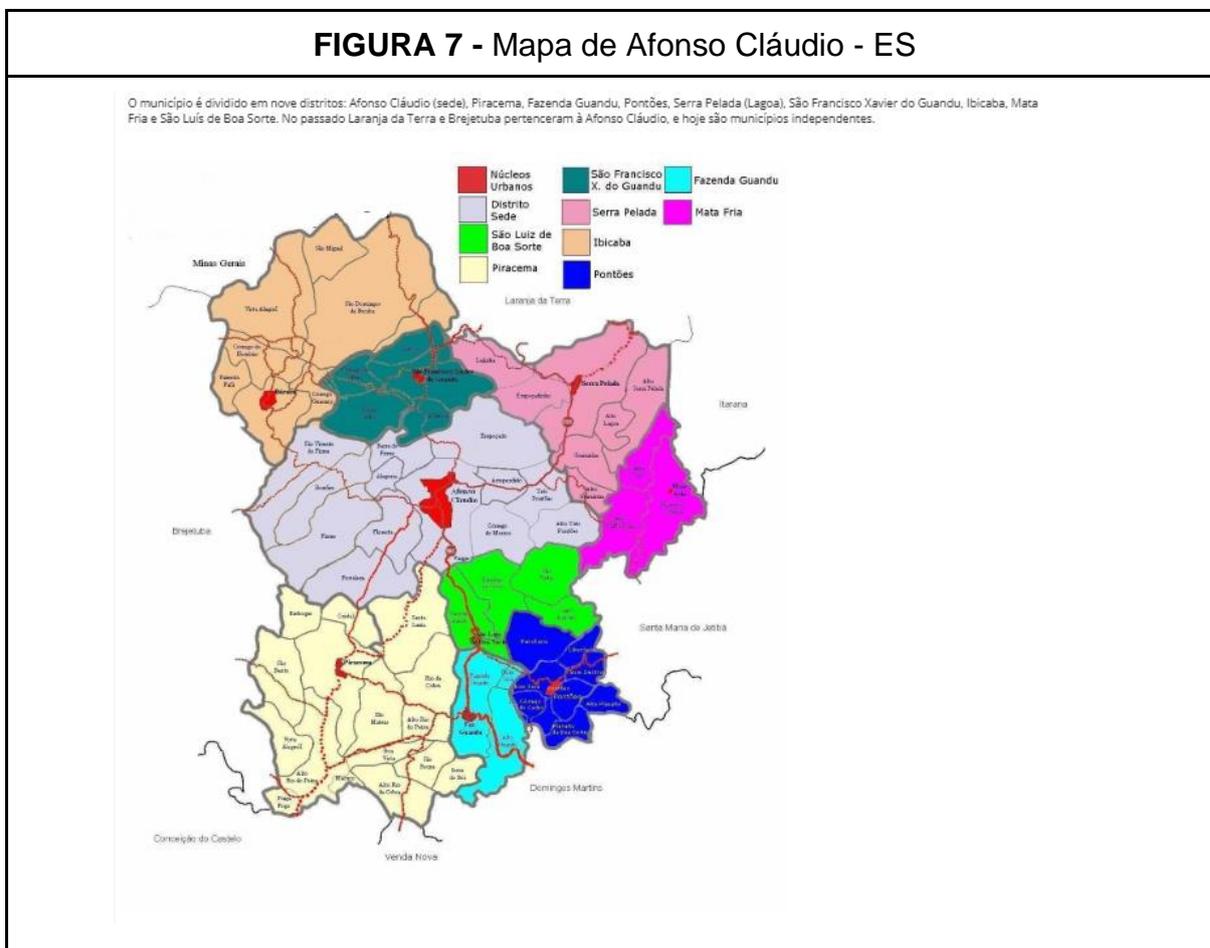
De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012),

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes, valores), para se tornarem cidadãos participativos na sociedade em que vivem (Libâneo, Oliveira e Toschi, 2012, p. 419).

Para estabelecer um vínculo mais estreito entre a escola e o contexto em que está inserida, é importante compreender as particularidades sociais e econômicas do município de Afonso Cláudio, que refletem diretamente nas condições de ensino e aprendizagem.

O município de Afonso Cláudio conta uma vasta extensão territorial, a maior parte é composta por áreas rurais. Segundo dados do IBGE, a população do município é de 30.684 habitantes, de acordo com o último censo realizado em 2022, com uma

densidade demográfica de 32,60 habitantes por quilômetro quadrado. No aspecto econômico, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em 2021 era de 1,7 salários mínimos, com uma taxa de ocupação de 14,65% da população.



Fonte: <https://www.cmac.es.gov.br/pagina/ler/1045/geografia>

No que se refere à educação, com base nos dados divulgados no QEdu, embora a taxa de escolarização de crianças de 6 a 14 anos em 2010 tenha sido de 94%, ainda há crianças e adolescentes fora da escola. Em 2021, o município registrou 3.680 matrículas no ensino fundamental e 811 no ensino médio, contando com 225 docentes no ensino fundamental e 93 no ensino médio, distribuídos entre 32 escolas de ensino fundamental e 7 de ensino médio, todas públicas.

Embora tenha mudado o alunado da escola pública, esta parece continuar acreditando que a única finalidade defensável para um ensino de qualidade é preparar as pessoas para ocupar os postos profissionais de maior prestígio ou para entrar na universidade. Influenciados pela ideologia Liberal burguesa, segundo a qual é possível, igualmente a todos, subir na escala social por meio do esforço pessoal, Via Educação escolar - concepção essa que, inclusive, levou amplas camadas da população a procurar o ensino básico (Paro, 2016, p. 104).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública em 2021 foi de 6,6, enquanto para os anos finais foi de 5,3 e 4,9 para o ensino médio. É importante destacar que, embora o IDEB seja um indicador relevante para medir o desempenho escolar, isoladamente não é suficiente para definir a qualidade da educação de forma abrangente.

Esse índice reflete apenas parte da realidade educacional, pois considera dados de aprovação e o desempenho em avaliações de larga escala, mas não abrange aspectos como infraestrutura escolar, formação docente, inclusão, engajamento dos estudantes, ou outros fatores qualitativos que impactam o processo de ensino e aprendizagem. Assim, é fundamental interpretar o IDEB como um ponto de partida para identificar áreas que precisam de atenção, ao mesmo tempo em que se analisam outros elementos que compõem a complexidade da educação no município.

FIGURA 8 - Imagem da escola



Neste cenário, o CEEFMTI Afonso Cláudio está inserido na área urbana do município e atende estudantes provenientes tanto de áreas urbanas como rurais. A escola conta com uma grande área construída, e também com uma boa área externa. Todavia, vem passando por reformas desde o ano de 2020. A princípio a obra teria duração de 900 dias, mas ainda não foi concluída. A imagem acima apresenta a infraestrutura da escola após o término da reforma. Atualmente a escola funciona

apenas nos prédios da parte superior da imagem, o prédio abaixo da quadra de esportes ainda está isolado para reforma.

Com base nas informações do Projeto Político Pedagógico (PPP), a instituição foi criada em 1956 atualmente oferta Ensino Fundamental – anos finais; Ensino Médio regular; Educação Profissional Técnica Integrado ao Ensino Médio; Ensino Técnico concomitante/Pronatec. Durante as observações, foi possível perceber a diversidade socioeconômica presente na comunidade escolar, os estudantes possuem diferentes perfis, incluindo filhos de: lavradores, trabalhadores do comércio, funcionários públicos municipais e estaduais, além de diaristas, entre outros.

A inexistência de escolas particulares no município torna a rede pública a única opção para atender a todos os estudantes. Isso resulta em um ambiente escolar onde convivem crianças e adolescentes de diferentes classes sociais e realidades econômicas, tornando a escola um espaço de integração entre diversos perfis. Essa variedade de origens resulta em uma disparidade significativa de condições socioeconômicas dentro do mesmo ambiente, onde coexistem classes sociais com diferentes níveis de poder aquisitivo, bem como distintas necessidades básicas. Essa heterogeneidade também se reflete na esfera educacional familiar, com níveis de escolaridade que vão desde o analfabetismo à pós-graduação.

Nossa experiência, bem como nossas observações mais atentas para a realização dessa pesquisa, nos mostrou que a equipe escolar também é bem diversa, composta por pouquíssimos profissionais efetivos, a grande maioria dos profissionais são contratados em regime de Designação Temporária - DT, por meio de processos seletivos formalizados por editais específicos.

A equipe gestora é composta pelo Diretor, Coordenadora pedagógica (CP), Pedagoga e Coordenador Administrativo de Secretaria e Financeiro (CASF). São profissionais que compõem o quadro efetivo da escola (professor, pedagogo, agente de suporte educacional), mas o cargo que ocupam é preenchido por meio de processos seletivos internos, como foi apresentado no capítulo anterior. Os professores e coordenadores de turno são todos contratados em regime de designação temporária.

Esse alto número de profissionais em contratos temporários cria uma grande instabilidade, tanto na vida profissional dos professores, quanto no andamento das rotinas pedagógicas, uma vez que há uma grande rotatividade de profissionais todo início de ano. Para além destes, há ainda atuando na escola as equipes terceirizadas, nas áreas de Vigilância patrimonial, limpeza e alimentação escolar, que atuam diariamente no interior da escola. Já as equipes de tecnologia e assessoria administrativa, vão à escola apenas quando há a necessidade.

Esse grande número de profissionais em designação temporária também prejudica a capacidade de autogestão da escola, uma vez que a rotatividade constante dificulta o estabelecimento de vínculos mais sólidos entre os profissionais e a comunidade escolar, bem como a continuidade e o desenvolvimento de projetos pedagógicos de longo prazo. A estrutura organizacional da escola desempenha um papel fundamental na construção do ambiente educacional tornando-o colaborativo e democrático ou autoritário e gerencial. Nesse contexto, é essencial compreender como os diferentes profissionais, tanto os que fazem parte do quadro efetivo quanto os que atuam de forma temporária ou terceirizada, contribuem para o funcionamento e a gestão escolar. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 428):

A organização escolar entendida como comunidade democrática de aprendizagem transforma a escola em lugar de compartilhamento de valores e de práticas [...]. Para tanto, esta precisa introduzir formas de participação real de seus membros nas decisões, como reuniões, elaboração do projeto pedagógico-curricular, atribuição de responsabilidades, definição de modos de agir coletivos e de formas de avaliação, acompanhamento do projeto e das atividades da escola e da sala de aula.

4.1 LIMITES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA AFONSO CLÁUDIO-ES

Dando continuidade à análise sobre a gestão democrática e suas potencialidades na educação pública, este tópico aprofunda-se nas especificidades do contexto da Escola Afonso Cláudio-ES. Apesar das oportunidades apresentadas por uma gestão participativa, especialmente quando aliada ao uso estratégico de tecnologias digitais, também emergem desafios que limitam sua plena implementação. Esses limites, muitas vezes associados a questões estruturais, culturais e políticas, revelam como as contradições entre princípios democráticos e práticas centralizadoras impactam diretamente o cotidiano escolar. Assim, esta seção

busca compreender de que forma esses desafios se manifestam e quais implicações têm para a construção de uma gestão verdadeiramente inclusiva e transformadora.

Desde sua promulgação em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, destaca a gestão democrática como um princípio fundamental para a educação no Brasil. A LDB estabelece que o ensino deve ser ministrado com base em princípios que promovam a participação social, tornando a comunidade escolar sujeito ativo no processo de gestão.

No Artigo 3º, inciso VIII, a legislação determina que "o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (BRASIL, 1996). Este princípio assegura a importância da colaboração entre os diversos atores do contexto escolar, promovendo a transparência e o diálogo na tomada de decisões.

O Artigo 14 da LDB complementa esse conceito ao especificar que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Dessa forma, a legislação enfatiza a inclusão tanto de profissionais da educação quanto das comunidades locais, ampliando o conceito de gestão compartilhada e colaborativa.

No Espírito Santo, a "gestão democrática" é regida pela LEI Nº 12.006/23, sancionada pelo Governo do Estado do Espírito Santo em 21 de dezembro de 2023, e dispõe sobre a forma de administração da educação básica pública estadual e define o modo como deve se dar a participação da comunidade escolar e até onde vai a independência administrativa das unidades de ensino. De acordo com o artigo 2º da lei estadual, a participação da comunidade escolar ocorre por meio do Conselho de Escola, assegurando a representação de estudantes, pais ou responsáveis e profissionais do magistério. Este colegiado desempenha funções consultivas e deliberativas, sendo essencial para a construção do Projeto Político-Pedagógico (ES, 2023).

Essa capacidade autônoma de gestão também seria assegurada segundo o artigo 6º, seria exercida pelo Diretor Escolar em conjunto com o Conselho de Escola. “A autonomia administrativa das escolas públicas estaduais será garantida por meio do: I - Diretor Escolar; e II - Conselho de Escola” (ES, 2023). A atuação conjunta do Diretor Escolar e do Conselho de Escola, segundo essa Lei, permitiria um equilíbrio entre a liderança técnica e a participação coletiva, promovendo uma gestão mais transparente, colaborativa e focada no desenvolvimento integral da unidade de ensino.

A garantia de “autonomia” administrativa por meio da atuação conjunta entre o Diretor Escolar e o Conselho de Escola visaria então assegurar uma gestão mais democrática e participativa, alinhada com os interesses da comunidade escolar. No entanto, o modo como o diretor é escolhido influencia diretamente a qualidade dessa independência administrativa e a efetividade da gestão democrática. Nesse contexto, Paro (2003) destaca as diferentes formas de seleção:

Grosso modo, podem ser consideradas três modalidades de escolha do diretor, todas essas passíveis de variações que, todavia, não mudam suas características básicas: a) nomeação pura e simples por autoridade estatal (governamental ou não); b) concurso de títulos e provas; e c) eleição. [...]. Dentre estas formas de escolha, que prevê a realização de eleições é a que tem merecido maior destaque nos últimos anos, [...]. Esses processos eletivos têm sido propostos e realizados no contexto de outras medidas tendentes a democratização da gestão escolar (Paro, 2003, p. 8).

Embora existam diferentes práticas para o processo de escolha de dirigentes das unidades de ensino, a Lei 12.006/23 no ES estabelece a seleção de diretores com base em critérios técnicos de mérito e desempenho. Segundo seu Art. 10 desta norma “os Diretores das escolas públicas estaduais serão selecionados por meio de critérios técnicos de mérito e desempenho” (ES, 2023).

O que se constata é que a forma como é escolhido o diretor tem papel relevante - ao lado de múltiplos outros fatores - seja na medida como tal personagem se comportará na condução de relações mais ou menos democráticas na escola, seja em sua maior ou menor aceitação pelos demais envolvidos nas relações escolares, seja, ainda, na maior ou menor eficácia com que promoverá a busca de objetivos, seja, finalmente, nos interesses com os quais terá comprometimento na busca desses objetivos (Paro, 2003, p. 7 e 8).

Ou seja, a forma de escolha do diretor escolar desempenha um papel central na qualidade da gestão e na promoção de práticas democráticas no ambiente escolar, influenciando tanto o clima organizacional quanto o nível de participação da

comunidade nos processos decisórios. Quando esse processo não se dá por meio de eleição direta, a nomeação do gestor pode refletir interesses políticos ou administrativos que nem sempre correspondem às necessidades e expectativas da comunidade escolar, além de possibilitar práticas clientelistas de interesses particulares nem sempre afinados com a melhoria dos processos de ensino aprendizagem. Deste modo, se faz necessário compreender as implicações dessa escolha que é essencial para avaliar em que medida a gestão escolar contribui para a construção de um espaço educacional mais inclusivo, participativo e voltado ao bem coletivo.

Historicamente, enquanto no ES algumas redes municipais avançaram com processos de escolhas mais democráticas, o governo do ES, no seu sistema de ensino, no entanto, não viveu, desde a ditadura militar, formas de escolha direta de dirigentes das unidades de ensino. Na política da gestão e do currículo do ensino médio, embora no discurso se afirme diante da crise desta etapa de ensino a importância de se levar em conta a preferência e de se necessidade se valorizar o protagonismo dos jovens educandos não há autonomia nem dos estudantes nem da unidade ensino em relação a gestão ou em relação ao currículo.

Em nossa vivência consideramos que tudo, ou quase tudo, é determinado pela lógica pseudodemocrática da NGP que orientada pelos métodos empresariais transfere aos técnicos ligados à SEDU orientada pelo Consed e pelas entidades empresariais. Na escola em que eu labuto há mais de uma década, a escolha sobre como e o que ensinar, quem deve dirigir a escola, que direitos devem ter os profissionais da educação e até onde pode ir tem sua autonomia predeterminada. Tal situação se agrava quando o contingente de profissionais da educação tem sua composição majoritariamente de pessoal não efetivo e, todos os anos, têm sua vida profissional submetida aos interesses particulares da gestão do sistema educacional. Que pode reabsorvê-los ou não.

A ausência de um processo eleitoral direto para a escolha dos diretores no sistema educacional da SEDU tem reduzido a autonomia das escolas permitindo maior interferência das instâncias superiores na condução do trabalho nas unidades de ensino. O artigo 10 da legislação estadual determina que a seleção de diretores deve ocorrer com base em critérios técnicos de mérito e desempenho. Na prática,

esse processo restringe a participação da comunidade escolar, concentrando a decisão nas mãos das Superintendências Regionais de Educação (SRE) e da própria SEDU. Esse modelo de seleção está muito mais atrelado aos sistemas gerenciais de mercado do que à gestão democrática.

Ademais, as formas de seleção por mérito carecem de transparência e conferem aos avaliadores alto poder discricionário na medida em que o peso dado a etapas subjetivas na seleção do diretor ganha mais proeminência. Talvez fosse mais adequado que houvesse uma forma mais isenta de pontuação ou que os profissionais fossem selecionados por prova, currículo e formação.

FIGURA 1 - Etapas do processo de seleção de diretores de 2024

3. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

3.1 O processo seletivo para a função de diretor escolar envolverá as seguintes etapas:

ETAPAS	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO
1ª	Titulação e experiência profissional, realizada por meio do Edital de Cadastramento	15
2ª	Apresentação do Plano de Gestão Escolar na Superintendência Regional de Educação (SRE)	25
3ª	Entrevista por equipe gerencial Sedu/Unidade Central coordenada pela Gerência de Gestão Escolar	60

Fonte: <https://sedu.es.gov.br/diretorescolar>

Analisando os processos de seleção, percebemos a elevada valorização da entrevista, que corresponde a 60% da pontuação total, o que intensifica a decisão da maior parte da pontuação de forma centralizada, contrariando os princípios de democratização da gestão educacional, os quais ficam intrinsecamente submetidos aos particularismos dos profissionais da banca também submetidos às escolhas políticas da secretaria e da superintendência. Essa ênfase em um critério subjetivo pode impactar diretamente o resultado final do processo, em prejuízo de parâmetros objetivos e participativos. Tal discrepância pode ser verificada no item 3 do edital do processo seletivo.

Acreditamos que esse modelo de seleção, ao invés de promover a autonomia e a gestão democrática, acaba por enfraquecer o papel dos conselhos escolares e a

participação efetiva da comunidade na condução das unidades escolares. Para garantir uma gestão verdadeiramente democrática e alinhada aos princípios legais, seria fundamental a adoção de mecanismos que permitam maior transparência e participação da comunidade escolar no processo de escolha de seus gestores, assegurando, assim, uma administração mais representativa e comprometida com a realidade local. Ainda sobre esse aspecto, o Artigo 15 da LDB reforça a necessidade de autonomia nas instituições públicas de ensino, determinando que:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996, Art. 15).

Tal previsão busca garantir que as unidades escolares possam se organizar de maneira a atender às suas demandas específicas da comunidade escolar, respeitando as diretrizes legais. Essa capacidade autônoma de funcionamento é inviabilizada pela insegurança imposta aos gestores. Sem processo eletivo de seleção para diretor, este perde liberdade de atuação, pois sente-se pressionado o tempo todo com a possibilidade de ser substituído a qualquer momento. Isso fica claro ao fazer uma breve busca na página da SEDU, através do link <https://sedu.es.gov.br/diretorescolar> é possível verificar que apenas no ano de 2024 a Secretaria de Educação abriu 81 processo seletivo para contratação de diretor.

O que fica configurado, assim, é uma questão de natureza eminentemente política, ou seja, quem detém o poder de decidir, o Estado nega-se a atender aos interesses dos usuários, que são os que financiam a escola pública por meio de seus impostos. Nos sistemas em que o diretor é nomeado, seu compromisso político é com quem está no poder, porque foi quem nomeou; nos sistemas em que ele é concursado, seu compromisso é também com quem está no poder, pois o concurso isolado não estabelece nenhum vínculo do diretor com os usuários, mas sim com o estado, que é quem o legitima pela lei (Paro, 2003, p. 23).

Outro aspecto relevante a ser destacado é a ausência de transparência em relação aos participantes desses processos seletivos. A comunidade escolar, que deveria ter papel ativo em decisões dessa natureza, é informada apenas sobre o resultado final, sem acesso prévio à lista de candidatos que são representados apenas por parte dos números de seus CPFs. Limitando a transparência e a participação social e enfraquecendo assim, os princípios democráticos na gestão educacional.

FIGURA 2 - Resultado do processo seletivo para diretor escolar 2024

 GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO SUBSECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO EDUCACIONAL GERÊNCIA DE GESTÃO ESCOLAR			
RESULTADO PROCESSO SELETIVO DIRETOR ESCOLAR - ETAPA 01 VALOR MÁXIMO 15,0 PONTOS			
CEEMTI Afonso Cláudio			
CPF DO CANDIDATO	ANÁLISE DE DOCUMENTOS	NOTA ETAPA 01	RESULTADO PARCIAL
122*****-41	APTO(A)	8,40	CLASSIFICADO PARA PRÓXIMA ETAPA
072*****-01	APTO(A)	7,20	CLASSIFICADO PARA PRÓXIMA ETAPA
131*****-02	APTO(A)	6,00	CLASSIFICADO PARA PRÓXIMA ETAPA
074*****-09	APTO(A)	5,50	CLASSIFICADO PARA PRÓXIMA ETAPA

Fonte: <https://sedu.es.gov.br/diretorescolar>

No decorrer da presente pesquisa, um evento inesperado ocorreu na instituição de ensino em que o estudo estava sendo conduzido, evidenciando a ausência de práticas alinhadas aos princípios da gestão democrática. Em 7 de outubro de 2024, um comunicado publicado no site oficial da Secretaria de Educação (SEDU) anunciou um processo seletivo Nº 063/2024, destinado à contratação de um novo diretor para a escola, um dia após as eleições municipais, sem qualquer diálogo prévio com a comunidade escolar.

Embora o diretor em questão não tenha sido escolhido por um processo eleitoral, tendo percorrido o processo de escolha por mérito já descrito, com longo trabalho de 07 anos na escola esse profissional havia angariado grande popularidade e aceitação. Ademais, durante sua gestão teve boa avaliação da S.R.E que comanda as escolas estaduais da região.

Tal anúncio gerou ampla indignação entre estudantes, docentes e responsáveis, motivando a busca coletiva por esclarecimentos junto à Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio. A insatisfação estava

ancorada na ausência de consulta à comunidade, violando o princípio da participação ativa nos processos decisórios, pilar central da gestão democrática.

Em 9 de outubro de 2024, os estudantes organizaram-se, criando um grupo no aplicativo WhatsApp denominado "R.U.E Resistência". Este coletivo, que também contava com a participação de professores e responsáveis, visava desenvolver estratégias de mobilização em defesa da permanência do diretor. Como docente da instituição, fui convidada a integrar o grupo e acompanhar o movimento.

As primeiras ações incluíram a elaboração de um abaixo-assinado e a criação de um perfil no Instagram, por meio do qual os estudantes e responsáveis manifestaram insatisfação e questionaram a falta de diálogo sobre a decisão abrupta. Argumentaram que a mudança inesperada gerava impactos emocionais negativos, especialmente em um período crítico de preparação para as avaliações finais: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o encerramento do ano letivo.

Em dois dias, mais de 900 assinaturas foram coletadas e a repercussão cresceu rapidamente. No dia 14 de outubro de 2024, o movimento ganhou visibilidade em um programa jornalístico de rádio local, resultando em expressivo apoio da comunidade, culminando em 10 mil seguidores no perfil do Instagram. No dia seguinte, Dia do Professor, a marca de 15 mil seguidores foi atingida, evidenciando o engajamento crescente da comunidade escolar.

Em 16 de outubro de 2024, uma manifestação pacífica ocorreu em frente à Superintendência Regional de Ensino (SRE), enquanto uma comissão formada por seis estudantes, quatro mães, o diretor da escola, a coordenadora pedagógica e um radialista participaram de uma reunião com o Superintendente e representantes da SEDU. Durante o encontro, os estudantes apresentaram argumentos fundamentados em documentos, como o abaixo-assinado e os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), questionando a falta de transparência e participação comunitária na decisão.

A ampla repercussão gerada pela manifestação e o envolvimento de diversos segmentos da comunidade escolar evidenciam a relevância de práticas democráticas no ambiente educacional. O ato pacífico e a reunião com representantes da SEDU, respaldados por documentos e indicadores de desempenho, demonstraram um

esforço coletivo em defesa da transparência e da participação comunitária nos processos decisórios. A cobertura midiática local, tanto em veículos tradicionais como o rádio e sites de notícias, ampliou ainda mais a visibilidade da causa, fortalecendo o debate sobre a importância da gestão escolar participativa e o direito da comunidade de influenciar na condução das instituições de ensino.

FIGURA 3 - Instagram: Resistência da União Estudantil



Fonte: https://www.instagram.com/r.u.e_resistencia/

Esse acontecimento ganhou ampla visibilidade, sendo amplamente divulgado não apenas nas redes sociais, mas também em emissoras de rádio e veículos de imprensa local, como os sites <www.montanhascapixabas.com.br> e o site <diarioes.com.br>. A mobilização coletiva evidenciada no contexto descrito destaca a

importância da participação ativa da comunidade escolar em decisões que afetam diretamente o cotidiano educacional. A ausência de diálogo prévio e a imposição de mudanças estruturais sem consulta reforçam a necessidade de práticas alinhadas ao princípio da gestão democrática, em que a voz de estudantes, docentes e familiares seja devidamente considerada.

A mobilização descrita reflete não apenas o descontentamento com decisões unilaterais, mas também evidencia um processo de conscientização coletiva sobre os direitos e deveres da comunidade escolar no contexto da gestão democrática. A presença ativa de diferentes segmentos, como pais, estudantes e profissionais da educação, ao lado de documentos e dados de desempenho apresentados durante o ato, fortalece a legitimidade das reivindicações e destaca o papel da participação popular como instrumento de fiscalização e aprimoramento das políticas educacionais. Esse contexto ressalta a importância de práticas de escuta ativa e diálogo permanente, elementos essenciais para assegurar uma gestão escolar transparente e alinhada aos interesses da coletividade.

As reportagens dos sites DiárioES e Montanhas Capixabas abordam o afastamento do diretor Júlio César da Silva do Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral (CEEFMTI) de Afonso Cláudio. O Montanhas Capixabas relata que, em resposta ao afastamento, pais e alunos realizaram um protesto em frente à Superintendência Regional de Educação de Afonso Cláudio. A reportagem também menciona depoimentos de pais que apoiam o diretor afastado, enfatizando o acolhimento oferecido pela escola e os resultados positivos alcançados durante sua gestão. A SEDU, em nota, informou que o processo seletivo para a função de diretor escolar foi aberto, seguindo critérios técnicos estabelecidos em portaria de 2020.

Já o DiárioES destaca que a decisão da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), tomada um dia após as eleições municipais, gerou revolta entre pais, alunos e parte da sociedade, que pedem a permanência do diretor no cargo há oito anos. Pais e alunos criaram o grupo "RESISTÊNCIA DA UNIÃO ESTUDANTIL" nas redes sociais para mobilizar apoio à permanência do diretor.

FIGURA 4 - Reportagem sobre o movimento para permanência do diretor -
Montanhas Capixabas

Demissão de diretor escolar gera protestos de pais e alunos em Afonso Cláudio

Publicado em 19/10/2024 às 10:02

COMPARTILHE



Texto: Bruno Caetano / Fotos: Divulgação

Pais e alunos Centro Estadual de Ensino Fundamental e Médio em Tempo Integral (CEEFTI) Afonso Cláudio se mobilizaram, na última quarta-feira (16), em frente à Superintendência Regional de Educação, em Afonso Cláudio. O ato foi uma resposta ao afastamento do diretor Júlio César da Silva, uma decisão da Secretaria de Educação do Estado (SEDU), anunciada no dia 7 de outubro, um dia após as eleições municipais.

FIGURA 5 - Reportagem sobre o movimento para permanência do diretor - Diário ES



Fonte: <https://diarioes.com.br/site/index.php/2024/10/14/demissao-de-diretor-de-escola-estadual-gera-polemica-em-afonso-claudio/>

O engajamento crescente da comunidade, impulsionado pelo uso de plataformas digitais e ações organizadas, demonstra como a busca pela manutenção de uma liderança escolar pode se transformar em um movimento de reivindicação de direitos e de valorização do ambiente educacional. Essa experiência reforça o argumento de que a escolha de gestores escolares deve ir além de critérios meramente técnicos, incorporando processos participativos que garantam maior legitimidade e representatividade na condução da escola pública. Conforme o professor Paro:

À medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública (Paro, 2003, p. 26).

Questionados em entrevistas, os participantes afirmaram que as redes sociais desempenharam um papel determinante para que o movimento pela permanência do diretor atingisse a proporção observada, potencializando o alcance das reivindicações e a mobilização da comunidade. No quadro 06 apresentamos algumas falas dos participantes sobre essas questões. Para assegurar o anonimato chamarei de Profissional da escola todos que possuem vínculo empregatício com a escola, independentemente da função (professores, pedagogos, diretor escolar, servidores administrativos).

QUADRO 6 - Fala dos participantes sobre a influência das redes sociais no movimento estudantil para permanência do diretor	
Participante 1 (Profissional da escola)	Sim, acredito que sim. Principalmente pelo grupo criado, pela página criada no Instagram desse movimento estudantil. Acho que isso foi essencial para externar isso para a comunidade da cidade.
Participante 2 (Profissional da escola)	Sim, sim. Não só as redes sociais, mas também como outros meios de comunicação também. Mas principalmente as redes sociais. Praticamente todos hoje têm acesso. Então acaba ficando um negócio meio que instantâneo. Você coloca ali, um olha e já vai espalhando para o outro também que não viu. Aí vai todo mundo olhando e quando parece que não...
Participante 3 (Profissional da escola)	Muito. Eu acredito, sim, porque foi em pouco tempo aquele movimento que os meninos fizeram, ele ganhou uma repercussão muito grande. Uma participação muito grande, participação de muitas pessoas que entraram no grupo do manifesto. E eu acho isso algo muito positivo.
Participante 4 (Profissional da escola)	Sim, com certeza, com certeza.
Participante 5 (Profissional da escola)	O Instagram foi um instrumento que contribuiu muito pra poder levar as informações. A própria rádio que ajudou muito a expandir isso. Tanto é que na hora que estava na rádio acontecendo toda a entrevista sobre o movimento, sobre essa questão, o Instagram já chegou a 14 mil seguidores. E deu uma oportunidade onde você pôde ver a participação da família, de ex-alunos. Então eu acho que foi um instrumento muito bom. Que contribuiu significativamente. Tanto é que o WhatsApp também contribuiu
Participante 6 (Profissional da escola)	Com certeza. Sem dúvida nenhuma, a rede social teve um impacto super positivo, porque deu uma visibilidade não só a todo o município, mas a todo o estado. Mas, além da rede social, o mais importante foi você entender que tem pessoas que comungam do seu trabalho, comungam da sua ideologia, do que você pensa em termos de educação. Então, eu acho que o movimento foi fundamental à presença das tecnologias da rede social nesse processo, mas comungando com as atitudes das lideranças dentro da própria instituição escolar.
Participante 7 (Pai/ Responsável)	Sim, com certeza.

Participante 8 (Pai/ Responsável)	Sim, ajudou muito. Conseguimos muitos seguidores e ajudou muito. Muitos participaram, muito comentaram, muito queriam estar também no protesto para poder estar ajudando, só que muitas das vezes estavam trabalhando, mas mesmo assim, através da rede social, entraram em contato e ajudaram também.
Participante 9 (Estudante)	Acredito que sim, porque hoje em dia qualquer vídeo que você coloca na internet já roda para todo mundo, que compartilhe para um, compartilhe para outro, todo mundo fala tanto que isso também chegou até a rádio da cidade, que eles comentaram sobre o caso.
Participante 10 (Estudante)	Sim, sim. Mais pessoas ficaram sabendo melhor, sim.

O movimento revelou uma significativa participação estudantil e comunitária, evidenciando o papel central do gestor como figura acolhedora e democrática. Estudantes e mães destacaram a postura aberta ao diálogo do diretor, contrastando com experiências anteriores. Apesar do forte engajamento da comunidade escolar e das boas avaliações do trabalho do diretor pela SRE, a decisão da SEDU foi mantida, e o diretor foi exonerado do cargo em publicação no diário oficial do Espírito Santo no dia 05/12/2024. Contrariando os princípios da gestão democrática, que preconizam a participação coletiva nos processos decisórios e a valorização do diálogo entre os segmentos escolares. O perfil "R.U.E Resistência" permaneceu ativo, ainda contando com mais de 11 mil seguidores no início de 2025, reforçando o protagonismo estudantil e o debate sobre a democratização da gestão escolar.

FIGURA 6 - Portaria que dispensa o diretor Julio Cesar da Silva do cargo
<p>Vitória (ES), quinta-feira, 05 de Dezembro de 2024.</p> <p>PORTARIA Nº 1401-S, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2024.</p> <p>O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75, e tendo em vista o que consta no processo nº 2023-FHB4Q,</p> <p>RESOLVE:</p> <p>DISPENSAR, a partir de 05/12/2024, JULIO CESAR DA SILVA, MaPB, nº funcional 501120, vínculos 56 e 10, da função de Diretor Escolar do CEEMTI AFONSO CLÁUDIO, município de Afonso Cláudio.</p> <p>Vitória, 04 de dezembro de 2024.</p> <p>VITOR AMORIM DE ANGELO Secretário de Estado da Educação Protocolo 1445692</p>

Fonte: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9710#/p:58/e:9710?find=501120>

Arelada à falta de autonomia dos diretores escolares, observa-se, na SEDU, a implementação de rígidos mecanismos de controle, amplificados pelo uso das

tecnologias digitais no ambiente educacional. Tanto gestores quanto demais profissionais da escola são frequentemente sobrecarregados com uma série de planilhas a serem preenchidas e sistemas a serem alimentados, resultando em uma sobrecarga burocrática que desvia o foco de suas funções pedagógicas e de gestão estratégica. Essa prática acaba por restringir não apenas a margem de ação dos diretores, mas também a independência profissional dos docentes, que se veem limitados em sua capacidade de inovar e adaptar suas práticas ao contexto específico de suas turmas.

Se a gestão escolar fosse verdadeiramente democrática e participativa, o uso dessas tecnologias poderia ser uma ferramenta poderosa para promover a colaboração, a transparência e o engajamento de toda a comunidade escolar nos processos decisórios. No entanto, o cenário atual revela uma utilização dessas ferramentas mais voltada ao monitoramento e ao controle centralizado, onde as decisões são frequentemente impostas de forma vertical, sem o devido diálogo com os envolvidos no cotidiano da escola. Isso resulta em uma gestão tecnocrática, em que os profissionais da educação são reduzidos a meros executores de diretrizes pré-estabelecidas, em detrimento de uma participação ativa e crítica.

A relação entre tecnologia e gestão educacional não pode ser compreendida de forma isolada, pois está inserida em um contexto sociocultural mais amplo, no qual os avanços técnicos influenciam, mas não determinam, os modos de organização e tomada de decisão. O uso das ferramentas digitais no ambiente escolar, quando restrito ao controle e à padronização, reflete uma dinâmica de poder centralizadora que ignora o potencial transformador das tecnologias para promover a participação ativa e colaborativa.

A emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização. Uma técnica é produzida dentro de uma cultura, e uma sociedade encontra-se condicionada por suas técnicas. E digo condicionada, não determinada. Essa diferença é fundamental. A invenção do estribo permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de cavalaria pesada, a partir da qual foram construídos o imaginário da cavalaria e as estruturas políticas e sociais do feudalismo. No entanto, o estribo, enquanto dispositivo material, não é a "causa" do feudalismo europeu. [...] O estribo condiciona efetivamente toda a cavalaria e, indiretamente, todo o feudalismo, mas não os determina. Dizer que a técnica condiciona significa dizer que abre algumas possibilidades, que algumas opções culturais ou sociais não poderiam ser pensadas a sério sem sua presença. Mas muitas possibilidades são abertas, e nem todas serão aproveitadas (Lévy, 1999, p. 25).

Contudo, a própria evolução tecnológica, como argumenta Lévy (1999), não determina de forma absoluta os rumos das instituições, mas condiciona e influencia os processos sociais e culturais. Assim como o estribo revolucionou as estruturas políticas medievais, o ciberespaço, se utilizado de forma democrática, pode redefinir as práticas escolares, tornando-as mais inclusivas e dialógicas, desde que acompanhado de uma mudança de mentalidade em direção à descentralização e ao compartilhamento do poder de decisão.

Dessa forma, a tecnologia em si não pode ser vista como um agente neutro ou determinante, mas como uma ferramenta cujo impacto está diretamente relacionado ao modo como é implementada e aos valores que orientam seu uso. No contexto educacional, os mesmos recursos digitais que possibilitam a ampliação do acesso à informação e a participação coletiva nos processos de gestão também podem ser instrumentalizados para fins de controle e centralização do poder. A questão central, portanto, não reside na técnica em si, mas nas escolhas políticas e institucionais que definem como essas ferramentas são utilizadas, promovendo a autonomia e o diálogo ou, ao contrário, reforçando hierarquias e limitando a participação ativa da comunidade escolar.

Nesse sentido, torna-se imprescindível compreender que o uso da tecnologia no ambiente escolar deve estar intrinsecamente ligado a uma abordagem ética e participativa, em que os processos de tomada de decisão sejam compartilhados e transparentes. Quando empregadas de maneira crítica e reflexiva, as ferramentas digitais podem fortalecer a gestão democrática ao facilitar o diálogo, a troca de conhecimentos e o envolvimento ativo da comunidade escolar. No entanto, sua aplicação descontextualizada e centralizadora tende a reduzir a autonomia dos profissionais da educação e a participação dos estudantes e responsáveis, contrariando os princípios de uma educação voltada para a emancipação e a formação cidadã. Assim, a tecnologia, que possui o potencial de ampliar o acesso à informação e favorecer práticas colaborativas, acaba sendo utilizada, pelos que detém o poder, como um instrumento de padronização e vigilância, esvaziando os princípios da gestão democrática. Para reverter esse quadro, é fundamental que as ferramentas tecnológicas sejam empregadas de forma mais dialógica, possibilitando a participação de todos os atores escolares na construção de uma educação mais equitativa e alinhada às reais necessidades da comunidade.

4.2 COMPREENDENDO A COMUNIDADE ESCOLAR: REALIDADES E PERSPECTIVAS

Para compreender os desafios e possibilidades da gestão democrática na Escola Afonso Cláudio-ES, é essencial conhecer a realidade da comunidade escolar que a compõe. As dinâmicas sociais, culturais e econômicas dos estudantes, famílias e profissionais da educação desempenham um papel crucial na formação do ambiente educacional e na construção de práticas participativas. Este capítulo busca contextualizar esses aspectos, analisando as especificidades do território em que a escola está inserida, os perfis dos sujeitos envolvidos e as relações que se estabelecem no cotidiano escolar. Tal abordagem possibilita uma visão mais ampla e fundamentada dos fatores que influenciam diretamente os processos de gestão e a qualidade da interação entre a escola e a comunidade.

O CEEFMTI Afonso Cláudio apresenta alguns mecanismos de gestão democrática como conselho de escola e conselho de líderes regulamentados pelas portarias nº 046, de 07 de fevereiro de 2022 e nº 329-R, de 30 de dezembro de 2021, respectivamente. Essas instâncias proporcionam espaços para a participação dos diversos membros da comunidade escolar nas decisões importantes e contribuem para a construção de um ambiente escolar mais participativo e inclusivo.

Os conselhos escolares de educação são os principais órgãos colegiados das unidades de ensino nos quais há participação da comunidade escolar e local com poder de voz e de voto, que auxiliam na promoção da democratização da gestão e na descentralização do poder e se constituem como espaços de participação e de criação da identidade da escola (Prudêncio, 2021, p 72).

A atuação do conselho de escola é fundamental para garantir que as decisões tomadas representem a pluralidade de vozes presentes na comunidade escolar. Sua composição diversificada assegura a inclusão de diferentes perspectivas e contribui para a construção de uma gestão mais democrática e alinhada às necessidades reais da escola.

O conselho de escola do CEEFMTI Afonso Cláudio, atualmente conta com quatorze membros titulares e onze suplentes, conforme registrado em ata, representando os seguintes segmentos: responsáveis legais pelos estudantes; estudantes; magistério servidor administrativo; entidade comunitária; diretor escolar. Ressalta-se que a pesquisadora desta dissertação também integra o referido conselho

como representante do segmento de professor, o que proporciona uma perspectiva interna e embasada para a análise desenvolvida ao longo deste estudo.

Assim como o CE, existem outras instâncias de participação coletiva que podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação, como grêmios estudantis e associação de pais, atuando juntos na construção de um currículo que respeite as diferentes formas de aprender e que assegure a aprendizagem e a participação de todos (Prudêncio, 2021, p 75).

Já o Conselho de Líderes do CEEFMTI Afonso Cláudio, destaca-se como uma iniciativa voltada para fortalecer a participação estudantil. Composto por dois estudantes de cada turma, sendo um líder e um vice-líder, no ano de 2024 o Conselho de Líderes totalizava 24 estudantes que se reúnem periodicamente entre pares e com a gestão escolar. Essa estrutura segue as diretrizes da Portaria 329-R/2021, que regulamenta o funcionamento e a representatividade do Conselho de Líderes de Turmas no Estado do Espírito Santo:

Art. 8º O Conselho de Líderes de Turmas é uma instância de representação estudantil acompanhada pelo Diretor Escolar e um espaço de escuta ativa e participação, constituído pelos líderes e vice-líderes de turmas de cada unidade escolar e funcionará da seguinte forma:

- I. o Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, em data previamente agendada;
- II. as reuniões do Conselho devem ser organizadas e agendadas, prioritariamente, pelo Diretor Escolar;
- III. os líderes e vice-líderes de turma têm autonomia para organizar e agendar reuniões extraordinárias em datas previamente agendadas;
- IV. as reuniões deverão ser registradas em Ata e colocadas à disposição de quaisquer estudantes da unidade de ensino;
- V. o Conselho de Líderes de Turma deverá atuar em parceria com a direção escolar na elaboração, na execução, no monitoramento e na avaliação com foco na resolução das situações-problema reais da escola, tais como reprovação e evasão identificadas;
- VI. o Conselho funcionará com a presença da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples;
- VII. a atuação dos líderes e vice-líderes de turmas de Ensino Fundamental, durante as reuniões também será tutorada, sendo assim, o pedagogo deverá participar. (Espírito Santo, 2021)

Ao assegurar a participação ativa dos estudantes, o Conselho de Líderes promove a formação cidadã e o desenvolvimento de habilidades como liderança, cooperação e responsabilidade social. Esse espaço não apenas garante a representação formal dos discentes, mas também estimula o exercício da cidadania, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais democrático e inclusivo. Dessa forma, os estudantes deixam de ser apenas receptores de decisões e tornam-se agentes de transformação, colaborando diretamente para a melhoria da qualidade

educacional e para a resolução de desafios coletivos enfrentados pela comunidade escolar. Como afirma Mendonça (2000):

A participação dos alunos nos processos de gestão democrática do ensino público tem uma característica especial que deve ser assinalada, em função da dificuldade de sua inserção como segmento no quadro geral da comunidade escolar. Os alunos são os usuários diretos da escola pública e, nesse sentido, razão de sua existência, parte integrante e necessária da comunidade escolar (Mendonça, 2000, p. 109).

É verdade que trazer a escola para participar de uma ação conjuntamente não é democracia, mas pode abrir caminhos para a participação. A atuação ativa de diferentes segmentos garante que as vozes de alunos, pais, professores e demais membros da escola sejam ouvidas e consideradas, promovendo um ambiente mais colaborativo e respeitoso. O envolvimento tanto dos conselhos de escola quanto do conselho de líderes, se apresenta como uma potencialidade para promoção da participação da comunidade nas decisões da escola. Essas iniciativas são fundamentais para que as decisões tomadas sejam mais representativas e atendam às reais necessidades da comunidade escolar.

A participação é o elemento comum dos variados estágios da luta pela democratização da educação no Brasil nos quais estiveram envolvidos em diversos graus, diferentes atores sociais. Consta-se ainda que a participação é um fenômeno essencial nos processos de gestão democrática escolar dos sistemas de ensino quando são analisados os estudos e pesquisas elaboradas sobre esse campo de conhecimento (Mendonça, 2000, p. 93).

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 450) complementa, afirmando que “A participação, é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”. A gestão democrática e participativa na educação, conforme preconizada pela Lei nº 9.394/1996, contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade, a melhoria da qualidade do ensino e o fortalecimento dos laços entre escola, famílias e comunidade. Essa abordagem reflete diretamente na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos educandos.

Segundo Paro (1992, p. 259) “Falar das potencialidades e obstáculos da participação da população na gestão das escolas públicas implica elucidar os determinantes imediatos de tal participação que se encontram dentro e fora da escola”. Uma das formas de comunicação e participação observada durante esta

pesquisa se dá por meio de reuniões presenciais. O conselho de líderes possui um cronograma pré-estabelecido, onde se reúnem com o diretor, e posteriormente com as suas respectivas turmas para passar as informações recebidas, bem como coletar demandas das turmas para levar à gestão.

Com base em nossa experiência e observações, podemos afirmar que não há um cronograma de reunião para o conselho de escola, este se reúne com menos frequência, apenas quando há alguma demanda específica. A equipe pedagógica também se reúne com certa frequência, e mantém um fluxo de reuniões semanais com os professores, que, no ano de 2024, aconteceu todas as segundas-feiras. Os professores também se reúnem entre áreas de conhecimento, em dias específicos e predeterminados.

Para aprofundar a análise sobre como ocorre o processo de comunicação e participação mediado pelas tecnologias digitais, realizamos uma pesquisa *in loco* por meio da aplicação de formulários online, utilizando a ferramenta Google Forms. Esses formulários foram direcionados a diferentes segmentos da comunidade escolar, abrangendo professores, equipe gestora, profissionais administrativos, estudantes e seus responsáveis, com o objetivo de captar percepções diversas sobre a interação tecnológica no contexto educacional.

No total, 76 participantes aceitaram contribuir com a pesquisa durante o período de 18 de setembro a 2 de novembro de 2024. Entre os respondentes, 26 eram membros da equipe escolar, 19 eram pais ou responsáveis pelos estudantes, e 31 eram alunos. Essa amostragem diversificada permitiu uma visão sobre as dinâmicas comunicacionais e participativas, proporcionando subsídios para identificar as potencialidades e desafios do uso das tecnologias digitais na promoção de uma gestão democrática e inclusiva.

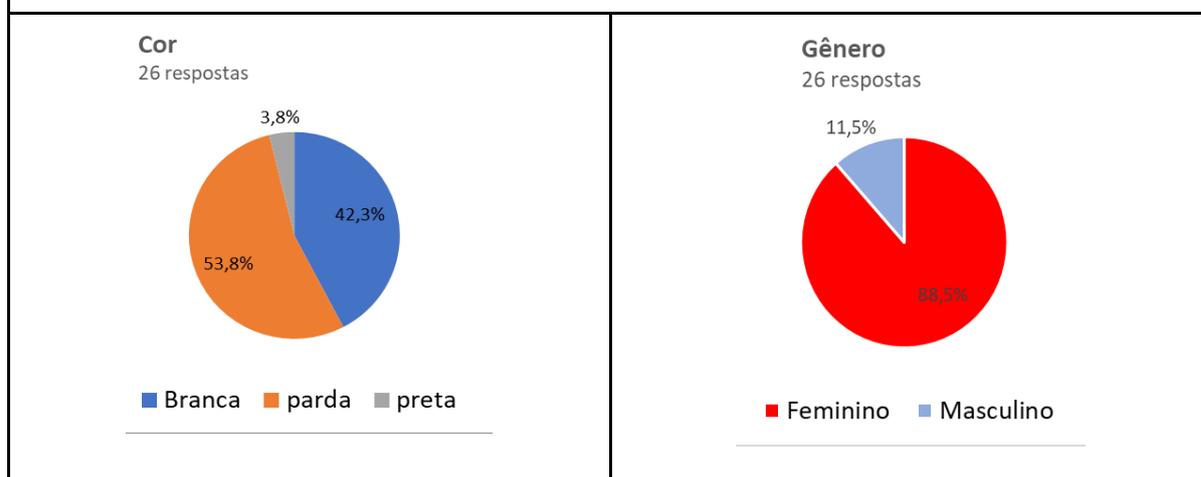
Paralelamente à aplicação do questionário, também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com membros da equipe escolar, estudantes e responsáveis. A escolha desse método qualitativo foi estratégica, pois as entrevistas semiestruturadas oferecem uma abordagem flexível, permitindo que os participantes expressem suas opiniões, percepções e experiências de maneira mais livre e detalhada, além de possibilitar o aprofundamento em temas emergentes ao longo da conversa. Para tanto, foram entrevistados 10 participantes, abrangendo um grupo

diversificado composto por professores, estudantes e responsáveis por estudantes. Visando garantir o anonimato dos participantes, todos serão identificados apenas por um número de 1 a 10, os participantes 1 ao 6 são profissionais da escola, 7 e 8 responsáveis por estudantes, e 9 e 10 são estudantes. Essa diversidade de entrevistados foi essencial para capturar diferentes perspectivas, enriquecendo a análise com narrativas que refletem as distintas realidades e expectativas de cada segmento da comunidade escolar.

A variação nos perfis dos respondentes é de extrema importância para garantir a representatividade e a diversidade na análise dos dados. Quando diferentes segmentos da comunidade escolar, como equipe docente, equipe gestora, funcionários administrativos, pais, responsáveis e estudantes, participam da pesquisa, é possível obter uma visão mais ampla e multifacetada das dinâmicas institucionais e educacionais. A primeira seção do questionário, aborda o perfil socioeconômico dos participantes, com destaque inicial para a equipe escolar. Os dados revelam uma faixa etária variando entre 27 e 54 anos, evidenciando uma faixa etária ampla e representativa e diversificada em termos de experiência profissional e perspectivas geracionais.

Quanto à identificação racial, 53,8% dos respondentes se declararam pardos, 42,2% brancos e 3,8% pretos, demonstrando a diversidade étnico-racial presente na comunidade escolar. Em relação à identidade de gênero, a maioria, 88,5%, se declarou do gênero feminino, enquanto 11,5% se identificaram como masculino.

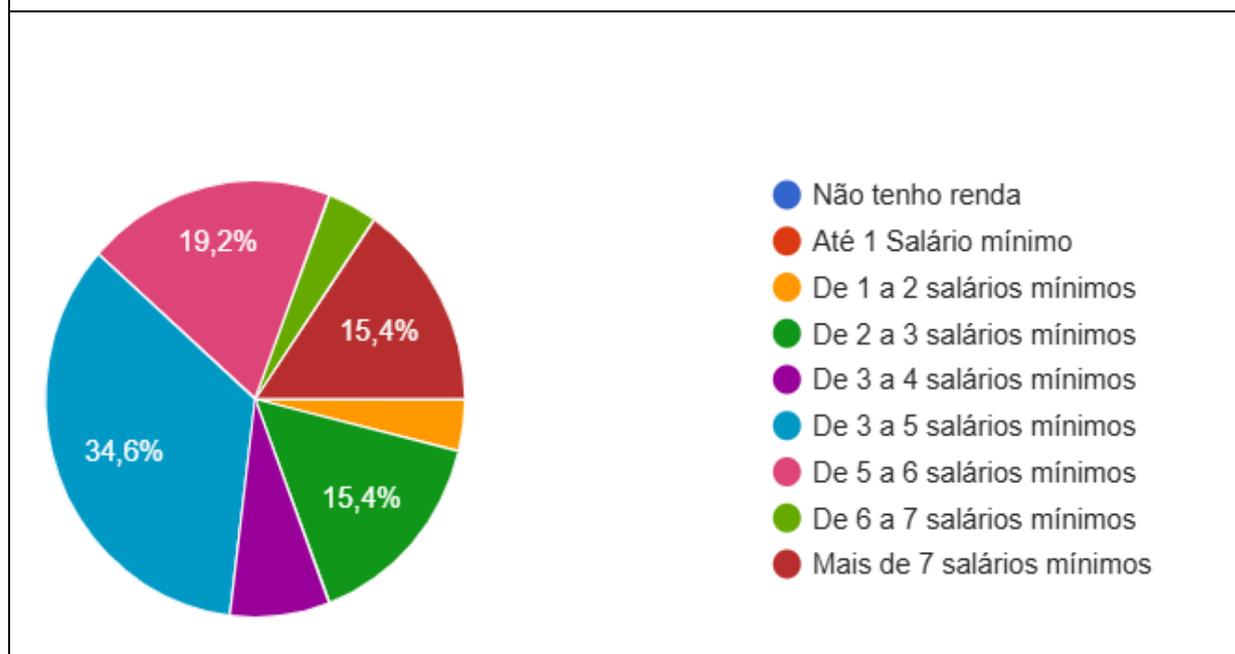
GRÁFICO 1- Gráfico de autodeclaração de cor e gênero dos profissionais da escola



No que diz respeito às funções desempenhadas pelos participantes na instituição, observou-se que 80,8% pertenciam ao corpo docente, 15,4% eram integrantes da equipe gestora e 3,8% eram funcionários administrativos ou de apoio. Essa distribuição reflete a predominância de professores entre os respondentes, reforçando a importância de suas perspectivas para a análise dos dados.

Sobre a escolaridade, 80,8% dos participantes possuem alguma especialização ou outro tipo de pós-graduação, enquanto 19,2% possuem ensino superior completo, mas sem formação adicional. Já a renda familiar dos participantes apresentou grande variação, abrangendo desde 1 salário mínimo até valores superiores a 7 salários mínimos, indicando diferentes condições socioeconômicas dentro do grupo analisado.

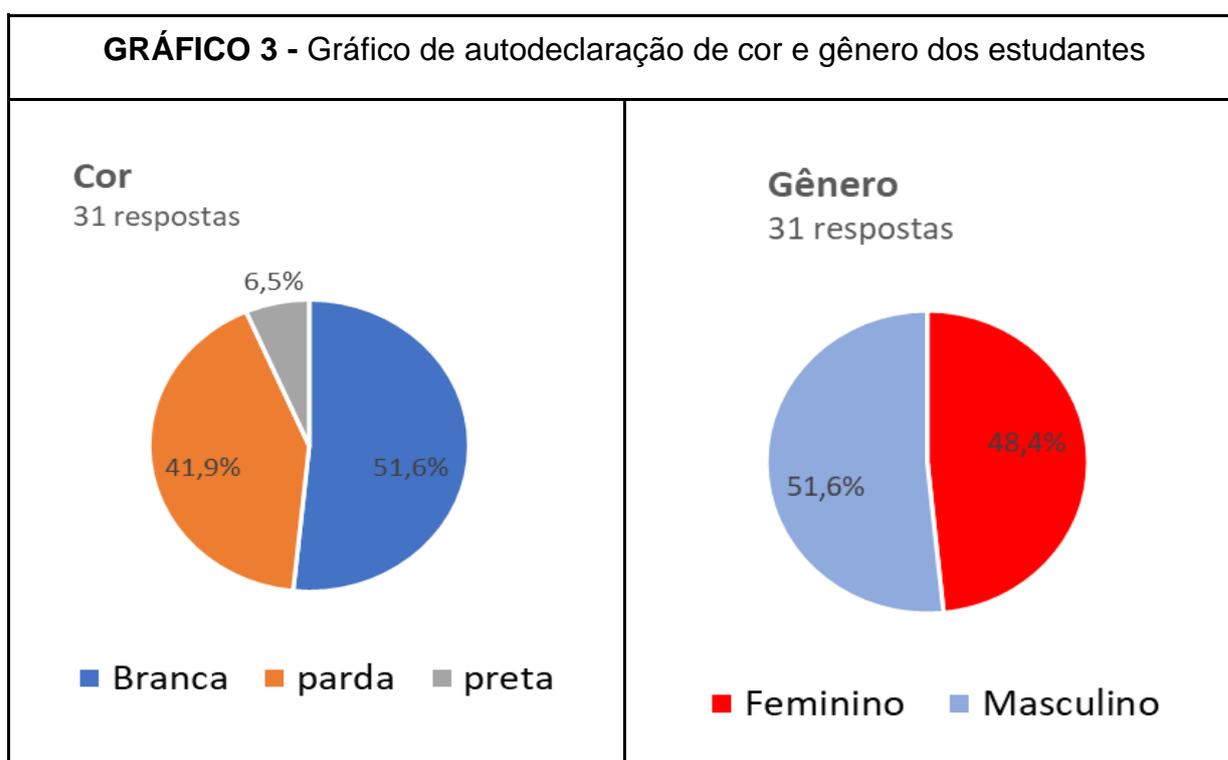
GRÁFICO 2- Gráfico de autodeclaração de renda dos profissionais da escola



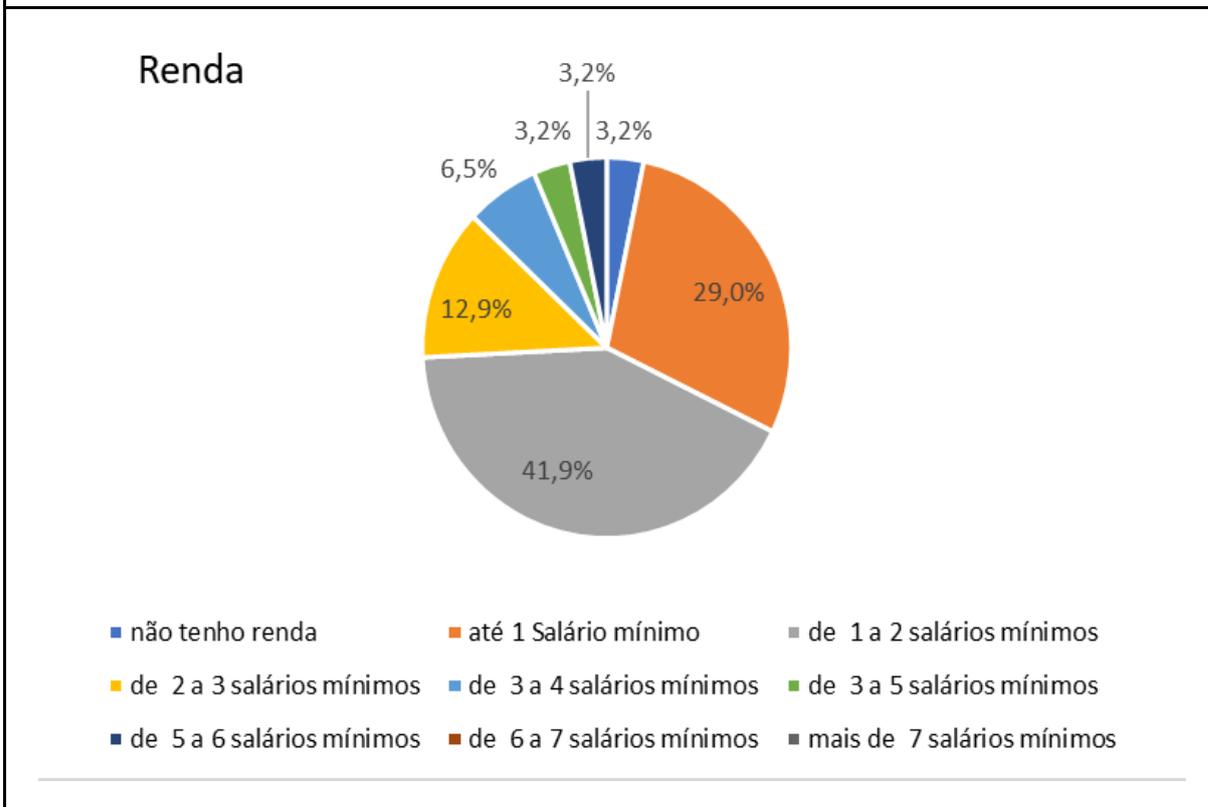
Essa diversidade permite considerar as percepções e experiências de cada indivíduo, enriquecendo a análise e possibilitando a identificação de necessidades específicas, bem como de aspectos comuns entre os diferentes atores da escola. A variação em aspectos como idade, gênero, raça, escolaridade e renda familiar é igualmente relevante, pois reflete as diferentes realidades sociais e culturais que compõem o contexto escolar. Essa heterogeneidade exige que a escola adote também estratégias inclusivas no uso das tecnologias, considerando não apenas a

capacitação técnica dos envolvidos, mas também a disponibilização de recursos que minimizem desigualdades de acesso.

Sobre o perfil dos estudantes que responderam à pesquisa, as idades variam entre 15 e 18 anos. Quanto à identificação racial, 51,6% se declararam brancos, 41,9% pardos e 6,5% pretos, demonstrando a diversidade étnico-racial presente também entre os discentes. Em relação à identidade de gênero, 48,4% se declararam do gênero feminino, enquanto 51,6% se identificaram como masculino.

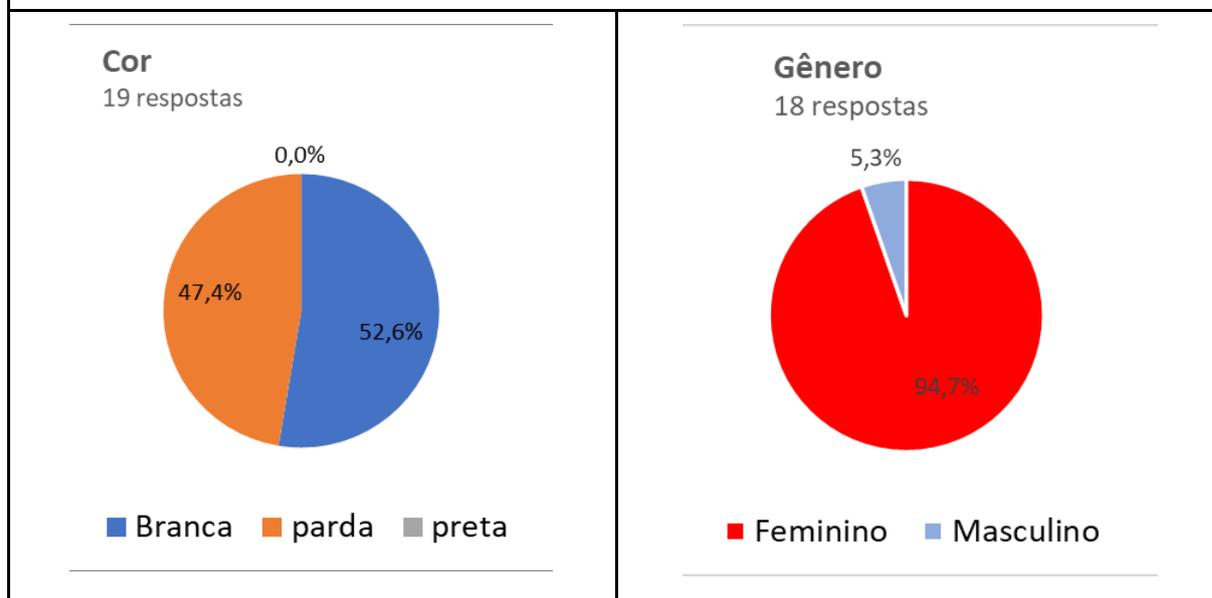
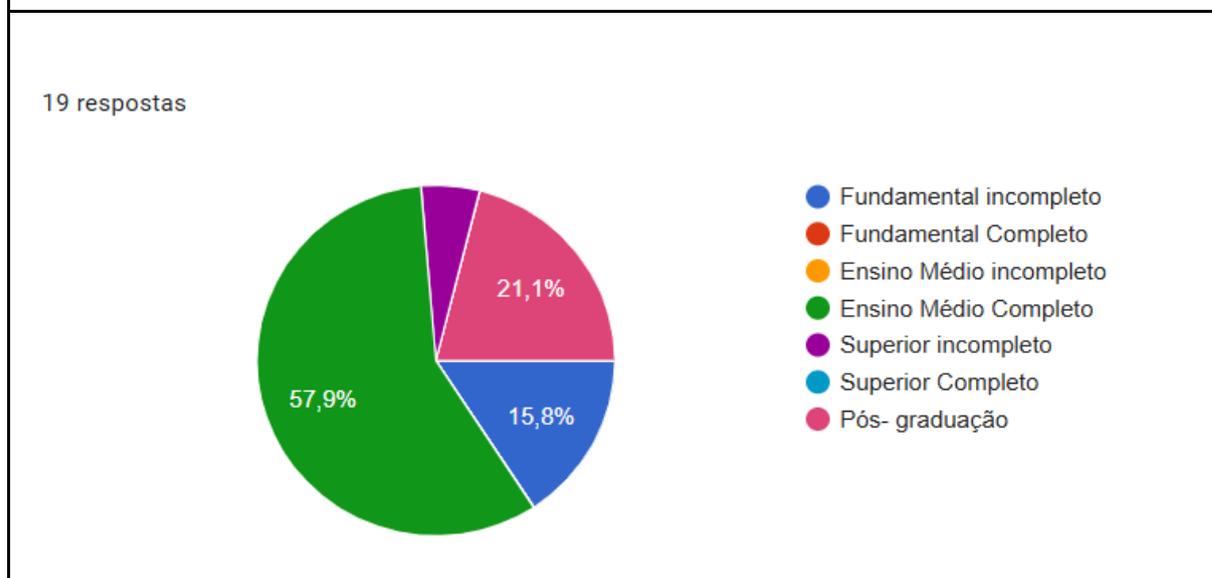


A renda familiar dos participantes apresentou grande variação, abrangendo desde não possuir renda até 5 ou 6 salários mínimos, indicando diferentes condições socioeconômicas dentro do grupo analisado. Todavia é possível verificar que mais de 70% dos estudantes afirmaram possuir renda familiar inferior a um ou no máximo 2 salários mínimos.

GRÁFICO 4- Gráfico de autodeclaração de renda dos profissionais da escola

Essa realidade socioeconômica influencia diretamente o acesso a recursos educacionais e tecnológicos, uma vez que estudantes de famílias com menor poder aquisitivo, podem enfrentar maiores dificuldades no acesso a dispositivos e conexão de qualidade para acompanhar atividades escolares mediadas por tecnologias digitais. Assim, a implementação de estratégias inclusivas, como o fornecimento de equipamentos e acesso à internet, torna-se essencial para garantir equidade e participação ativa de todos no ambiente escolar, promovendo a democratização do acesso ao conhecimento e a redução das desigualdades educacionais.

Quando aplicado às famílias, obtivemos 19 respostas, das quais, um caso era do gênero masculino e 18 do feminino. Sobre a cor 52,6% se declararam brancos enquanto 47,4% se declararam pardos. Já com relação à escolaridade dos pais, percebemos que varia, mas a grande maioria dos familiares não possuem curso superior, mais de 70% dos pais que responderam ao questionário possuem apenas ensino fundamental 15,8%, ou ensino médio 57,9%.

GRÁFICO 5 - Gráfico de autodeclaração de cor e gênero dos familiares**GRÁFICO 6- Gráfico de escolaridade dos familiares**

Diante desse cenário socioeconômico e demográfico diverso, torna-se essencial analisar as condições individuais e coletivas no uso e na implementação de tecnologias educacionais na escola. A análise socioeconômica é fundamental para uma pesquisa em educação, especialmente quando o tema envolve o uso de tecnologia, pois fornece informações cruciais sobre as condições materiais e sociais

que influenciam o acesso, à adoção e o impacto das ferramentas tecnológicas no processo de ensino-aprendizagem.

Primeiramente, o nível socioeconômico e escolaridade das famílias, afeta diretamente o acesso às tecnologias educacionais. Famílias com renda mais elevada geralmente têm maior disponibilidade de dispositivos, como computadores, tablets e smartphones, além de acesso a serviços de internet de qualidade. Por outro lado, alunos de famílias de baixa renda podem enfrentar barreiras significativas, como a ausência de equipamentos adequados ou acesso precário à internet, limitando suas oportunidades de aprendizagem em contextos digitais.

Além disso, fatores socioeconômicos também influenciam as habilidades digitais. Alunos de famílias com maior renda frequentemente possuem maior exposição e familiaridade com tecnologias desde cedo, enquanto aqueles de famílias menos favorecidas podem ter contato limitado e, conseqüentemente, menor proficiência no uso dessas ferramentas. Essas diferenças criam desigualdades que impactam tanto o desempenho escolar quanto a inclusão digital.

Outro aspecto importante é a capacidade das escolas de atender às demandas tecnológicas. Instituições localizadas em regiões mais vulneráveis socioeconomicamente podem ter menos recursos para implementar tecnologias, formar professores para seu uso pedagógico ou garantir a manutenção dos equipamentos.

Segundo Vilaça e Araújo (2016, p. 67), “É preciso reconhecer que a cultura digital, como qualquer outra “era” ou “formação cultural”, não é absolutamente democrática e universal”. Ao realizar uma análise socioeconômica, a pesquisa pode identificar essas desigualdades e propor soluções que contemplem a realidade dos diferentes grupos. Portanto, a análise socioeconômica permite que a pesquisa em tecnologia educacional seja mais abrangente e equitativa, considerando as diferentes realidades da comunidade escolar e propondo intervenções que efetivamente reduzam as desigualdades e promovam uma educação mais inclusiva e eficaz.

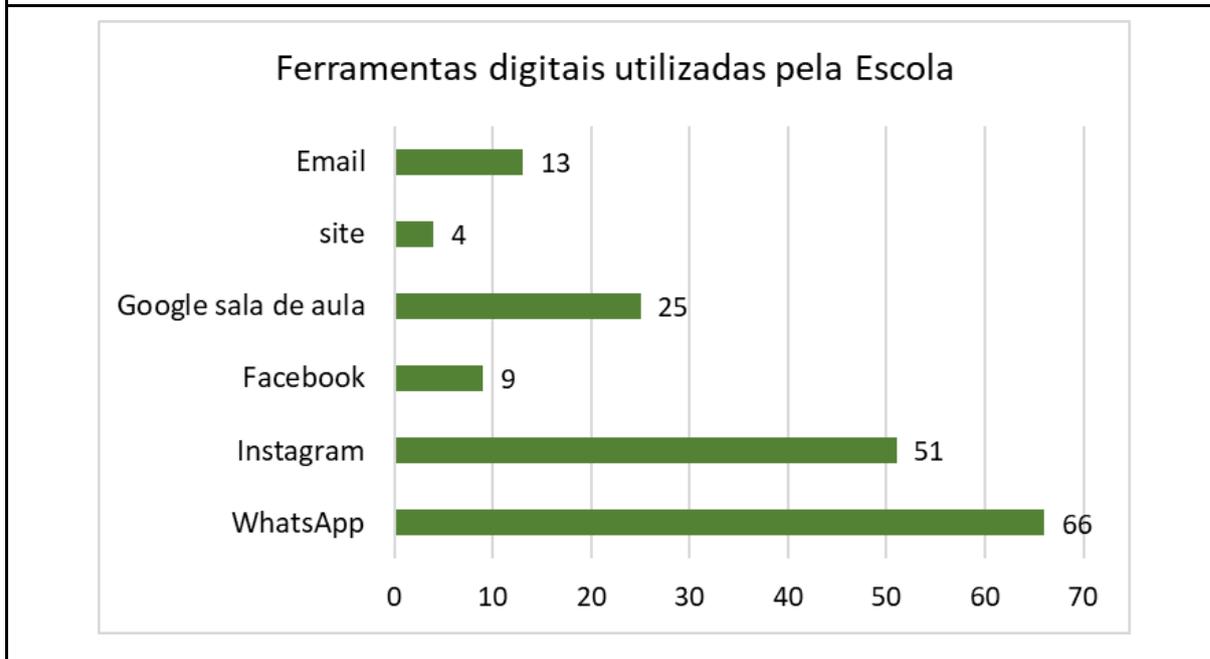
A inclusão de ferramentas tecnológicas no ambiente escolar apresenta desafios que vão além da simples introdução de equipamentos ou plataformas digitais, exigindo estratégias que contemplem as diferentes realidades dos estudantes, da

equipe escolar e das famílias. Assim, é fundamental compreender como fatores como renda, escolaridade e acesso a recursos impactam não apenas a disponibilidade tecnológica, mas também a forma como essas tecnologias são utilizadas. A seguir, a pesquisa se aprofunda na relação entre o perfil dos participantes e o uso de tecnologias, buscando identificar as potencialidades e limitações associadas à diversidade encontrada na comunidade escolar.

Essa relação entre o perfil dos participantes e o uso de tecnologias destaca o papel central da comunicação no processo educacional. Nesse sentido, Freire (1983) afirma que “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (p. 44). Adicionalmente, Freire (1983) enfatiza que o pensamento humano é intrinsecamente relacional e mediado pela comunicação. Para que exista verdadeira comunicação e troca de ideias, os sujeitos devem interagir ativamente, usando o objeto de pensamento como um meio de conexão, e não como algo imposto de um para o outro. Uma comunicação ativa implica reciprocidade onde não haja sujeitos passivos. Cada indivíduo deve ser co-intencional no ato de pensar quando se comunicam.

Essa perspectiva freireana sobre a comunicação como um processo relacional e interativo é particularmente relevante no ambiente escolar, onde as ferramentas digitais têm o potencial de atuar como mediadoras desse diálogo. Para entender como a escola utiliza essas tecnologias na interação com a comunidade escolar, perguntamos aos participantes, quais as ferramentas digitais que a escola utiliza para se comunicar com a comunidade escolar? Nessa pergunta, o participante poderia marcar mais de uma alternativa. Aqui sintetizamos todas as respostas, de todos os participantes, conforme pode ser visto no gráfico abaixo, WhatsApp e Instagram são os mais usados.

Os resultados revelam que o uso de ferramentas digitais como WhatsApp e Instagram não apenas reflete a realidade tecnológica da escola, mas também evidencia a necessidade de entender a importância dessas plataformas na melhoria da comunicação. Nesse contexto, avaliar como a comunidade escolar percebe a comunicação mediada por essas tecnologias torna-se fundamental para identificar possíveis melhorias e reforçar práticas já bem-sucedidas.

GRÁFICO 7 - Gráfico de ferramentas digitais utilizadas pela comunidade escolar

Um dos participantes compartilhou:

“Hoje, o que a gente usa muito é o WhatsApp, que é muito usado aqui, com grupos, tem os grupos dos alunos, grupos de pais, de professores, funcionários, que é muito utilizado para gente poder passar e dar recado e dialogar com a comunidade escolar. Mas nós temos também o Instagram e o Facebook. Nós temos hoje, que eu lembro, e é isso. E também os bilhetes para família que dá um bom resultado, além dos murais na escola” (Participante 5).

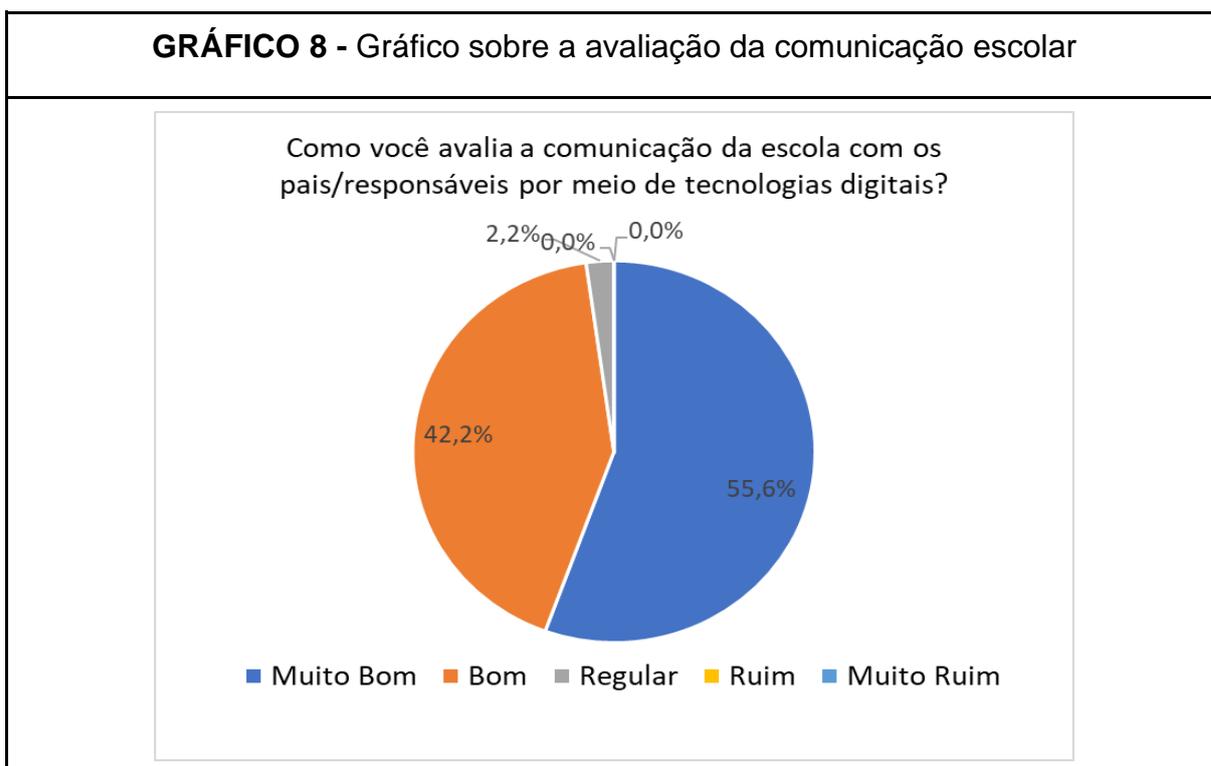
A ênfase no WhatsApp como ferramenta principal de comunicação é notável, mas também destaca a complementaridade de outros meios, como redes sociais e bilhetes, na interação com a comunidade escolar. Para Castells e Cardoso:

As tecnologias de informação contribuíram para a alteração da comunicação, nomeadamente na sua dimensão e conteúdo, que por sua vez permitiu a partilha de mais informação e uma maior transparência na apresentação de informação complexa (Castells e Cardoso, 2005, p.167).

Ao serem questionados sobre a percepção em relação à qualidade da comunicação estabelecida entre a equipe gestora e os professores e funcionários, especificamente no uso de tecnologias digitais, 97,8% dos respondentes classificaram essa interação como boa ou muito boa. Esse resultado indica um nível elevado de satisfação em relação à clareza, frequência e eficiência dos canais digitais utilizados pela gestão escolar para informar, orientar e manter o diálogo com os profissionais da

instituição. Essa avaliação positiva sugere que as ferramentas tecnológicas adotadas têm desempenhado um papel significativo na promoção de uma comunicação ágil e acessível, favorecendo o alinhamento de informações e a transparência nos processos internos. Contudo, mesmo diante dessa percepção majoritariamente favorável, é importante considerar a continuidade de ações formativas e o aprimoramento das plataformas utilizadas, visando a manutenção e, quando possível, a ampliação da qualidade desse fluxo comunicativo no ambiente escolar.

GRÁFICO 8 - Gráfico sobre a avaliação da comunicação escolar



No entanto, a percepção dos participantes vai além da mera descrição das ferramentas. Um dos entrevistados relatou:

Eu acho que a comunicação é boa, de acordo com aquilo que a gente utiliza, o WhatsApp, que ajuda muito. Mas eu acredito que há outros instrumentos que a escola pode ainda avançar e fazer uso. Porque hoje é uma imensidão de coisas que existem nessa área tecnológica, e eu penso que a escola pode avançar nesse mundo digital (Participante 5).

Outro participante complementou, destacando o potencial das tecnologias digitais para fortalecer a gestão democrática:

A comunicação sempre vai ser um desafio em toda unidade escolar. Então, eu avalio a comunicação como boa. Poderia ser melhor. Mas, eu acredito que conseguimos caminhar de uma forma positiva. Mas precisamos de mais instrumentos que possam fazer com que essa comunicação seja aperfeiçoada, como o próprio site que possa ser criado pela escola, o próprio Instagram, o próprio Facebook. Esses instrumentos são importantes porque

quanto mais os alunos, os pais têm acesso a esses instrumentos, isso é uma forma de participação. E se eles participam é um movimento, é um dos elementos importantes para aperfeiçoar o processo da gestão democrática na instituição (Participante 6).

Esses relatos evidenciam que, embora a comunicação digital na escola seja amplamente bem avaliada, há espaço para inovação e ampliação de recursos tecnológicos, com vistas a aprimorar ainda mais a interação entre os diversos membros da comunidade escolar.

A crescente presença das tecnologias digitais no cotidiano escolar tem transformado as formas de comunicação e de gestão educacional. Nesse cenário, buscou-se compreender como esses recursos podem ser utilizados com vista a contribuir para a promoção de uma gestão mais democrática e participativa. O Gráfico 9 apresenta as percepções dos participantes sobre as principais formas pelas quais as ferramentas digitais podem fortalecer a participação da comunidade escolar na tomada de decisões e no acompanhamento das ações institucionais.



O avanço das tecnologias digitais pode impactar significativamente, tanto positivamente quanto negativamente, os modos de organização e comunicação nas instituições escolares, trazendo oportunidades e desafios para práticas de gestão

mais transparentes, colaborativas e democráticas. A partir dessa premissa, foi investigado como os diferentes atores escolares percebem o uso desses recursos no fortalecimento da participação da comunidade nas decisões institucionais. O Gráfico 9 evidencia que os espaços virtuais para sugestões e feedback, bem como o acesso facilitado a documentos e informações administrativas, figuram como os mecanismos mais valorizados pelos participantes. A seguir, são apresentadas falas que ilustram essas percepções, revelando tanto os potenciais quanto os desafios associados ao uso das tecnologias na gestão escolar.

QUADRO 7 - Fala dos participantes sobre como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para promover uma gestão escolar mais democrática e participativa
Acho interessante a parte de reuniões, videoaulas. Grupo de reuniões virtuais mesmo. Que pode abrir um diálogo maior para cada área, para cada situação. (Participante 1)
Bom, o Instagram, por exemplo, eu acho que mostra o que está acontecendo na escola, eu acredito que tem que mostrar o que está acontecendo na escola e também tem a participação, né, porque os pais podem comentar através dali, os pais podem ver o que está acontecendo na escola, os projetos que são desenvolvidos na escola, muitas vezes tem pais que não tem tempo, né, de vir à escola e a partir dali eles podem estar acompanhando... (Participante 4)
Esses instrumentos são importantes porque quanto mais o aluno, os pais têm acesso a esses instrumentos, isso é uma forma de participação. E a participação deles é um movimento, é um dos elementos importantes para aperfeiçoar o processo da gestão democrática na instituição. (Participante 6)
Divulgando mais nos portais, nas redes sociais. (Participante 7)
Podendo ser comunicado em reuniões, algo que for um projeto lançado na escola, algo que for lançado, que a escola for fazer, comunicando aos pais, e os pais vão ter esse acesso, entendeu? Ali podendo ter votações online, diversas formas. (Participante 8)

As falas dos participantes reforçam os dados quantitativos apresentados no gráfico, destacando o papel das ferramentas digitais na ampliação do diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade escolar. O Participante 1, por exemplo, aponta o potencial de reuniões virtuais e videoaulas como instrumentos para abrir canais de comunicação mais amplos e acessíveis, favorecendo a escuta ativa e a colaboração. Essa percepção converge com o alto percentual de participantes que indicaram os espaços virtuais para sugestões e feedback como formas eficazes de participação (80,8%).

Da mesma forma, a fala dos Participantes 4, 7 e 8 ressalta o papel das redes sociais, como o Instagram, na visibilidade das ações escolares e na aproximação das famílias que, por limitações de tempo, não conseguem estar fisicamente presentes na

escola. Essa dimensão comunicativa das tecnologias contribui para uma gestão mais transparente, ao permitir que os pais acompanhem o cotidiano escolar e interajam com ele, mesmo à distância.

O Participante 6 acrescenta uma perspectiva importante ao afirmar que o acesso às ferramentas digitais por parte de alunos e responsáveis representa um movimento essencial para o fortalecimento da gestão democrática. Sua fala sugere que a participação, para além de simbólica, precisa ser traduzida em práticas concretas de engajamento e corresponsabilidade nos processos decisórios da instituição.

No entanto, algumas limitações também foram identificadas. Alguns participantes não souberam opinar sobre esse quesito. A dificuldade de resposta pode indicar um certo desconhecimento ou afastamento em relação ao uso prático dessas tecnologias na gestão, o que evidencia a necessidade de capacitação e mediação pedagógica para que os recursos digitais não se tornem apenas ferramentas informativas, mas instrumentos efetivos de participação.

Além da lacuna relacionada ao desconhecimento, surgem também preocupações quanto aos efeitos negativos decorrentes do uso intensivo e, por vezes, inadequado das tecnologias no ambiente escolar. Essa ambivalência nas percepções ressalta a importância de refletir não apenas sobre o acesso às ferramentas digitais, mas também sobre a forma como elas são utilizadas no cotidiano educacional.

Durante as entrevistas, alguns participantes também destacaram que o uso excessivo desses mecanismos digitais pode acarretar prejuízos. Apesar das facilidades proporcionadas pela tecnologia e pela internet, os entrevistados apontaram que essas ferramentas, quando mal utilizadas, podem se tornar um obstáculo.

Quando questionados se acreditavam que as ferramentas tecnológicas ajudam ou atrapalham, o Participante 3 relatou:

Eu acho que ajuda muito, porque, tudo que a gente vai fazer envolve a tecnologia. Pode atrapalhar se você não souber usar ela de forma positiva. Igual a gente percebe que muitos dos nossos alunos utilizam para jogos ou para coisas que não sejam fins educativos e que ficam ali muito tempo em frente às telas. (Participante 3).

De forma complementar, o Participante 8 destacou: “Muitas das vezes ajuda, para quem sabe utilizar de forma ideal. E muitas das vezes pode atrapalhar porque

muitos jovens focam muito na rede e esquecem das outras coisas, principalmente do dia a dia.” (participante 8). Ademais, todos os participantes se expressaram de maneira semelhante. Essas reflexões convergem para a necessidade de educar os jovens quanto ao uso consciente das tecnologias. Como afirma Barros:

O cidadão comum, nos dias de hoje, tem ao seu dispor muita informação: rápida, barata, funcional, instantânea. Mas também é sufocado pela desinformação, pelas deformações discursivas, pela manipulação e fake news. (Barros 2022, p.51)

Todos os entrevistados destacam a importância de utilizar a tecnologia de forma consciente, apontando que suas consequências dependem diretamente da finalidade e do modo como é empregada. Essa reflexão aponta para a dualidade do uso das tecnologias: enquanto representam uma ferramenta indispensável no cotidiano e no ambiente educacional, seu uso inadequado pode gerar consequências negativas, especialmente entre os jovens. Assim, equilibrar os benefícios das tecnologias digitais com práticas responsáveis é um desafio central no contexto escolar contemporâneo.

QUADRO 8 - Fala dos participantes sobre os pontos positivos e negativos das tecnologias digitais
Eu acho que no geral ajuda. Porém a parte que atrapalha ou incomoda talvez sejam algumas coisas paralelas, não oficiais da escola. (Participante 1)
Do mesmo jeito que ela ajuda, ela também pode atrapalhar. (Participante 2)
Eu acho que ajuda muito, porque hoje a tecnologia, tudo que a gente vai fazer envolve a tecnologia. Pode atrapalhar se você não souber usar ela de forma positiva. (Participante 3)
Elas ajudam e ao mesmo tempo também costumam atrapalhar, porque é o modo de como eu uso. Então ajuda até certo ponto, mas se a pessoa também não souber usar uma ferramenta tecnológica ela pode acabar atrapalhando. (Participante 4)
Eu acho que hoje facilita muito. Se comparar hoje, dentro do magistério, eu que peguei várias fases. Por exemplo, antigamente era muito difícil para você conseguir informações. Era só aqui, livro. Hoje, o que você pensar, você tem acesso. Chega até você. Então, por um lado, eu acho maravilhoso. (Participante 5)
Ajuda, ajuda porque você tem mais informação. E quando você tem mais informação, mais conhecimento, você se transforma, começa a ver o mundo de outra forma. (Participante 6)
Assim, quando é uma coisa boa para a escola, eu acho importante divulgar, mas tem coisas também que não são tão interessantes. (Participante 7)
Muitas das vezes ajudam para quem sabe utilizar de forma ideal. E muitas das vezes pode atrapalhar porque muitos jovens focam muito na rede e esquecem das outras coisas, principalmente do dia a dia. (Participante 8)

Ela ajuda e atrapalha, porque quando é verdade é bom, mas quando é mentira ela vai se espalhar com a mesma proporção. (Participante 9)

Ajuda, porque a gente vai ter informações, vai saber o que está acontecendo, porém, muitas vezes podem ser notícias falsas também, e isso eu acho que pode ser ruim. (Participante 10)

Ao serem questionados sobre a relevância de a escola possuir um site próprio, os participantes destacaram que tal recurso poderia ser uma alternativa eficiente para centralizar informações, fortalecer a identidade institucional e ampliar a comunicação com a comunidade escolar.

QUADRO 9 - Fala dos participantes sobre quais ferramentas digitais gostariam que a escola adotasse.

Que a escola tivesse um site próprio da escola. Que fosse alimentado pela escola. E gerido também ali, gerenciado pela escola mesmo. (Participante 1)

É uma coisa assim de se sentar e analisar bastante o caso, né? Porque muitas tem, mas como que vai ser empregado, como que vai ser feito, como que vai ser aplicado... É meio difícil de dizer, né? (Participante 2)

Ah, seria muito bom um site nosso, através do site, poderia divulgar mais. O trabalho nosso realizado, coisas positivas, ia ter também uma forma dos alunos participarem ativamente, uma vez que a grande maioria dos nossos alunos utiliza muito a tecnologia. (Participante 3)

Por exemplo, o canal do YouTube. A escola, se eu não me engano, fez, mas eu acho ele pouco usado. E sobre o site da escola agora, né, eu acho que vai ser algo muito importante, vai ajudar a desenvolver bastante coisa na escola, é interessante não só para os alunos, mas para a comunidade escolar também. (Participante 4)

Então, eu acho que a escola poderia utilizar mais essas ferramentas. Por exemplo, o TikTok. Eu acho que a escola hoje precisa ter um site. Eu não sei se eu estou atrasada no tempo, mas eu acho que teria que ter. É um instrumento que eu acho que pode... Não sei, acho que pode trazer muita coisa ali da instituição, informações da instituição, para as pessoas conhecerem mais a nossa instituição. (Participante 5)

Eu acho que é muito importante um site para escola, bem elaborado, bem organizado. Eu acho que o podcast, dentro da instituição também, com todo um estúdio organizado, e que esse podcast ultrapasse certamente o muro da escola, com convidados, com temáticas, isso tudo vai colaborar. (Participante 6)

O participante 5 destacou que “a escola, hoje, precisa de um site. É um instrumento que eu acho que pode trazer muitas informações da instituição, para as pessoas conhecerem mais a nossa instituição”. O participante 1 complementou enfatizando o valor da transparência proporcionada por essa iniciativa: “eu acho o site muito importante para deixar um processo bem mais transparente”.

Segundo o participante 6, “Eu acho que é muito importante um site para escola, bem elaborado, bem organizado. Um podcast também, com todo um estúdio

organizado, para que ultrapasse os muros da escola”. Essas opiniões reforçam a ideia de que um site institucional não apenas centraliza informações relevantes, mas também proporciona maior transparência, amplia a participação da comunidade escolar e fortalece a identidade da instituição. Assim, a criação de um site emerge como uma oportunidade de potencializar o uso responsável e eficiente das tecnologias, promovendo uma interação mais dinâmica e significativa no âmbito escolar.

4.3 TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO: O SITE INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO ESCOLAR

Após compreender o contexto da comunidade escolar e os desafios enfrentados na promoção de uma gestão democrática, este tópico explora como as tecnologias digitais, em especial o site institucional, podem funcionar como uma ponte entre a escola e seus diversos públicos. A criação de um canal de comunicação virtual representa não apenas uma modernização administrativa, mas também uma oportunidade de ampliar a transparência, a interação e o engajamento da comunidade escolar nos processos decisórios.

A crescente digitalização dos processos educacionais exige maior transparência e acesso às informações institucionais. A Lei nº 15.001, de 16 de outubro de 2024, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), estabelece requisitos mínimos de transparência pública e controle social na gestão educacional. Dentre suas diretrizes, destaca-se a obrigatoriedade de disponibilização, em meio eletrônico, de dados como número de vagas, fluxo escolar, execução financeira e atas de reuniões dos conselhos de educação.

Além do cumprimento das exigências legais, a demanda por maior transparência também foi expressa pela própria comunidade escolar. Ao longo dos diálogos com a comunidade escolar, emergiu um consenso sobre a necessidade de aprimorar a comunicação interna. Embora ferramentas digitais já fossem utilizadas em alguns aspectos, havia uma carência de um sistema unificado que possibilitasse o acesso rápido e integrado às informações essenciais. Assim, a criação de um site institucional tornou-se uma prioridade estratégica.

Todas as análises realizadas evidenciaram que os participantes reconhecem a importância de utilizar as tecnologias para melhorar a comunicação entre a comunidade escolar. Além disso, destacaram a necessidade de um uso consciente dessas ferramentas e a relevância de um mecanismo que centralize todas as informações em um único espaço.

Em consonância com essas demandas, outro aspecto ressaltado foi a importância de um site que integrasse as redes sociais da escola e disponibilizasse informações, documentos e outros conteúdos de interesse da comunidade escolar, promovendo maior transparência e visibilidade. Com base nessas considerações, demos início à construção do site da escola, configurando-se como o produto educacional derivado desta pesquisa. Durante esse processo, membros da comunidade escolar participaram ativamente, oferecendo sugestões e opiniões sobre como o site poderia ser estruturado e apresentado de forma a atender às suas expectativas. Essa colaboração foi fundamental para garantir que o site refletisse as expectativas da comunidade escolar.

Para a análise e validação do site, utilizamos uma metodologia flexível e informal, na qual os participantes puderam emitir sugestões de maneira espontânea e anônima, sem a obrigatoriedade de responder a questionários formais ou participar das entrevistas previamente realizadas. À medida que o site foi sendo desenvolvido, os membros da comunidade forneceram sugestões sobre aspectos específicos, permitindo ajustes contínuos ao longo do processo.

Um ponto de consenso entre os participantes foi a preservação da identidade visual da escola, com destaque para a utilização das cores da escola, especialmente o vermelho. Os relatos indicaram que essas características reforçam o sentimento de pertencimento e representação da comunidade escolar, motivo pelo qual foram mantidas na construção do site.

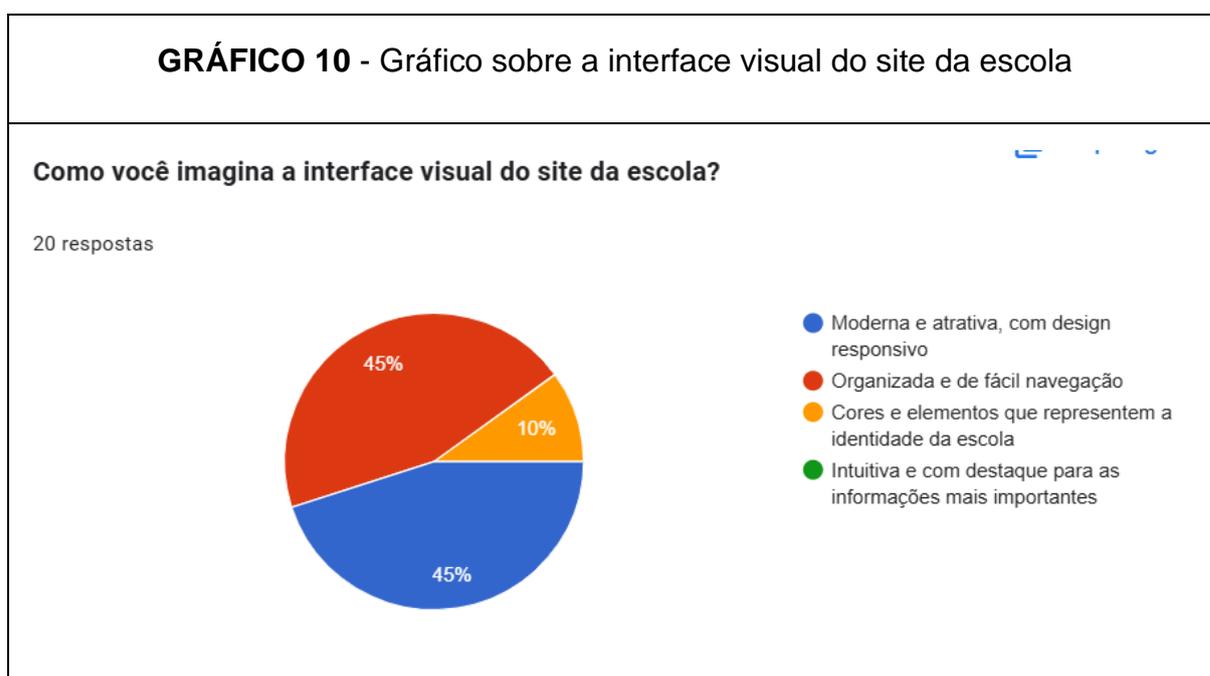
As falas demonstram como a identidade visual pode funcionar como um elemento de reconhecimento imediato e comunicação eficiente. Essa perspectiva foi corroborada por outros participantes. O participante 8 reafirmou que precisa ser “um site que represente a escola, da cor da escola. Vermelho, branco e preto”. O participante 10 completou dizendo: “Eu vejo a cor vermelha que é predominante, está no nosso uniforme”.

QUADRO 10 - Sobre a interface gráfica do site
Acho que hoje em dia, com o design atual, o site mais limpo. Mais as cores da escola, o vermelho e o branco. (Participante 1)
Olha só, o mais intuitivo possível, porque quem vai ter acesso àquele site ali não vai ser pessoas com um vasto conhecimento na área ali. (Participante 2)
Eu penso que tem que ser atrativo. (Participante 3)
Eu não sei se é porque eu já estou acostumada a ver a escola com vermelho e branco. (Participante 4)
Eu acho que ela tem que seguir o padrão do Instagram. Eu acho que é a cara da gente, né? O visual tem que ser atrativo e fácil acesso, entendeu? (Participante 5)
Eu gostaria que seguisse as cores, a tendência institucional, né? Do nosso logo, das cores branca, vermelha, preto, que é a paleta da instituição, né? Que todo mundo ia, quando olhar aquela bolinha vermelha, né? Quando olhasse esse visual, já sabia que era da unidade. Então, associar o site à unidade com essas cores é muito importante. (Participante 6)
As cores da escola mesmo. (Participante 7)
Um site de forma que represente a escola, da cor que a escola. Vermelho, branco e preto. Mas eu acho que teria que entrar mais cores aí para ficar mais colorido, eu acho que ia ficar legal, para chamar a atenção mesmo. (Participante 8)
Vermelha, com certeza, e ter muito conteúdo com fotos. (Participante 9)
Eu vejo a cor vermelha que é predominante, está no nosso uniforme, e também a logo dos cinco pilares. Eu acho que com certeza ele ia estar lá. (Participante 10)

Assim, a uniformidade das cores foi vista não apenas como uma questão estética, mas também como um elemento simbólico que fortalece a ligação entre a escola e sua comunidade. A importância da identidade visual da escola, destacada pelos participantes, foi complementada pelas contribuições técnicas dos estudantes do curso técnico em Informática. Enquanto a uniformidade das cores reforça o reconhecimento e o vínculo simbólico com a comunidade escolar, os aspectos técnicos sugeridos pelos estudantes ampliaram a funcionalidade do site.

Entre as recomendações, ressaltaram-se a criação de uma interface moderna, atrativa e de fácil navegação, características que tornam o site mais acessível e eficiente para atender às necessidades da comunidade. Outro aspecto enfatizado foi

a necessidade do site apresentar um design responsivo e que considerasse que a maior parte dos acessos, especialmente pelos estudantes, ocorre por meio de dispositivos móveis. Essa demanda foi atendida, garantindo que o site funcione adequadamente tanto em computadores quanto em celulares, assegurando acessibilidade e eficiência para todos os usuários.



A presente proposta se caracteriza como uma importante etapa desta pesquisa que é a construção de um site institucional, estruturado com a escola. A ideia é que o site seja tanto informativo, como participativo, a partir do qual todos os segmentos da comunidade escolar possam dar sua contribuição. Para desenvolvimento do site, foi necessário então alguns investimentos financeiros, como contratação de serviços de hospedagem e domínio, todavia esses investimentos foram relativamente baixos se comparados com os valores gastos com terceirização de plataformas.

O objetivo é que esse produto não fosse apenas mais um blog como tantos outros, mas que pudesse funcionar de forma profissional e que pudesse ser continuado para a escola após a conclusão da pesquisa, de forma a evidenciar que não há necessidade de contratação de grandes empresas para atender às escolas. Uma vez que tais empresas estão vinculadas apenas com os interesses do mercado.

Durante a pesquisa de campo, ficou evidente, nas falas dos participantes, que estes são favoráveis ao uso das tecnologias digitais na escola, mas sim a forma como

são utilizadas que gera insatisfação e questionamentos. Muitos destacaram que, embora as ferramentas digitais possuam grande potencial para facilitar a comunicação, o acesso à informação e o aprendizado, sua aplicação tem sido, em alguns casos, de forma equivocada.

A construção do site institucional revelou-se uma etapa fundamental para a promoção de uma comunicação mais transparente e participativa entre a gestão escolar e a comunidade. A partir do envolvimento de diferentes segmentos, como estudantes, responsáveis e equipe escolar, foi possível desenvolver um espaço digital que não apenas centraliza informações relevantes, mas também amplia as possibilidades de interação e colaboração no ambiente escolar. A implementação de uma plataforma acessível e visualmente representativa reforça o compromisso da escola com os princípios democráticos e com a valorização da identidade institucional. Assim, o site não apenas cumpre seu propósito informativo, mas se consolida como uma ferramenta de fortalecimento da gestão escolar, ao promover a inclusão digital e a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo.

4.4 O PRODUTO EDUCACIONAL: DO PLANEJAMENTO À REALIDADE

A crescente digitalização dos processos educacionais exige maior transparência e acesso às informações institucionais. A **Lei nº 15.001, de 16 de outubro de 2024**, que altera a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)**, estabelece requisitos mínimos de transparência pública e controle social na gestão educacional. Dentre suas diretrizes, destaca-se a obrigatoriedade de disponibilização, em meio eletrônico, de dados como número de vagas, fluxo escolar, execução financeira e atas de reuniões dos conselhos de educação.

Antes de iniciar o desenvolvimento do site, foi necessário identificar as condições e necessidades específicas da escola, bem como os objetivos que o projeto deveria alcançar. A ideia central era criar uma plataforma que fosse ao mesmo tempo funcional, intuitiva e acessível para a comunidade escolar. Nesse sentido, o processo começou com a definição de critérios fundamentais para orientar as escolhas tecnológicas, como custo, facilidade de uso e compatibilidade com as demandas da gestão escolar. Esse planejamento inicial foi essencial para garantir que o site fosse uma ferramenta eficiente e inclusiva.

O primeiro passo para o desenvolvimento do site foi a escolha da plataforma adequada. Existem diversas plataformas disponíveis na internet, muitas delas gratuitas, o que era um critério importante, pois buscávamos uma solução acessível a qualquer instituição escolar. Após análise, destacaram-se duas opções: Google Sites e WordPress.

O Google Sites é uma ferramenta estática de construção de páginas, com alternativas limitadas. Não permite a publicação de posts diários e, embora possibilite a criação de múltiplas páginas, funciona mais como um blog. É uma opção interessante para iniciantes sem conhecimento técnico de desenvolvimento, oferecendo hospedagem incluída. Contudo, mesmo sendo gratuito, não é um software livre. A segunda opção, o WordPress, é um software livre, ou seja, além de gratuito, possui código aberto, sem restrições comerciais. Ele permite a expansão de funcionalidades por meio de plugins, temas e programação. No que diz respeito à segurança, o WordPress oferece a possibilidade de obter um certificado HTTPS, criptografando as informações transmitidas e protegendo dados confidenciais.

Durante a pesquisa, os entrevistados sugeriram que o site fosse interativo e permanecesse disponível para futuras ampliações pela escola. O Google Sites mostrou-se inviável, e optamos pelo WordPress. Contudo, por ser um software livre, não inclui serviço de hospedagem, o que nos levou a contratar um serviço separado. Após análise de custo-benefício, contratamos um serviço de hospedagem, inicialmente custeado pela pesquisadora, com um investimento aproximado de trezentos reais pelo pacote anual, incluindo domínio e hospedagem. Não mencionaremos a empresa por se tratar de serviço comercial.

Quanto ao domínio, inicialmente desejávamos a extensão .edu, que, no entanto, só pode ser registrada pela própria instituição. Assim, optamos pelo domínio.com.br, incluso no pacote de hospedagem, resultando no endereço escolaafonsoclaudio.com.br. Por fim, concluímos a construção do site, que recebeu avaliações e sugestões em tempo real por parte da comunidade escolar. Todos puderam opinar, independentemente de terem participado das entrevistas ou respondido aos questionários. Seguindo as sugestões dos participantes da pesquisa, a identidade visual do site utiliza as cores preto, vermelho e branco, vinculadas à cor azul por ser a cor predominante nas publicações da SEDU.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar de que forma as tecnologias digitais podem contribuir para a promoção de uma gestão democrática e participativa em uma escola pública estadual, considerando a influência na comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar. Para alcançar esse propósito, buscou-se compreender tanto os aspectos teóricos que fundamentam o uso das tecnologias na educação quanto as práticas concretas aplicadas no contexto de um estudo de caso em Afonso Cláudio, ES.

O estudo partiu da hipótese de que a implementação consciente e crítica das tecnologias digitais poderia favorecer uma gestão escolar mais democrática, ao ampliar o acesso à informação, facilitar a comunicação entre os diferentes segmentos da comunidade escolar e promover uma participação mais ativa nos processos decisórios. A análise dos resultados obtidos confirmou parcialmente essa hipótese, evidenciando tanto os avanços proporcionados pelas ferramentas digitais quanto as limitações estruturais e formativas que ainda dificultam a plena democratização da gestão escolar.

Ao longo dos capítulos, o referencial teórico explorou o conceito de gestão democrática na educação, amparando-se em autores como: Paro (2016) e Libâneo (2001), que destacam a importância do envolvimento coletivo e do diálogo como elementos essenciais para a qualidade e equidade no ambiente escolar. As tecnologias digitais foram analisadas não apenas como instrumentos técnicos, mas como recursos que, dependendo de sua aplicação, podem tanto favorecer quanto restringir a participação comunitária.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo, realizada por meio de formulários aplicados a diferentes segmentos da comunidade escolar, indicaram que 97,8% dos profissionais consideram a comunicação digital entre a equipe gestora e os docentes como boa ou muito boa. No entanto, esse dado positivo não foi igualmente observado quando se analisou a participação mais ampla da comunidade, especialmente no envolvimento de pais e estudantes nos processos de tomada de decisão. Essa discrepância aponta para a necessidade de repensar o uso das ferramentas digitais, ampliando seu papel como instrumentos de inclusão e colaboração efetiva, e não apenas de comunicação administrativa.

Outro ponto relevante foi a criação do site institucional como parte do produto final desta pesquisa. O desenvolvimento da plataforma visou centralizar informações, garantir transparência e oferecer um canal mais acessível para a participação da comunidade. Embora a ferramenta tenha sido bem recebida, evidenciou-se que sua eficácia está condicionada ao engajamento contínuo da equipe gestora e ao incentivo para que a comunidade a utilize de forma ativa, o que reforça a necessidade de capacitação digital e sensibilização sobre o papel das tecnologias na promoção da gestão democrática.

A troca de gestão durante o período de coleta de dados representou um desafio significativo para a pesquisa, afetando a continuidade de algumas ações planejadas e a adesão de parte da comunidade escolar. A mudança resultou em um período de adaptação e redefinição de prioridades, o que limitou a análise de longo prazo sobre a efetividade das iniciativas tecnológicas propostas.

As dificuldades e limitações encontradas durante o desenvolvimento desta pesquisa merecem destaque. A dificuldade em conseguir um tempo adequado para as entrevistas e a pouca participação no formulário que foi enviada a todos, mas nem todos participaram. Assim, a amostra de participantes, embora representativa, poderia ser ampliada para oferecer uma análise mais detalhada e comparativa entre diferentes realidades escolares.

Com base nos achados, é possível responder à pergunta norteadora proposta: **Como o uso das tecnologias digitais pode contribuir para melhorar a comunicação, transparência e o envolvimento da comunidade escolar em uma gestão democrática?** A pesquisa evidenciou que as tecnologias, quando aplicadas de forma intencional e com suporte formativo adequado, podem de fato ampliar a transparência e facilitar o fluxo de informações dentro do ambiente escolar. No entanto, a contribuição para o envolvimento mais significativo da comunidade ainda enfrenta barreiras, especialmente no que diz respeito à inclusão de todos os segmentos de forma equitativa.

Dessa forma, pode-se afirmar que os objetivos inicialmente propostos foram em grande parte alcançados, considerando-se a análise teórica, a aplicação prática e o desenvolvimento do produto final. No entanto, verificou-se que o caminho para uma gestão escolar plenamente democrática e participativa mediada por tecnologias

digitais requer ações mais profundas e contínuas, incluindo investimentos em formação, infraestrutura e sensibilização.

Como proposta para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do estudo para diferentes contextos escolares, permitindo uma análise comparativa entre instituições com distintos níveis de acesso e uso de tecnologias digitais. Por fim, esta dissertação contribui não apenas com reflexões teóricas, mas também com uma experiência prática aplicável a outras realidades educacionais. Reafirma-se a importância de se pensar o uso das tecnologias digitais como parte de um processo coletivo e contínuo de transformação, no qual a inclusão, a equidade e a participação ativa sejam pilares fundamentais para a construção de uma educação pública mais justa, crítica e democrática.

Em suma, nesse trabalho buscamos destacar a importância da gestão democrática e participativa, do uso estratégico de tecnologias digitais e da comunicação transparente para fortalecer o envolvimento da comunidade escolar e melhorar a qualidade da administração escolar. Mas indicamos que essas possibilidades nas unidades de ensino podem ser limitadas ou potencializadas conforme o contexto da gestão dos sistemas de ensino que, no caso em tela, revela que as relações de poder e interesses particularistas que ocorrem no interior das administrações gerencialistas e privatistas podem restringir o diálogo e a transparência possibilitados pela tecnologia.

6. REFERÊNCIAS

ABREU, Karen Cristina Kraemer. **História e usos da Internet**. BOCC–Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, p. 1-9, 2009. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/abreu-karen-historia-e-usos-da-internet.pdf>. Acesso em: 30/05/2024

AFONSO, Almerindo Janela. Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação. *Educação e Pesquisa*, v. 41, p. 1313-1326, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/ckxNpRZNL4rNFNVsrZTWn4L/?lang=pt>. Acesso em 28/04/2024.

ANDRADE, Thiago Silva de. **Desafios e possibilidades para o acesso às informações públicas e a transparência ativa na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG**. 2020. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/12204>. Acesso em: 30/04/2024.

BARROS, José D.'Assunção. **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Editora Vozes, 2022.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. vol. 1. trad. Carmen C. Varriale et. al. 14ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

BORDE, Amanda Moreira e DAMASCENO Janaina Souza. O conselho escolar em foco: uma reflexão sobre a (atu)ação político pedagógico do colegiado. **Conselhos Escolares e Gestão Democrática: Alguns temas em debate**. 1ed. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de, v. 1, p. 62-69, 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Distrito Federal: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html. Acesso em: 26/03/2024

BRASIL. **Lei n 12.527 de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 11/02/2024.

BRASIL. **Lei nº 15.001, de 16 de outubro de 2024**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência

pública e controle social em matéria educacional. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15001.htm. Acesso em: 01/02/2024.

CARDOSO, Nuno Vale. **Tipografia: personagens, tecnologia e história**. 2008. Disponível em
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39574/3/ULFBA_TES302_2.pdf. Acesso em: 08/09/2024

CARVALHO, Maria João de; LOUREIRO, Armando. **As plataformas informáticas na organização escolar: Modernização ou burocratização?**. Revista Exitus, v. 11, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2237-94602021000100307&script=sci_arttext. Acesso em: 21/05/2024.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Conferência promovida pelo Presidente da República. 04 e 05 de Março de 2005. Centro Cultural de Belém, disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301788806_A_Sociedade_em_Rede_Do_Conhecimento_a_Accao_Politica. Acessado em: 08/08/2023.

COELHO, Teixeira, **eCultura, a utopia final** : inteligência artificial e humanidades - 1. ed. - São Paulo : Iluminuras, Itaú Cultural, 2019.

CÓSSIO, Maria de Fátima. **A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores**. Educação. v.41, n.1, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v41n1/1981-2582-reveduc-41-01-66.pdf>. Acesso em 26/12/2024.

COSTA, Fabrício Barbosa da. **Transparência ativa nas instituições da rede federal de educação, ciência e tecnologia da região norte brasileira**. 2020. Dissertação (mestrado) Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2383>. Acesso em 29/04/2024

COSTA, Francisco José Soares. **Programa de Inclusão Digital em Vitória (ES): uma avaliação na ótica das Políticas Sociais**. 2011. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/a5a7b494-53d0-4959-b2dd-c7211a4841ce/content>. Acesso em 09/04/2024

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Nº 12.006, DE 21 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação Básica Pública Estadual e dá outras providências. Vitória. 2023. Disponível em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI120062023.html>. Acesso em: 06/01/2025

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Portaria nº 046, de 07 de fevereiro de 2022.** Dispõe sobre a organização dos Conselhos de Escola das Unidades Escolares Públicas Estaduais como Unidades Executoras de Recursos Financeiros, e demais providências. Vitória. 2022. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20046-R%20-%20REGULAMENTA%C3%87%C3%83O%20DOS%20CONSELHOS%20DE%20ESCOLA-1.pdf> Acesso em: 06/01/2025

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Portaria nº 1401-S, de 04 de dezembro de 2024.** Dispensa de diretor. Disponível em: <https://ioes.dio.es.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/9710#/p:58/e:9710?find=501120>. Acesso em: 06/01/2025

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Portaria nº 329-R, de 30 de dezembro de 2021.** Atualiza as diretrizes para a organização do conselho de líderes de turma das escolas que ofertam ensino fundamental anos finais e ensino médio da rede pública estadual do espírito santo. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Portaria%20329.pdf> Acesso em: 06/01/2025

ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Educação. Contatos Escolas Estaduais. Vitória: SEDU, [2023?]. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Contatos%20Escolas%20Estaduais.xlsx>. Acesso em: 27/09/2024.

FOLGADO, Cristina; CARVALHO, Maria João. **A ideologia invisível da tecnologia digital na escola: o confronto de racionalidades.** Revista Conhecimento Online, v. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/3628> Acesso em 21/05/2024

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Antoniel Borges. Utilização de tecnologias digitais na gestão escolar: um estudo com diretores escolares de uma rede municipal de ensino no Brasil. 2022. Dissertação (Mestrado). Educação e Tecnologias Digitais. Instituto de Educação. Universidade de Lisboa. Portugal, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/57288>. Acesso em: 01/05/2024.

GUGIK, Gabriel. **A história dos computadores e da computação.** TecMundo, Curitiba, 2009. Disponível em: https://iow.unirg.edu.br/public/profarqs/2804/0272700/1.A_Historia_dos_computadores_e_da_computacao_-_imprimir.pdf. Acesso em 15/09/2024.

IEZZI, Denise Viola Dalpino. **Um olhar sobre as contribuições dos meios tecnológicos dentro do processo de gestão democrática e participativa na**

educação. 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/15148?show=full>. Acesso em 26/12/2023.

LAVAL, Christian **A Escola não é uma empresa O neo-liberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva, Londrina. Editora Planta, 2004.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual**. Tradução Paulo Neves. 1ª edição. São Paulo: Editora 34, 1996.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em: <https://www.faal.com.br/arquivos/complm/Semana2Texto4.pdf>. Acesso em: 18/07/2024.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed, São Paulo: Cortez, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. tradução de Enio Paulo Giachini. – Editora Vozes Petrópolis, RJ. editora Vozes, 2017.

MEDEIROS, Isabelle Liane Galvão de. **A promoção da transparência pública a partir das demandas de informações da sociedade: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2020. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30622>. Acesso em: 06/05/2024.

MEIRA, Manuel Vale Fernandes. **O cerco à autonomia das escolas: As plataformas eletrônicas na administração da educação**. Revista Portuguesa de Educação, v. 34, n. 1, p. 95-108, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/374/37472088006/37472088006.pdf>. Acesso em 21/05/2024.

MELLO, Micaela Balsamo de; SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas; PEREIRA, Rodrigo da Silva. **A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente**. Retratos da Escola, v. 16, n. 36, p. 899-916, 2022. Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1642>. Acesso em 10/08/2024.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: Democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. 2000. Tese (doutorado). Universidade estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2000. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_4e5a0f852b112698d54239ae67b08387. Acesso em: 04/09/2024

MOCARZEL, Marcelo. A qualidade social como marco referencial da Gestão Democrática. **Conselhos Escolares e Gestão Democrática: Alguns temas em debate**. 1ed. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de, v. 1, p. 44-52, 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 12. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, p. 51-53, fev. 1987. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1235/1239>. Acesso em: 05/12/2023.

PARO, Vitor. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 73, n. 174, 1992. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Gestao-da-escola-publica-a-participacao-da-comunidade.pdf>. Acesso em: 10/12/2023.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública Experimenta a democracia**. 2ª ed. São Paulo. Xamã. 2003

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 05/12/2023

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4ª ed. São Paulo. Cortez Editora, 2016.

PRUDÊNCIO, Marcia Saraiva. **O plano Municipal de Educação e a formação do segmento de pais ou responsáveis dos conselhos escolares no município da Serra/ES**. 2021. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2021. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_15364_01.%20Versao%20final%20da%20dissertacao20210825-00235.pdf. Acesso em 14/12/2024.

QEDu. **Use dados. Aprendizado adequado**. 2020. Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3200102-afonso-claudio>. Acesso em: 21/08/2024.

RODRIGUES, Marta de Oliveira; LOUREIRO, Armando; CARVALHO, Maria João. **Mapeamento sobre os usos de plataformas digitais na gestão educacional: o papel do/a diretor/a escolar**. Revista de Tecnologia e Sociedade, Curitiba, v. 18, n. 50, pág. 123-145, 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/13922/8624>. Acesso em: 02/05/2024.

ROGGE, Miriene Manzoli. **Implementação do sistema de gestão escolar (SGE) nas práticas organizativas das escolas da rede municipal de ensino de Vila Velha/ES**. 2022. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2022. Disponível em https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16469_01%20Versao%20final%20da%20dissertacao_525_35.pdf . Acesso em: 08/09/2022.

SILVA, Itamar Mendes da; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; VIEIRA, Alexandro Braga; MANSO, Márcia Helena Siervi; (Org.) **Práticas de coordenação pedagógica na escola pública**. 1. ed. Curitiba. editora Appris, 2017.

SILVA, Julio Cesar Barreto da; BATISTA, Rosimeire Fernandes Ferreira. **Gestão Escolar e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação: Um Olhar para Além da Sala de Aula**. EaD em Foco, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/2172>. Acesso em 01/05/2024.

SILVA, Luzivan José da. **Transparência pública: análise sobre as práticas dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**, 2017. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós- Graduação em Gestão Pública – Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, RN, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23212/1/LuzivanJoseDaSilva_DISSERT.pdf. Acesso em 11/02/2024.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo. Editora Contexto, 2009.

SOLIGO, Marinez Gasparin; ESTRADA, Adrin Alvarez; SOLIGO, Valdecir. **Aspectos históricos da administração escolar no Brasil: aproximações**. Revista Educere Et Educare. v. 15, n. 40, p. 287 - 310, 2021. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/28592>. Acesso em: 10/10/2024.

TAMANINI, Paulo Augusto; SOUZA, Maria do Socorro. **As tecnologias digitais no ensino de história no Brasil. Um mapeamento das pesquisas acadêmicas**. Revista Docência e Cibercultura, v. 2, n. 3, p. 141-158, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/36814>. Acesso em: 07/11/2024.

VILLAÇA, Marco Valério Miorim; STEINBACH, Reginaldo. **Brevíssima história do computador e suas tecnologias parte I – do osso de lebombo aos computadores eletromecânicos**. Revista Ilha Digital, Florianópolis, v. 5, p. 3–24, 2015. Disponível em: <https://ilhadigital.florianopolis.ifsc.edu.br/index.php/ilhadigital/article/view/72>. Acesso em: 8 set. 2024.

7. APÊNDICES

APENDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, intitulada **“O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES”**” A pesquisa está sendo realizada pela discente do PPGMPE UFES, Simone da Penha Davel Giestas, matrícula nº 2023130137 sob a supervisão e orientação do professor Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa e propor a criação de uma página para a escola construída a partir das necessidades da escola segundo seus participantes.

Diante da relevância social, das lacunas na pesquisa, do potencial de inovação e do impacto na prática educacional, este projeto se justifica como uma iniciativa que visa contribuir significativamente para o avanço da gestão escolar democrática e participativa por meio do uso estratégico de tecnologias digitais.

Para alcançar os objetivos do estudo os procedimentos adotados serão: entrevista semiestruturada individual, com duração aproximada de 30 minutos, que poderá ser através de formulário online, ou pessoalmente gravada em áudio, mas eu, pesquisadora, só usarei a transcrição das informações que você cedeu sem identificar-te ou divulgar a sua voz, a entrevista terá duração aproximada de 30 minutos, na qual você irá responder perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados.

Esta pesquisa prevê leves riscos emocionais, uma vez que, você pode se sentir desconfortável com o conteúdo das perguntas. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida, e você receberá suporte da pesquisadora, esse suporte incluirá uma escuta ativa e, se necessário, encaminhamento para um profissional de saúde mental e cancelamento da entrevista, podendo ser desligado do estudo sem nenhum ônus.

Nos casos de formulário online, além dos riscos mencionados acima podem ocorrer: Invasão de privacidade, divulgação de dados confidenciais. - Interferência na sua vida e na sua rotina, além de tomar seu tempo para responder ao questionário/entrevista. Tais riscos serão minimizados através de mecanismos que asseguram a confidencialidade e a privacidade das respostas, para garantir a confidencialidade e privacidade das suas respostas, todos os dados coletados serão armazenados de forma segura, utilizando senhas e criptografia. Apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, que serão anonimizados para proteger a sua identidade, também pelo fato de que não será coletado nenhuma informação pessoal.

Você estará contribuindo para o campo de conhecimento na área de Educação e poderá fornecer dados para os formuladores, executores, beneficiários e sociedade em geral, além de colaborar no processo de criação de um site institucional para a escola.

Para participar da pesquisa é necessário que você esteja de acordo com este termo e tenha suas dúvidas sanadas sobre todos os aspectos pertinentes a pesquisa que lhe interessem e devam ser explicitados seguindo o rigor da legislação.

Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo pesquisador principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução nº466/2012).

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma vantagem financeira. Caso haja despesa com sua participação na pesquisa, você será totalmente ressarcido (a). Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Sua recusa não trará nenhuma penalidade ou prejuízo em sua relação com a

pesquisadora ou com a instituição. Você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

Você também está sendo informado (a) que as entrevistas não serão filmadas, apenas gravadas em áudio, ou através de preenchimento de formulário. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde constam o telefone e endereço da pesquisadora, por meio dos quais você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação a qualquer momento. Uma via será arquivada pela pesquisadora e a outra será fornecida a você. É resguardado a você o direito a buscar indenização caso haja danos decorrentes dos riscos previstos. Nesse caso, a pesquisadora assumirá a responsabilidade por eles e haverá garantia de indenização. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr. (a) pode contatar a pesquisadora Simone da Penha Davel Giestas - contato telefônico: (27) 99912-3947 – e-mail: simone.giestas@edu.ufes.br – End: Avenida Eliezer Lacerda Fafá, 350, Bairro São Tarcízio, Afonso Cláudio-ES.

Em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo – *campus* de Goiabeiras deverá ser acionado, por meio do telefone (27) 3145-9820, e-mail cep.goiabeiras@gmail.com ou pelo endereço Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória – Espírito Santo, Brasil, CEP 29075-910.

Eu, _____, aceito participar da pesquisa "**O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES**", que tem o/s objetivos analisar os impactos do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa, declaro que fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o presente documento e dos objetivos, riscos e benefícios do estudo, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar desta pesquisa. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim o desejar. Declaro ainda que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Afonso Cláudio, ____ de _____ de 2024.

PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: _____

Assinatura: _____

PESQUISADORA:

Nome: _____

Assinatura: _____

ORIENTADOR:

Nome: _____

Assinatura: _____

APENDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE do responsável

Seu filho está sendo convidado a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, intitulada “**O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES**”. A pesquisa está sendo realizada pela discente do PPGMPE UFES, Simone da Penha Davel Giestas, matrícula nº 2023130137 sob a supervisão e orientação do professor Dr. Eduardo Augusto Moscon Oliveira.

Este projeto de pesquisa tem como objetivo analisar o impacto do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa e propor a criação de uma página para a escola construída a partir das necessidades da escola segundo seus participantes. Diante da relevância social, das lacunas na pesquisa, do potencial de inovação e do impacto na prática educacional, este projeto se justifica como uma iniciativa que visa contribuir significativamente para o avanço da gestão escolar democrática e participativa por meio do uso estratégico de tecnologias digitais. Para alcançar os objetivos do estudo os procedimentos adotados serão: entrevista semiestruturada individual, com duração aproximada de 30 minutos, que poderá ser através de formulário online, ou pessoalmente gravada em áudio, mas eu, pesquisadora, só usarei a transcrição das informações que seu filho cedeu sem identifica-lo ou divulgar a voz do seu filho que responderá perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados. Nos casos de questionário online, seu filho poderá solicitar que uma cópia do formulário com as respostas seja enviada ao e-mail cadastrado durante o preenchimento do questionário.

Esta pesquisa prevê leves riscos emocionais, uma vez que, seu filho pode se sentir desconfortável com o conteúdo das perguntas. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida, o seu filho receberá suporte da pesquisadora, esse suporte incluirá uma escuta ativa e, se necessário, entraremos em contato com você para possível encaminhamento para um profissional de saúde mental e cancelamento da entrevista, podendo seu filho ser desligado do estudo sem nenhum ônus.

Nos casos de formulário online, além dos riscos mencionados acima podem ocorrer: Invasão de privacidade, divulgação de dados confidenciais. - Interferência na vida e na rotina dos participantes, além de tomar o tempo do seu filho ao responder ao questionário/entrevista. Tais riscos serão minimizados através de mecanismos que assegurem a confidencialidade e a privacidade das respostas, para garantir a confidencialidade e privacidade das suas respostas, todos os dados coletados serão armazenados de forma segura, utilizando senhas e criptografia. Apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, que serão anonimizados para proteger a sua identidade, também pelo fato de não ser coletado nenhuma informação pessoal do seu filho.

O seu filho estará contribuindo para o campo de conhecimento na área de Educação e poderá fornecer dados para os formuladores, executores, beneficiários e sociedade em geral, além de colaborar com informações que serão utilizadas para a construção do site da escola.

Para participar da pesquisa é necessário que o responsável pelo menor esteja de acordo com este termo e tenha suas dúvidas sanadas sobre todos os aspectos pertinentes a pesquisa que lhe interessem e devam ser explicitados seguindo o rigor da legislação.

Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo os mesmos armazenados pelo pesquisador principal durante 5 (cinco) anos e após totalmente destruídos (conforme preconiza a Resolução nº466/2012).

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo, nem receberá nenhuma vantagem financeira. Caso haja despesa com sua participação na pesquisa, você será totalmente ressarcido (a). Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Sua recusa não trará nenhuma penalidade ou prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento.

Você também está sendo informado (a) que as entrevistas não serão filmadas, apenas gravadas em áudio, ou através de preenchimento de formulário. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde constam o telefone e endereço da pesquisadora, por meio dos quais você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação a qualquer momento. Uma via será arquivada pela pesquisadora e a outra será fornecida a você. É resguardado a você o direito a buscar indenização caso haja danos decorrentes dos riscos previstos. Nesse caso, a pesquisadora assumirá a responsabilidade por eles e haverá garantia de indenização. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr. (a) pode contatar a pesquisadora Simone da Penha Davel Giestas - contato telefônico: (27) 99912-3947 – e-mail: simone.giestas@edu.ufes.br – End: Avenida Eliezer Lacerda Fafá, 350, Bairro São Tarcízio, Afonso Cláudio-ES.

Em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo – *campus* de Goiabeiras deverá ser acionado, por meio do telefone (27) 3145-9820, e-mail

cep.goiabeiras@gmail.com ou pelo endereço Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória – Espírito Santo, Brasil, CEP 29075-910.

Eu, _____, autorizo meu filho participar da pesquisa **“O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES”**, que tem o/s objetivos analisar os impactos do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa. Declaro que fui informado (a) e esclarecido (a) sobre o presente documento e dos objetivos, riscos e benefícios do estudo, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente autorizo que meu filho a participar desta pesquisa. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão, se assim o desejar. Declaro ainda que recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Afonso Cláudio, _____ de _____ de 2024.

RESPONSÁVEL PELO PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: _____

Assinatura: _____

PESQUISADORA:

Nome: _____

Assinatura: _____

ORIENTADOR:

Nome: _____

Assinatura: _____

APENDICE C

TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES**”. Seus pais permitiram que você participasse.

Este projeto de pesquisa busca analisar o impacto do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa e propor a criação de um site para a escola construída a partir das necessidades da escola segundo seus participantes.

Os jovens que irão participar dessa pesquisa têm de 14 a 17 anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

A pesquisa será feita no CEEFMTI Afonso Cláudio e para alcançar os objetivos do estudo os procedimentos adotados serão: entrevista semiestruturada individual, com duração aproximada de 30 minutos, que poderá ser através de formulário online, ou pessoalmente gravada em áudio, mas eu, pesquisadora, só usarei a transcrição das informações você cedeu sem identifica-te ou divulgar sua voz. Você responderá perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e os nomes preservados. Nos casos de questionário online, você poderá solicitar que uma cópia do formulário com as respostas seja enviada ao e-mail cadastrado durante o preenchimento do questionário.

Esta pesquisa prevê leves riscos emocionais, uma vez que, os participantes podem se sentir desconfortável com o conteúdo das perguntas. Caso isso ocorra, a entrevista será interrompida, o você receberá suporte da pesquisadora, esse suporte incluirá uma escuta ativa e, se necessário comunicar ao seu responsável para um possível encaminhamento para um profissional de saúde mental e a entrevista será cancelada, podendo ser desligado do estudo sem nenhum ônus.

Nos casos de formulário online, além dos riscos mencionados acima podem ocorrer: Invasão de privacidade, divulgação de dados confidenciais. - Interferência na sua vida e na sua rotina, além de tomar seu tempo para responder ao questionário/entrevista. Tais riscos serão minimizados através de mecanismos que asseguram a confidencialidade e a privacidade das respostas, para garantir a confidencialidade e privacidade das suas respostas, todos os dados coletados serão armazenados de forma segura, utilizando senhas e criptografia. Apenas a equipe de pesquisa terá acesso aos dados, que serão anonimizados para proteger a sua identidade, também pelo fato de que não será coletado nenhuma informação pessoal.

Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones (telefones) do/a pesquisadora Simone da Penha Davel Giestas - contato telefônico: (27) 99912-3947 – e-mail: simone.giestas@edu.ufes.br – End: Avenida Eliezer Lacerda Fafá, 350, Bairro São Tarcizio, Afonso Cláudio-ES.

Mas há coisas boas que podem acontecer, pois os participantes estarão contribuindo para o campo de conhecimento na área de Educação e poderá fornecer dados para os formuladores, executores, beneficiários e sociedade em geral, e melhorar a comunicação dos estudantes com a escola através dos mecanismos de tecnologia, além de colaborar no processo de criação de um site institucional para a escola.

Não haverá nenhum custo e ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar o seu nome. Quando terminarmos a pesquisa, iremos desenvolver um site para a escola, onde todos os estudantes poderão acessar diversos tipos de informações, como horário das aulas, cardápio da merenda escolar, datas das avaliações. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar sou a pesquisador/a **Simone da Penha Davel Giestas**. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFES por meio do telefone: (27) 3145-9820, pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelo correio, através do endereço: Av. Fernando Ferrari, 514; Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910.

Eu _____ aceito participar da pesquisa “**O USO DAS TECNOLOGIAS PARA PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA: ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE AFONSO CLÁUDIO-ES**”, que tem o/s objetivos analisar os impactos do uso de tecnologias digitais na promoção da comunicação, transparência e envolvimento da comunidade escolar, em um contexto de gestão escolar democrática e participativa. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar. Mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma via deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Afonso Cláudio, _____ de _____ de 2024.

PARTICIPANTE DA PESQUISA:

Nome: _____

Assinatura: _____

PESQUISADORA:

Nome: _____

Assinatura: _____

ORIENTADOR:

Nome: _____

Assinatura: _____

APENDICE D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO – RESPONSÁVEL POR ESTUDANTE

Seu primeiro nome: _____
IDADE: _____ **COR** _____

- b. Bom
- c. Regular
- d. Ruim
- e. Muito ruim

GÊNERO F () M () NÃO BINARIO ()

ESCOLARIDADE:

- () Fundamental incompleto
- () Fundamental Completo
- () Ensino Médio incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Superior incompleto
- () Superior Completo
- () Pós- graduação

Como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para envolver os pais/responsáveis no processo de tomada de decisões da escola?

- a. Enquetes e pesquisas online
- b. Fóruns de discussão virtual
- c. Acesso a reuniões e assembleias virtuais
- d. Consultas online sobre temas relevantes
- e. Outros (especificar): _____

Renda familiar:

- () não tenho renda
- () até 1 Salário mínimo
- () de 1 a 2 salários mínimos
- () de 2 a 3 salários mínimos
- () de 3 a 4 salários mínimos
- () de 3 a 5 salários mínimos
- () de 5 a 6 salários mínimos
- () de 6 a 7 salários mínimos
- () mais de 7 salários mínimos

Qual a importância, na sua opinião, de uma gestão escolar democrática e participativa para o desenvolvimento educacional dos estudantes?

- a. Muito importante
- b. Importante
- c. Pouco importante
- d. Sem importância
- e. Não sei/não tenho opinião

Quantas crianças/adolescentes sob sua responsabilidade encontra-se matriculado na escola?

- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5 ou mais

Como as tecnologias digitais podem contribuir para uma maior transparência na gestão escolar?

- a. Disponibilizando informações sobre decisões e processos administrativos
- b. Permitindo o acompanhamento em tempo real do desempenho dos estudantes
- c. Facilitando a comunicação entre a escola e os pais/responsáveis
- d. Possibilitando a participação ativa dos pais/responsáveis nas atividades escolares
- e. Outros (especificar): _____

Você sabe se a escola possui algum meio de comunicação digital (site, WhatsApp, Instagram, Facebook, Threads, X, ...)?

- () WhatsApp
- () Instagram
- () Facebook
- () Google sala de aula
- () Site próprio da escola
- () outro: _____

Qual a importância da transparência na comunicação por meio do site da escola?

- a. Fundamental para manter a confiança da comunidade escolar
- b. Ajuda a esclarecer dúvidas e evitar mal-entendidos
- c. Promove a prestação de contas e a transparência nas ações da escola
- d. Estimula a participação e engajamento dos pais, alunos e funcionários

Como você avalia a comunicação da escola com os pais/responsáveis por meio de tecnologias digitais?

- a. Muito bom

e. Não considero a transparência um fator relevante

Quais são as suas expectativas em relação ao uso de tecnologias digitais na escola para melhorar a comunicação e o envolvimento dos pais/responsáveis?

- a. Maior facilidade de acesso a informações escolares
- b. Participação mais ativa nas decisões da escola
- c. Melhor acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes
- d. Comunicação mais eficiente com a equipe escolar
- e. Outros (especificar): _____

Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?

- a. Facilitando o acesso a informações relevantes
- b. Promovendo a participação em eventos e atividades escolares
- c. Criando espaços virtuais para interação e colaboração
- d. Divulgando projetos e iniciativas da escola
- e. Outros (especificar): _____

Qual tipo de informação você considera mais importante ter disponível no site da escola?

- a. Calendário de eventos e atividades
- b. Horários de aulas e cronograma escolar
- c. Notícias e comunicados da direção
- d. Projetos pedagógicos e atividades extracurriculares
- e. Outros (especificar): _____

Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?

- a. Fórum de discussão para pais, alunos e professores
- b. Canal de sugestões e feedback

- c. Área de downloads de materiais educacionais
- d. Agenda online para agendamento de reuniões

e. Outros (especificar): _____

Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?

- a. Artigos e notícias sobre a escola
- b. Dicas de estudo e orientações para os pais
- c. Recursos digitais e links úteis para a comunidade escolar
- d. Informações sobre projetos e parcerias da escola
- e. Outros (especificar): _____

Como você imagina a interface visual (do site da escola)?

- a. Moderna e atrativa, com design responsivo
- b. Organizada e de fácil navegação
- c. Cores e elementos que representem a identidade da escola
- d. Intuitiva e com destaque para as informações mais importantes
- e. Outros (especificar): _____

Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Outros (especificar): _____

Considerações finais: Deixe aqui seu comentário, sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima

APENDICE E

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO – ESTUDANTES

Seu primeiro nome: _____

IDADE: _____ **COR** _____

GÊNERO F () M () **NÃO BINARIO** ()

Você é estudante de qual série?

- () 6º ano
 () 7º ano
 () 8º ano
 () 9º ano
 () 1ª série
 () 2ª série
 () 3ª série

Renda familiar:

- () não tenho renda
 () até 1 Salário mínimo
 () de 1 a 2 salários mínimos
 () de 2 a 3 salários mínimos
 () de 3 a 4 salários mínimos
 () de 3 a 5 salários mínimos
 () de 5 a 6 salários mínimos
 () mais de 6 salários mínimos
 () Não sei informar

Há quanto tempo estuda nesta escola?

- () 1 ano
 () 2 anos
 () 3 anos
 () 4 anos
 () 5 anos ou mais

Como você avalia o uso de tecnologias digitais na escola?

- a. Muito bom
 b. Bom
 c. Regular
 d. Ruim
 e. Muito ruim

Quais são as principais ferramentas e recursos digitais utilizados pelos estudantes na escola?

- a. Lousa digital
 b. Computadores
 c. Tablets
 d. Celulares
 e. Outros (especificar): _____

Quais são os principais desafios enfrentados pelos estudantes ao utilizar tecnologias digitais na escola?

- a. Falta de acesso a equipamentos e internet

- b. Falta de capacitação para utilizar as ferramentas digitais
 c. Falta de suporte técnico para solucionar problemas
 d. Falta de conteúdo relevante disponibilizado por meio das tecnologias digitais
 e. Outros (especificar): _____

Como a escola se comunica com os estudantes por meio de tecnologias digitais?

- a. E-mails
 b. WhatsApp
 c. Redes sociais
 d. Plataformas de ensino online
 e. Outros (especificar): _____

Quais são as principais informações disponibilizadas pela escola por meio de tecnologias digitais?

- a. Calendário escolar
 b. Notas e faltas
 c. Comunicados e avisos
 d. Conteúdo de aulas e atividades
 e. Outros (especificar): _____

Qual a importância da transparência na comunicação por meio do site da escola?

- a. Fundamental para manter a confiança da comunidade escolar
 b. Ajuda a esclarecer dúvidas e evitar mal-entendidos
 c. Promove a prestação de contas e a transparência nas ações da escola
 d. Estimula a participação e engajamento dos pais, alunos e funcionários
 e. Não considero a transparência um fator relevante

Como as tecnologias digitais contribuem para a transparência da gestão escolar?

- a. Disponibilizando informações em tempo real
 b. Facilitando o acesso a informações importantes
 c. Permitindo a participação ativa dos estudantes nas decisões da escola
 d. Melhorando a comunicação entre a escola e a comunidade escolar
 e. Outros (especificar): _____

Qual tipo de informação você considera mais importante ter disponível no site da escola?

- a. Calendário de eventos e atividades
 b. Horários de aulas e cronograma escolar
 c. Notícias e comunicados da direção

- d. Projetos pedagógicos e atividades extracurriculares
- e. Outros (especificar): _____

Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?

- a. Facilitando o acesso a informações relevantes
- b. Promovendo a participação em eventos e atividades escolares
- c. Criando espaços virtuais para interação e colaboração
- d. Divulgando projetos e iniciativas da escola
- e. Outros (especificar): _____

Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?

- a. Fórum de discussão para pais, alunos e professores
- b. Canal de sugestões e feedback
- c. Área de downloads de materiais educacionais
- d. Agenda online para agendamento de reuniões
- e. Outros (especificar): _____

Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?

- a. Artigos e notícias sobre a escola
- b. Dicas de estudo e orientações para os pais
- c. Recursos digitais e links úteis para a comunidade escolar

- d. Informações sobre projetos e parcerias da escola
- e. Outros (especificar): _____

Como você imagina a interface visual do site da escola?

- a. Moderna e atrativa, com design responsivo
- b. Organizada e de fácil navegação
- c. Cores e elementos que representem a identidade da escola
- d. Intuitiva e com destaque para as informações mais importantes
- e. Outros (especificar): _____

Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Outros (especificar): _____

Considerações finais: Deixe aqui seu comentário, sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima

APENDICE F

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO – EQUIPE ESCOLAR

Seu primeiro nome: _____

() outro: _____

IDADE: _____ COR _____

Qual seu vínculo com a escola?

() Professor () Equipe gestora

() Demais funcionários

GÊNERO F () M () NÃO BINÁRIO ()

ESCOLARIDADE:

() Fundamental incompleto

() Fundamental Completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio Completo

() Superior incompleto

() Superior Completo

() Pós- graduação

Renda familiar:

() até 1 Salário mínimo

() de 1 a 2 salários mínimos

() de 2 a 3 salários mínimos

() de 3 a 4 salários mínimos

() de 3 a 5 salários mínimos

() de 5 a 6 salários mínimos

() de 6 a 7 salários mínimos

() mais de 7 salários mínimos

Há quanto tempo possui vínculo com esta escola?

() 1 ano

() 2 anos

() 3 anos

() 4 anos

() 5 anos ou mais

Há quantos anos atua na educação?

() 1 ano

() entre 2 e anos

() entre 4 e 5 anos

() entre 6 e 7 anos

() entre 8 e 9 anos

() 10 anos ou mais

Você sabe se a escola possui algum meio de comunicação digital (site, WhatsApp, Instagram, Facebook, Threads, X, ...)?

() WhatsApp

() Instagram

() Facebook

() Google sala de aula

() Site próprio da escola

Como você avalia a atual comunicação da equipe gestora com os professores e funcionários por meio de tecnologias digitais?

a. Muito bom

b. Bom

c. Regular

d. Ruim

e. Muito ruim

Quais ferramentas ou funcionalidades digitais você considera essenciais para facilitar a comunicação interna na escola?

a. E-mails institucionais

b. Grupos de mensagens instantâneas

c. Plataformas de compartilhamento de documentos

d. Calendários online compartilhados

e. Outros (especificar): _____

Como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para promover uma gestão escolar mais democrática e participativa?

a. Espaços virtuais para sugestões e feedback

b. Acesso a documentos e informações administrativas

c. Participação em fóruns de discussão online

d. Votações eletrônicas para decisões colegiadas

e. Outros (especificar): _____

Na sua opinião, qual o impacto das tecnologias digitais na transparência da gestão escolar?

a. Aumenta a transparência e acesso à informação

b. Facilita a comunicação entre gestores e equipe escolar

c. Melhora a prestação de contas e tomada de decisões

d. Minimiza possíveis conflitos e mal-entendidos

e. Não tem impacto significativo

Quais são as suas expectativas em relação ao uso de tecnologias digitais na escola para melhorar a gestão e a comunicação interna?

a. Maior agilidade na troca de informações

- b. Facilidade de acesso a documentos e recursos educacionais
- c. Melhor integração entre os membros da equipe escolar
- d. Ampliação da participação nas decisões e processos escolares
- e. Outros (especificar): _____

Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?

- a. Facilitando o acesso a informações relevantes
- b. Promovendo a participação em eventos e atividades escolares
- c. Criando espaços virtuais para interação e colaboração
- d. Divulgando projetos e iniciativas da escola
- e. Outros (especificar): _____

Qual tipo de informação você considera mais importante ter disponível no site da escola?

- a. Calendário de eventos e atividades
- b. Horários de aulas e cronograma escolar
- c. Notícias e comunicados da direção
- d. Projetos pedagógicos e atividades extracurriculares
- e. Outros (especificar): _____

Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?

- a. Fórum de discussão para pais, alunos e professores
- b. Canal de sugestões e feedback
- c. Área de downloads de materiais educacionais
- d. Agenda online para agendamento de reuniões

- e. Outros (especificar): _____

Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?

- a. Artigos e notícias sobre a escola
- b. Dicas de estudo e orientações para os pais
- c. Recursos digitais e links úteis para a comunidade escolar
- d. Informações sobre projetos e parcerias da escola
- e. Outros (especificar): _____

Como você imagina a interface visual do site da escola?

- a. Moderna e atrativa, com design responsivo
- b. Organizada e de fácil navegação
- c. Cores e elementos que representem a identidade da escola
- d. Intuitiva e com destaque para as informações mais importantes
- e. Outros (especificar): _____

Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?

- a. Diariamente
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Outros (especificar): _____

Considerações finais: Deixe aqui seu comentário, sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima

APENDICE G

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Responsável por Estudante

Apresentação da Entrevista

"Olá, meu nome é Simone Giestas, e estou conduzindo esta entrevista como parte de uma pesquisa de mestrado profissional em educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Antes de começarmos, gostaria de apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que você fique ciente dos objetivos da pesquisa e se concorde em participar voluntariamente. Daremos continuidade a entrevista, lembrando que nenhuma pergunta é de resposta obrigatória e você fique à vontade para interromper a entrevista a qualquer momento. (Apresentação e assinatura do TCLE). Caso o participante desista a entrevista será interrompida. Se o participante concordar será dado sequência à entrevista.

Agradeço por aceitar participar. A entrevista será sobre sua experiência e opinião em relação ao uso de tecnologias digitais na escola."

Dados Pessoais

"Poderia me dizer seu primeiro nome?"

"Qual é a sua idade?"

"Como você se identifica em termos de gênero?"

"Qual é a sua cor/raça?"

"Qual é o seu nível de escolaridade?"

"Qual é a sua renda familiar aproximada?"

Responsabilidades e Comunicação Escolar

"Quantas crianças ou adolescentes sob sua responsabilidade estão matriculados na escola?"

Avaliação da Comunicação Digital, Gestão Escolar e Tecnologias

"Você sabe se a escola utiliza algum meio de comunicação digital como WhatsApp, Instagram, Facebook, etc.?" Alguma que ainda não tenha mas que você considera importante que houvesse?

"Como você avalia a comunicação da escola com os pais/responsáveis por meio de tecnologias digitais?"

"Na sua opinião, como as tecnologias digitais podem ser usadas para envolver os pais/responsáveis no processo de tomada de decisões da escola?"

"Qual a importância, na sua opinião, de uma gestão escolar democrática e participativa para o desenvolvimento educacional dos estudantes?"

"Como as tecnologias digitais podem contribuir para uma maior transparência na gestão escolar?"

Nas últimas semanas, vimos um movimento de estudantes pela permanência do diretor na escola, você acha que as tecnologias digitais de comunicação tiveram alguma influência para que o movimento tomasse a proporção que tomou?

Você acredita que as tecnologias de informação ajudam ou atrapalham? em que sentido.

Expectativas, Integração, Funcionalidades e Conteúdo

"Quais são as suas expectativas em relação ao uso de tecnologias digitais na escola para melhorar a comunicação e o envolvimento dos pais/responsáveis?"

"Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?"

"Qual tipo de informação você considera mais importante ter disponível no site da escola?"

"Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?"

"Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?"

"Como você imagina a interface visual do site da escola?"

"Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?"

Considerações Finais

"Gostaria de deixar algum comentário adicional sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima?"

APENDICE H

Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Estudantes

Apresentação da Entrevista

"Olá, meu nome é Simone Giestas, e estou conduzindo esta entrevista como parte de uma pesquisa de mestrado profissional em educação da Universidade Federal do Espírito Santo. "Antes de começarmos, gostaria de apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que você fique ciente dos objetivos da pesquisa e se concordar em participar voluntariamente. Daremos continuidade a entrevista, lembrando que nenhuma pergunta é de resposta obrigatória e você fique à vontade para interromper a entrevista a qualquer momento. (Apresentação e assinatura do TCLE). Caso o participante desista a entrevista será interrompida. Se o participante concordar será dado sequência à entrevista.

Agradeço por aceitar participar. A entrevista será sobre sua experiência e opinião em relação ao uso de tecnologias digitais na escola."

Dados Pessoais

"Qual é o seu nome?"

"Qual a sua idade?"

"Como você se identifica em termos de gênero?"

"Você é estudante de qual série?"

"Qual é a renda familiar aproximada?"

"Há quanto tempo você estuda nesta escola?"

Avaliação das Tecnologias Digitais, Desafios e Comunicação

"Como você avalia o uso de tecnologias digitais na escola?"

"Quais são as principais ferramentas e recursos digitais que você utiliza na escola?"

"Quais são os principais desafios que você enfrenta ao utilizar tecnologias digitais na escola?"

"Como a escola se comunica com você por meio de tecnologias digitais?"

"Você considera importante que a escola possua um site? "

"Para você, qual a importância da transparência na comunicação por meio do site da escola?"

"Como as tecnologias digitais contribuem para a transparência da gestão escolar?"

Nas últimas semanas, vimos um movimento de estudantes pela permanência do diretor na escola, você acha que as tecnologias digitais de comunicação tiveram alguma influência para que o movimento tomasse a proporção que tomou?

Você acredita que as tecnologias de informação ajudam ou atrapalham? em que sentido.

Integração, Funcionalidades e Interface Visual

"Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?"

"Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?"

"Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?"

"Como você imagina a interface visual do site da escola?"

"Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?"

Considerações Finais

"Gostaria de deixar algum comentário adicional sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima?"

APENDICE I

Equipe Escolar

Apresentação da Entrevista

"Olá, meu nome é Simone Giestas, e estou conduzindo esta entrevista como parte de uma pesquisa de mestrado profissional em educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Antes de começarmos, gostaria de apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que você fique ciente dos objetivos da pesquisa e se concorde em participar voluntariamente. Daremos continuidade a entrevista, lembrando que nenhuma pergunta é de resposta obrigatória e você fique à vontade para interromper a entrevista a qualquer momento. (Apresentação e assinatura do TCLE). Caso o participante desista a entrevista será interrompida. Se o participante concordar será dado sequência à entrevista.

Agradeço por aceitar participar. A entrevista será sobre sua experiência e opinião em relação ao uso de tecnologias digitais na escola."

Dados Pessoais e Vínculo com a Escola

"Qual é o seu nome?"

"Qual a sua idade?"

"Qual é o seu vínculo com a escola?"

"Como você se identifica em termos de gênero?"

"Qual é o seu nível de escolaridade?"

"Qual é a sua renda familiar aproximada?"

"Há quanto tempo você possui vínculo com esta escola?"

"Há quantos anos você atua na educação?"

Meios de Comunicação, Gestão Escolar e Tecnologias

"Você sabe se a escola possui algum meio de comunicação digital como site, WhatsApp, Instagram, Facebook, etc.?"

"Como você avalia a atual comunicação da equipe gestora com os professores e funcionários por meio de tecnologias digitais, e o que você acredita que precisa melhorar?"

"Quais ferramentas ou funcionalidades digitais você considera essenciais para facilitar a comunicação interna na escola?"

"Como as tecnologias digitais podem ser utilizadas para promover uma gestão escolar mais democrática e participativa?"

"Na sua opinião, qual o impacto das tecnologias digitais na transparência da gestão escolar?"

Nos últimas semanas, vimos um movimento de estudantes pela permanência do diretor na escola, você acha que as tecnologias digitais de comunicação tiveram alguma influência para que o movimento tomasse a proporção que tomou?

Você acredita que as tecnologias de informação ajudam ou atrapalham? em que sentido.

Expectativas e Integração Funcionalidades e Conteúdo

"Quais são as suas expectativas em relação ao uso de tecnologias digitais na escola para melhorar a gestão e a comunicação interna?"

"Na sua opinião, qual a importância de um site para a escola?"

"Como você acredita que o site da escola pode contribuir para uma maior integração entre a comunidade escolar?"

"Qual tipo de informação você considera mais importante ter disponível no site da escola?"

"Que funcionalidades interativas você gostaria de ver implementadas no site da escola?"

"Que tipo de conteúdo educacional ou informativo você gostaria de ver disponível no site da escola?"

"Como você imagina a interface visual do site da escola?"

"Qual a sua expectativa em relação à frequência de atualização do conteúdo no site da escola?"

Considerações Finais

"Gostaria de deixar algum comentário adicional sobre qualquer assunto que não foi contemplado nas perguntas acima?"